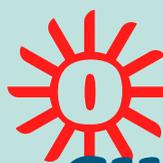


FABIO SILVA DE SOUZA



 **MOVIMENTO DE
CULTURA POPULAR
DO RECIFE (1959-1964)**





MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR DO RECIFE (1959-1964)

FABIO SILVA DE SOUZA





Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Reitora

Cicília Raquel Maia Leite

Vice-Reitor

Francisco Dantas de Medeiros Neto

Diretor da Editora Universitária da Uern – Eduern

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Chefe do Setor Executivo da Editora Universitária - Eduern

Jacimária Fonseca de Medeiros

Conselho Editorial das Edições UERN

Edmar Peixoto de Lima

Filipe da Silva Peixoto

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima

Jacimária Fonseca de Medeiros

José Elesbão de Almeida

Maria José Costa Fernandes

Maura Vanessa Silva Sobreira

Kalidia Felipe de Lima Costa

Regina Célia Pereira Marques

Rosa Maria Rodrigues Lopes

Saulo Gomes Batista



Revisão:

Ricardo Tupiniquim Ramos

Design e Diagramação:

Alice Kelly Silva Oliveira

“A pesquisa que resultou nesse livro foi financiada pela
Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo
- FAPESP. Processo n° 2011/15451-2”

Catálogo da Publicação na Fonte.

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

O Movimento de Cultura Popular do Recife (1959-1964) [recurso eletrônico]. /
Fábio Silva de Souza (org.). – Mossoró, RN: Edições UERN, 2024.

134 p.

ISBN: 978-85-7621-489-2 (e-book).

1. História do Brasil. 2. Movimentos Populares. 3. Movimento de Cultura
Popular do Recife. I. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. II. Título.

UERN/BC

CDD 981

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1:** “Mocambo”, de Elijah von Sohsten **65**
- FIGURA 2:** Mural de azulejos “Nabuco e a Abolição”, de Abelardo da Hora **66**
- FIGURA 3:** “Casa de açúcar”, de Abelardo da Hora (Mural do Banco de Crédito Popular. **67**
- FIGURA 4:** Movimento de Cultura Popular do Recife **69**
- FIGURA 5:** Folheto de divulgação da peça “A derradeira ceia” **73**
- FIGURA 6:** Projeção popular do cinema **75**
- FIGURA 7:** Concerto da Orquestra Sinfônica do Recife e de músicos do MCP numa comunidade recifense **76**



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
INTRODUÇÃO	10
1. MCP, DA ESTRUTURA AO FUNCIONAMENTO	20
Os primeiros passos de um ideal transformador	20
Das ideias à ação: MCP e suas relações com os governos do Arraes	24
MCP: os princípios para a ação	33
Algumas distinções sobre o pensamento dos intelectuais do MCP	43
2. OS ARAUTOS DO CONHECIMENTO	50
A adesão dos intelectuais ao Movimento	50
Os intelectuais e suas correntes político-ideológicas	58
Como os intelectuais buscaram superar o elitismo cultural?	62
3. CULTURA POPULAR NA ÓTICA DO MCP	78
MCP e a construção da ideia de Cultura Popular	78
MCP e a Cultura Popular do Nordeste	82
A cultura popular e o despertar da consciência das massas	84
A significação da cultura popular nos festejos populares	87
Educação sob o signo da cultura popular	96
4. O MOVIMENTO E O GOLPE	103
A produção da Culpa	103
A “subversão” do MCP nos IPMs: 709-3 e UNE-UBES/Pernambuco	107
Inimigos à vista: a frente comunista pernambucana nos autos dos IPMs	113
Os militares e o temor do “Zé Ninguém”	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	125



"EU VI UM (NOVO) MUNDO, E ELE COMEÇAVA NO RECIFE"



Marcos Napolitano
Professor do Departamento de
História da Universidade de São Paulo.

A cidade do Recife dos anos 1950 e início dos anos 1960 foi chamada, propriamente, de “Noiva da Revolução”. O casamento, como sabemos, não aconteceu, impedido pelo Golpe de 1964 e seus arcanjos do mal. Quando a festa começava a se animar, os coturnos invadiram o salão e destruíram as ilusões dos noivos. Mas até este triste fim, este encontro pré-nupcial se transformou numa grande festa. Como toda festa de fato, não apenas as alegrias do encontro foram compartilhadas, mas também as tristezas do dia a dia foram refletidas. A grande festa recifense do noviciado da Revolução propiciou grandes encontros, nem sempre livres de mal-entendidos, entre intelectuais e classes populares. Foi a partir deste encontro que surgiu o Movimento de Cultura Popular, tema deste livro.

A história desse encontro que Fabio nos conta em seu livro parte da premissa historiográfica, mas também política, que a história do Brasil não se resume à história de São Paulo e do Rio de Janeiro. Tampouco, fazer uma história centrada em Recife poderia ser classificada como “História Regional”. A história da cidade e, sobretudo, a história do Movimento de Cultura Popular, demonstra a centralidade de Recife para a história brasileira, não apenas desde os tempos coloniais, mas sobretudo em um momento em que, já sem a pujança econômica do passado, continuava sendo um farol de ideias políticas e iniciativas culturais. Na efervescência democrática da meteórica e intensa República de 46, Recife parecia ser um grande laboratório de experiências sociais e de ideias para equacionar os dilemas do subdesenvolvimento brasileiro e apontar para a sua superação. Foram tempos da Frente do Recife, a grande coalizão de centro-esquerda que abalou a política local e apontou no-

vos caminhos do frentismo para a esquerda brasileira. Foram tempos de Ligas Camponesas que apontaram novos caminhos para a organização camponesa no Brasil. Foram tempos de novas lideranças, como Josué de Castro, Miguel Arraes, Gregório Bezerra, Paulo Freire, Helder Câmara, cada qual agindo para libertar os povos de Pernambuco, Nordeste e Brasil da miséria secular. Foram tempos de Celso Furtado e da luta pelo desenvolvimento nacional, na qual a SUDENE surgia como uma grande usina de ideias. Esta breve lista desautoriza qualquer sugestão de que ali se vivia uma história “periférica” ou “regionalista” mero reflexo dos grandes centros sulinos.

A partir dessa premissa, Fabio de Souza revisita criticamente a historiografia da cultura dos anos 1960. Não nega, como já se apontava na historiografia dos anos 1980, que o encontro entre intelectuais progressistas da elite e as classes populares foi marcado por tensões, contradições, dificuldades de ambas as partes em construir um idioma cultural e político comum. Fabio aponta, sobretudo nos capítulos 2 e 3, essas e outras dificuldades, marcadas sobretudo pelos vícios do elitismo e do dirigismo cultural, sem falar das inevitáveis instrumentalizações da cultura pelos interesses eleitorais. Mas, ao contrário da historiografia dos anos 1980, não nega a potência democratizante e transformadora deste encontro, como se não passasse de uma mera ilusão juvenil de uma elite culpada e demagógica. Sua argumentação, calcada em análise de fontes primárias até então pouco exploradas, demonstra uma dialética inscrita nas ações e debates do MCP na qual fica patente uma dupla transformação ocorrida nos intelectuais e nos grupos populares entre o início do MCP e os “idos de março” de 1964. As intenções iniciais de “levar cultura ao povo” por parte dos intelectuais foram cedendo lugar à percepção da cultura popular e, no limite, das classes populares, como sujeitos da história, com demandas políticas e estéticas próprias que ao longo do processo se mesclaram às tradições cultas e não podem ser reduzidas à mera imitação folclorista rasteira. Neste sentido, este livro adensa uma historiografia surgida no final dos anos 1990, que procurou analisar a cultura dos anos 1960 entrecruzando discursos, ações, obras e debates, sem condenar ou idealizar esta ou aquela corrente estético-ideológica, mas sempre buscando destacar as faturas e contradições de todo processo histórico.

Ao longo do livro, o autor nos conta a história do MCP, situando-o na singular experiência histórica do Recife e do Brasil da República de 46. Mapeia as correntes de esquerda que se envolveram no Movimento, demonstrando que, apesar da retórica comum na crítica à direita e às elites, havia várias perspectivas do que deveria ser a cultura popular e qual sua função política. Comunistas, socialistas, católicos de esquerda e trabalhistas tinham uma sensibilidade comum para as misérias do povo, mas nem sempre convergiam nas soluções estéticas e ideológicas. A partir do exame das fontes produzidas pelo movimento, o livro nos coloca no seio das ações e iniciativas culturais, no dia a dia das peças de teatro, programas de alfabetização popular, das festas comunitárias, mostras de arte popular. Mas também, analisando sobretudo as entrelinhas dos documentos institucionais do movimento, joga luz nos dilemas e debates intelectuais para definir o próprio conceito de cultura popular em um contexto no qual o popular era pensado pelo viés do nacional ou do folclore. O livro de Fabio demonstra que o MCP ajudou a problematizar ambas as chaves de leitura desse popular que, no início dos anos 1960, sobretudo, tentava afirmar uma narrativa original sobre seu lugar na história, a partir de uma leitura própria dessa dialética do encontro, colocando em xeque até as lideranças intelectuais do movimento.

No último capítulo do seu livro, trabalhando com um *corpus* documental inédito, Fabio de Souza analisa a repressão ao MCP, dando materialidade a uma perspectiva historiográfica cada vez mais consolidada sobre a ditadura militar, qual seja, a de que o golpe de Estado foi dado, sobretudo, para afastar as elites reformistas das classes populares, não só no campo da política, mas também no campo da cultura. As fontes analisadas por Fabio de Souza mostram que não foi necessário esperar o Ato Institucional n. 5 para reprimir a cultura. Os movimentos culturais e organizações com forte protagonismo popular foram reprimidos desde o dia seguinte ao 31 de março. E no caso de Recife, isso não é uma frase figurativa, mas literal. A repressão por lá, como se sabe, foi particularmente brutal. Contraditoriamente, conforme a análise de Fabio de Souza, essa forte repressão contra o MCP, a partir da visão inquisitorial que via nele um movimento revolucionário amplo e coeso, ajudou a perpetuar uma memória monumentalizada daquela experiência.

A festa da Noiva da Revolução foi interrompida, a euforia do encontro se transformou em ressaca da derrota e do isolamento político. Entretanto, vista hoje, nessa terceira década do século XXI, em um contexto de avanço conservador e autoritário, a festa interrompida da frágil democracia de 46 pode estimular novos encontros e reflexões sobre o tempo vivido, suas ilusões, contradições e, por que não, suas grandezas.

O autor desse livro, Fabio de Souza, encarna a dialética do encontro em sua própria pessoa. Nascido em bairros populares do Recife, veio para São Paulo estudar na USP e, pela lente da distância geográfica, sempre afetiva, mas igualmente crítica, voltou a pensar a sua cidade natal. A partir desta experiência, desse “lugar de fala” como costuma se dizer hoje, pode pensar o encontro entre intelectuais e classes populares de maneira original, em diálogo com a historiografia, mas também com sua própria trajetória pessoal e intelectual. Para sintetizá-la e epigrafar seu livro, Fabio poderia parafrasear Cícero Dias, sem soar artificial: “Eu vi um (novo) mundo, e ele começava no Recife”.

INTRODUÇÃO



Constituído para “promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos” e “proporcionar a elevação do nível cultural do povo” (MCP, 1959), o Movimento de Cultura Popular (MCP) funcionou como um tipo de departamento autônomo da prefeitura do Recife, situada nas históricas terras do Arraial Velho do Bom Jesus, em Casa Amarela, onde outrora o General Matias de Albuquerque se entrincheirou para salvaguardar a capitania de Pernambuco das investidas dos holandeses.

Embebidos pelo simbolismo da “Recife da insurreição pernambucana. Do nativismo. Da abolição. Das revoluções libertárias” (ARRAES, 1964), um grupo de intelectuais – artistas e educadores –, com o apoio do então prefeito, Miguel Arraes, propõe-se a “organizar” as massas urbanas em um processo cujo objetivo era livrar a sociedade da opressão exercida pelo atraso socioeconômico imperante naquela capital, em meados do século XX.

Apesar de ser caracterizado pelas suas lideranças como um órgão de “caráter técnico e rigorosamente apolítico e pluralista, conforme modelo da UNESCO” (MCP, 1961), ali militaram correntes intelectuais heterogêneas do ponto de vista ideológico (católica, social-democrata-trabalhista e comunista) animadas pela crença de que o desenvolvimento da região Nordeste só seria concretizado com a união de intelectuais, governo e setores populares.

É dessa perspectiva comum que nasceu o Movimento de Cultura Popular do Recife, experiência que ganhou notoriedade pelo esforço de seus militantes para acelerar a elevação do nível material e o desenvolvimento cultural do povo pernambucano, uma sociedade cuja população analfabeta não tinha participação ativa na vida política institucionalizada do país.

Educar: essa foi a palavra de ordem do MCP. Educar pelo rádio, cinema, televisão, imprensa, artes plásticas, teatro, música e por meio de métodos informais de educação em praças públicas. Essa era a filosofia daqueles que ali militaram: promover uma escola desburocratizada, técnica e ideologicamente orientada, regionalizada e popular. Tudo foi mobilizado, aglutinado, fundido em prol desse objetivo: o denso folclore nordestino (o natalino, o carnavalesco e o joanino) que capitaneava as grandes festas populares; a dança,

os problemas brasileiros, a ciência, a pesquisa, a literatura, o cooperativismo, o sindicalismo, a formação profissional e os esportes. Empreendimento que contou com cinco Praças de Cultura em Iputinga, Torre, Beberibe, Várzea e em Casa Amarela, levando às comunidades periféricas bibliotecas, teatro, cinema, televisão, música, esportes, educação física, jogos infantis e orientação pedagógica para crianças e adultos; uma Galeria de Arte construída às margens do rio Capibaribe; um teatro ao ar livre construído no Arraial do Bom Jesus; e teatro ambulante para ser levado aos arrabaldes da cidade durante o verão.

Também faziam parte dessa experiência o TCP (Teatro de Cultura Popular), prestigiado grupo teatral; o trabalho científico de pesquisa social, dedicado ao levantamento das problemáticas das comunidades periféricas; os conjuntos folclóricos; o aproveitamento das festas populares e religiosas típicas da região nordestina; e um expressivo número de escolas que até 1963, tinham mais de 19.000 alunos, entre crianças, adolescentes e adultos.

O MCP desenvolveu, igualmente, uma rede de escolas radiofônicas que emitia diariamente, por meio de duas emissoras de rádio com significativa audiência popular, um programa de alfabetização e educação de base; um centro de Artes Plásticas e Artesanato com cursos de tapeçaria, tecelagem, cerâmica, cestaria, cartonagem, fantoches, pintura, desenho, estamparia, entre outras atividades; uma escola de motoristas-mecânicos provida de equipamento completo para educar profissionalmente um expressivo contingente de alunos em cada turma; e o Centro Dona Olegarinha, no bairro do Poço da Panela, onde funcionavam cursos de corte e costura, teleclubes e um espaço para alfabetização.

Dada a efervescência política dos anos 1950/60, todo esse conjunto de iniciativas não procurava apenas acabar com o analfabetismo em massa que marcava as classes populares em Pernambuco, nem visava exclusivamente à integração das massas no sistema eleitoral, tampouco se restringia à inserção das camadas populares ao sistema produtivo e, por conseguinte, à vida econômica do estado de Pernambuco. Naquele momento, o que estava em jogo era o destino de quase um milhão de pessoas que viviam isoladas e sujeitas a todo tipo de infortúnio, condição que as colocava impotentes para qualquer luta no plano político institucional, já que os analfabetos não tinham a plenitude de seus direitos políticos. Assim, o que o MCP do Recife almeja-

va era dar condições para que as camadas populares pudessem engrossar as fileiras dos setores progressistas da sociedade politicamente ativa para juntas promoverem as reformas políticas que iriam tirar o estado de Pernambuco do atraso econômico e social no qual se encontrava.

Diante dessa postura, destacamos a convicção das lideranças do Movimento de que a totalidade dos meios necessários para se fazer qualquer trabalho não seria suficiente sem uma iniciativa determinada por parte dos intelectuais, quase toda feita na base do idealismo, bem como da crença de que as massas deveriam ser agentes da história. Esse posicionamento admitia que a alteração na Constituição Federal, a fim de dar poder de voto aos anal-fabetos, não seria suficiente para implantar um novo modelo de sociedade. Assim, o único caminho para atingir tais objetivos era uma revolução educacional que conscientizasse politicamente os setores populares, utilizando-se de todos os instrumentos disponíveis. Essas ações foram pensadas a partir das concepções ideológicas das formações intelectuais que compunham o Movimento e subsidiadas pela realidade e reclamos da população oprimida.

Nesse sentido, neste livro, procuramos problematizar o caráter assimétrico dos projetos do MCP, supondo que os jovens intelectuais que ali militaram, uma vez confrontados com os desafios do meio sociopolítico-cultural popular do Recife e do interior do estado de Pernambuco acabaram desenvolvendo propostas programáticas e ações político-culturais em prol da percepção de que as classes populares deveriam ser sujeitos da sua história e protagonistas da construção de sua identidade, mas cujas ações, ainda assim, não deixavam de se caracterizar por certo dirigismo e elitismo.

Essa proposição nos conduzirá a melhor entender como os intelectuais e artistas pernambucanos que militaram no Movimento pensaram a questão da identidade brasileira e pernambucana, bem como o papel da cultura para romper com o subdesenvolvimento que caracterizava a região Nordeste do Brasil. Tal esforço será subsidiado pelo aporte teórico de Williams (1992), que nos fornece estratégias para se chegar a resultados proveitosos ao se trabalhar com os conceitos de “cultura de massa” e “cultura erudita”.

Levando em consideração as lições desse autor, desnudamos a atuação do MCP no cenário político-social pernambucano, partindo da sua organização interna e considerando a circulação de ideias em seu interior, bem como as relações propostas e reais com outras organizações na mesma área

e, de modo mais geral, com a sociedade. Nessa tarefa, as considerações de Joaquim Brunner, provocam-nos a pensar sobre as políticas culturais desenvolvidas pelo MCP como uma estratégia que “não define para a sociedade uma ideologia (integral e totalizante), mas uma contribuição competitiva que aspira proporcionar uma direção intelectual e moral em vista da renovação socialista e democrática da sociedade” (BRUNNER, 1992, em tradução nossa).¹

Desse modo, evidenciaremos a aproximação entre artistas/intelectuais e setores populares, por meio da análise dos programas, projetos e ações do Movimento, responsável por uma gestão político-cultural identificada com as forças políticas progressistas que almejavam o desenvolvimento pernambucano a partir da intervenção do Estado.

As fontes que nos possibilitam traçar esse percurso são várias: o conjunto de documentos do acervo particular do principal ideólogo do MCP, prof. Germano de Vasconcelos Coelho²; os Inquéritos Policiais Militares (IPM-s) produzidos pelo regime militar sobre o Movimento; a farta bibliografia disponível. Grande parte dessa documentação é inacessível ao grande público, por se tratar de acervo particular. Lançamos mão desse amplo conjunto de fontes, inicialmente, pela decisão do prof. Germano Coelho de nos disponibilizar a documentação oficial do MCP, bem como os manuscritos que esboçam as ideias iniciais do Movimento, acervo que o regime militar não teve sucesso em destruir ou apreender.

Outro grupo de fontes primárias corresponde ao material produzido pelos militares sobre a efervescência política e cultural pernambucana dos anos 1960. Essas fontes trazem à tona o olhar dos militares sobre aquela experiência, além de uma expressiva quantidade de documentos do Movimento apreendidos pelo regime. Procuramos também reconstruir a trajetória do MCP por meio das análises produzidas sobre o papel político da cultura nos anos 1960: livros e entrevistas produzidos por intelectuais militantes ou tão só contemporâneos ao Movimento pernambucano, com destaque para as interpretações de Carlos Estevam Martins e Ferreira Gullar, tomados, neste

1 No original: “No define para la sociedad una ideología (integral y totalizante) sino una contribución competitiva que aspira a proporcionar una dirección intelectual y moral en función de la renovación socialista y democrática de la sociedad”.

2 Doravante, esse arquivo será citado pela sigla APGC (Arquivo Particular Germano Coelho).

trabalho, como fontes primárias, bem como trabalhos mais recentes, cujas análises tornaram-se indispensáveis para refletir criticamente sobre o MCP.

A bibliografia sobre o MCP nos auxilia a compreender a ebulição política e cultural dos anos 1960, seja lançando luz sobre alguma particularidade do MCP, seja em uma abordagem indireta do Movimento a partir dos aspectos da efervescência cultural de meados do século XX. Nesse rol, encontram-se trabalhos ocupados em explorar, tão somente, um dos múltiplos aspectos do Movimento – a educação popular – e como esta proposta destacou-se no cenário sociopolítico à época.

Barbosa (2009) insere-se neste contexto. A autora procurou revisitar a história do MCP buscando, em sua visão, os elementos significativos do Movimento. Propensa a explorar as atividades educativas, fez uma apresentação descritiva do MCP sem problematizar os debates e conflitos de suas correntes internas. Para ela, explorar as diretrizes do sistema de educação de Paulo Freire significava desnudar as atividades veiculadas pelo MCP:

A utilização de tal “método” propiciou, por meio da articulação entre educação e a cultura, modos e formas de alfabetizar em que um mosaico de elementos expressava as estratégias adotadas, a exemplo das praças de cultura, onde se desenvolviam atividades, como círculos de cultura, teatro, artes plásticas, música e dança. (BARBOSA, 2009, p. 16).

Instrumentalizada por depoimentos de trinta pessoas que militaram no MCP, Barbosa explorou, a nosso ver, tão somente uma das dinâmicas daquela experiência, valorizando sobremaneira a versão contada pelos católicos.

Por seu lado, também inserido no rol dos que exploraram o MCP pelo seu viés educacional, Teixeira (2008) procurou lançar um olhar sobre a efervescência dos anos 1960, indagando como a cultura política da época instrumentalizou os movimentos de educação e cultura popular do período, a saber: o Movimento de Educação de Base (MEB), o MCP, a Campanha de Pé no Chão, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e os Centros Populares de Cultura (CPC). Na obra, procurou fazer um balanço de como as forças de esquerda buscaram apoio nessas iniciativas para sustentar seus projetos reformistas, explorando, sobretudo, a “relação entre os movimentos de educação e cultura popular e os chamados políticos trabalhistas, comunistas e cristãos-progressistas” (TEIXEIRA, 2008, p. 21).

A proposta desse autor diferencia-se de grande parte dos trabalhos já escritos sobre esses movimentos, apresentando uma nova perspectiva ao analisar a educação como estratégia político-eleitoral. No entanto, no que tange ao MCP, o autor traz à tona poucos elementos novos nessa chave de interpretação, pelos mesmos motivos que outros pesquisadores: a falta de uma documentação que sustentasse tais análises. Seguindo as lições de Uchoa (1983), essa obra traz a visão de educação e cultura popular com uma aceção do espírito influenciada pela evolução histórica. Nesta chave de análise, investiga como o processo histórico nos governos de JK, Jânio Quadros e João Goulart acelerou e enfatizou a participação dos intelectuais envolvidos nesses movimentos, no processo político da época.

Outros trabalhos historiográficos situam, de passagem, o MCP na conjuntura político-cultural mais ampla. Geralmente estão mais voltados para a análise do CPC do Rio de Janeiro, como Garcia (2004) e Hollanda (1981). Com o objetivo de “examinar alguns momentos em que a literatura participa de maneira direta dos debates que se desenvolvem a partir da década de 60, mobilizados pelas propostas revolucionárias da produção cepecista ou de seu suposto adversário, o experimentalismo de vanguarda”,^{esta} sintetiza a produção ligada ao movimento carioca em termos de “arte popular” e “arte popular revolucionária”, discutindo o caráter paternalista desta. Em suas análises, ao privilegiar esse aspecto dos projetos levados a cabo pelo CPC, termina por contribuir, junto com os outros autores, para que a visão político-cultural do MCP fosse tratada de maneira tangencial nas pesquisas subsequentes, por não terem nuançado de forma acurada os dilemas do CPC.

Essas concepções desenvolvidas sobre o CPC do Rio foram duramente criticadas nos anos 1980. Chauí (1983) enfatizava que os intelectuais engajados em uma ideia de cultura nacional-popular, como propunham os projetos do CPC da UNE, pecavam por não valorizar as diferenças culturais, que vinculam os indivíduos à sua classe, raça e etnia. Para a filósofa, a cultura deveria ser entendida desde a reflexão segundo a qual os seres humanos vivem em comunidade, fruto da natureza, da qual são produto. Isto nos leva a pensar a cultura nos níveis subjetivo e objetivo. No primeiro, os indivíduos se desenvolvem culturalmente pelo contato com seus pares, e no segundo, pelas transformações exercidas sobre a natureza. Assim, a cultura não poderia ser pensada como um todo homogêneo, mas como um conjunto faces heterogê-

neas que, destacadas, nos oferecem elementos que permitem refletir sobre a visão dos intelectuais em relação ao Estado.

Embora parta de uma análise engessada do manifesto do CPC para justificar sua posição de crítica ao conceito de nacional-popular preconizado pelos intelectuais do pré-golpe, Chauí traz à tona conceitos que nos possibilitam pensar o caminho trilhado pelos intelectuais do MCP. Sua crítica às formas deliberadas com que os intelectuais das décadas de 1950/60 pensavam a cultura brasileira reflete-se na perspectiva de que “há uma tradição, que se pode observar na grande maioria dos projetos culturais e políticos de intelectuais ou de grupos de intelectuais, que consideram o poder do Estado no Brasil como o poder histórico por excelência” (CHAUÍ, 1983). Isso nos faz refletir sobre as maneiras pelas quais, em diferentes momentos e por diferentes sujeitos, essas ideias e imagens são construídas.

Numa perspectiva mais voltada para a análise dos debates internos desses movimentos, Garcia (2004), mesmo sem fazer referência ao MCP, suscita elementos metodológicos concernentes a uma análise acurada da participação artística e intelectual nos anos 1960. Distanciando-se das análises feitas pelos primeiros autores, ela procurou nuançar os dilemas, correntes e contradições internas ao CPC, não ficando em uma análise superficial dos debates internos deste: “No espaço das políticas culturais promovidas sob a sigla do CPC, essas ideias de Estevam foram reproduzidas, assimiladas e, sobretudo, contestadas por inúmeros artistas” (GARCIA, 2004), pontuando as contradições internas do CPC, e não o pensando como um bloco homogêneo.

A presença dos artistas e intelectuais nos movimentos político-culturais dos anos 1960 foi analisada por inúmeros autores que também constituem referência para nosso trabalho. Pécaut (1990) faz uma leitura do MCP desde a análise dos textos de Paulo Freire, inserindo-os na problemática geral da sua obra, que analisa os intelectuais brasileiros como mediadores entre setores populares e o Estado-nação. Por sua vez, Napolitano (2011) analisa o percurso das manifestações culturais na segunda metade do século XX e discute a relação entre arte e política por meio de uma visão multifacetada, em busca das raízes da cultura brasileira nos seus múltiplos projetos estéticos-ideológicos.

O papel histórico dos artistas e intelectuais como “organizadores” das classes populares no Brasil por meio de suas políticas culturais também

foi estudado por Ridenti (2000), obra que destaca o movimento de “busca do popular”:

Nos anos 60, havia uma ligação íntima entre expressão política, artística e científica – todas voltadas para a revolução brasileira –, que conduzia os jovens engajados das classes médias a militar no cinema, no teatro ou em qualquer arte, no jornalismo, na Universidade e/ou em algum partido político revolucionário [...]. (RIDENTI, 2000)

As análises produzidas por esse intelectual ao longo de sua trajetória acadêmica, também se configuram indispensáveis ao nosso esforço de compreender o papel que dos intelectuais do MCP nos anos de 1960.

Dito isso, relançamos a pergunta de Batista Neto (1987, p. 232): “Quantas histórias se pode contar do MCP?”. Sem perder de vista que, para o historiador, o olhar para o passado está sempre inserido no presente, respondemos: várias. É dentre essas múltiplas visões que podem ser direcionadas ao MCP que o nosso trabalho se estabelece.

Diferentemente das perspectivas de análise que procuraram desqualificar ou idealizar a relação entre política e cultura nos 1960, procuramos investigar as assimetrias dos projetos políticos-culturais do MCP a fim de compreender aspectos da história contemporânea do Brasil não contemplados por outras investigações. Interessa-nos desnudar em que termos o complexo cultural popular foi concebido pelos intelectuais do MCP na medida em que eles procuraram dar voz política a setores populares pernambucanos. Essa tarefa, ao fim e ao cabo, torna-se um caminho para entender alguns dilemas, práticas e contradições socioculturais presentes até hoje em nossa sociedade.

Traçada essa orientação dos rumos deste livro, resta-nos apresentar como dividimos nossa análise no corpo do texto. Trataremos nosso objeto em quatro capítulos que buscam dar conta dos nossos objetivos e estão estruturados obedecendo a seguinte ordenação: no primeiro capítulo, expomos os desdobramentos políticos e sociais que contribuíram para a formação da Frente do Recife.³ Entender a construção dessa complicada política aliancis-

3 Coligação partidária que, de 1955 até a década seguinte, reuniu o PSB, PCB (mesmo na clandestinidade), PTB, PTN, PSP e uma parcela considerada progressista da UDN. Tinha como objetivo lutar contra as formas atrasadas de concepção política em solo pernambucano. Capitaneado pelos partidos de esquerda de então, cuja ascensão e sucessivas vitórias municipais e estaduais de 1955 até a sua dissolução, essa aliança estava atrelada ao espaço político deixado após a morte de Agamenon Magalhães, em 1952. Sobre os espólios políticos de Magalhães e a

ta, configurada a partir de 1955, privilegiando a integração dos partidos políticos, setores intelectualizados e do homem simples do povo pernambucano leva-nos a melhor compreender as bases do projeto alternativo de sociedade que ganhou vida com a ascensão de Miguel Arraes à prefeitura do Recife em 1959 e, por conseguinte, à estruturação do MCP.

Nesse capítulo, propõe-se também, uma análise das relações do MCP com as instituições governamentais – primeiro com a prefeitura do Recife e, posteriormente, com o governo do Estado quando da posse de Miguel Arraes, em 1962. A aspiração por trás desse estudo é verificar o momento em que tudo começou a ganhar contornos na direção de integrar os setores populares na dinâmica política pernambucana bem como desnudar se as formações intelectuais ali militantes se reconheciam como parte da estrutura governamental, ou se conservaram sua autonomia diante do aparelho de Estado. Tal questão é central para compreender as relações sociais do projeto político-cultural do MCP. Examinar essas facetas do Movimento não quer dizer que não reconheçamos suas significativas ligações com os poderes públicos, mas que não pretendemos negligenciar a hipótese de que o MCP, em qualquer de seus sentidos, foi institucionalizado.

O segundo capítulo destaca as formações intelectuais que militaram no Movimento. Dando ênfase às duas correntes hegemônicas – católica e comunista –, procuramos analisar como se configurou a relação entre esses intelectuais e os setores populares. O caminho escolhido para analisar esse caráter do MCP foi problematizar a autoimagem veiculada pelos intelectuais de que pensavam a cultura popular fora de moldes elitistas, bem como a participação do homem simples do povo nesse empreendimento. Sempre por meio do olhar dos intelectuais, registrado nos documentos oficiais do Movimento, essa tarefa nos possibilitará tensionar a postura das referidas lideranças com relação aos populares no decorrer do período em que o MCP esteve em atividade.

O terceiro capítulo propõe-se a prosseguir as análises iniciadas no anterior, deslocando a ênfase à relação entre intelectuais e as classes proletarianizadas para a leitura que eles faziam da cultura popular. Com isso, almejamos evidenciar os elementos basilares do conceito de cultura daqueles

criação da Frente do Recife, ver: Pandolfi (1984), Aguiar (1993) e Soares (1982). A importância de se analisar a Frente do Recife se justifica porque os desdobramentos dessa aliança confluíram para o surgimento do MCP.

intelectuais, bem como de suas ideias acerca do popular. Detalhar tais questões contribuirá para avançar na compreensão de como aqueles intelectuais pensaram a identidade brasileira e pernambucana em meados do século XX e como essa visão se articulava aos projetos culturais de promoção dos setores populares a protagonistas na batalha pelas reformas políticas e sociais em marcha nos anos 1960.

Por fim, no quarto capítulo, discutiremos como se desenvolveu a abrupta interrupção das atividades do MCP com a instauração do golpe civil-militar de 31 de março de 1964. A partir dos IPM's produzidos para investigar a atuação política e cultural do movimento pernambucano, buscaremos destacar o ponto de vista dos militares sobre aquela experiência. Tal estratégia vai nos conduzir aos desdobramentos das atividades do MCP na sociedade pernambucana, bem como às preocupações das elites conservadoras sobre aquela nova concepção de sociedade. A escolha por esse caminho se fundamenta na gama de documentos produzidos pelo regime militar sobre as atividades revolucionárias do MCP. São documentos ainda não analisados nessa perspectiva que nos possibilitam traçar os impactos do Movimento na conjuntura sociopolítica pernambucana, nesse caso, segundo o olhar dos militares.

Formulado esse percurso, nossa intenção é esclarecer ao leitor que, ao centralizar nossas análises no MCP, pretendemos sobretudo trazer à tona uma nova contribuição acerca da efervescência política e cultural pernambucana dos anos de 1950/60. Nesse sentido, não se trata de reduzir a importância das manifestações ocorridas em solo pernambucano à atuação do Movimento de Cultura Popular do Recife, mas esmiuçar sua contribuição para que o estado de Pernambuco seja considerado o maior laboratório de experiências sociais e culturais do Brasil, nos anos 1960 (CALLADO, 1979).

1. MCP, das bases ao funcionamento



Os primeiros passos de um ideal transformador

No Brasil, o período de 1955 a 1964 registrou uma nova fase dos governos populistas da Quarta República.⁴ As políticas de desenvolvimento industrial nacional e as de democratização social e política exigiam reformas estruturais profundas no cenário político da época. Vale dizer: se outrora imaginava-se o Estado acima das diferenças de classe, conformando-se, assim, em guardião dos interesses da sociedade em seu conjunto, desde a segunda metade da década de 1950, essa ideia não se adequava mais à realidade política e social brasileira. O nacional-desenvolvimentismo lançou as bases de uma nova prática política.⁵ Dito de outra forma, essa empresa tornou possível que grupos progressistas se aproximassem do poder, alimentando, inclusive, o desejo de controlar efetivamente o Estado. Nessas circunstâncias, intelectuais e políticos não alinhados à ordem vigente projetavam ser possível não só direcionar o Estado para uma identificação com os interesses que supunham ser os das classes populares, mas também, realizar uma revolução política e social a partir do próprio Estado. Essa conjuntura lança os pilares para entender tanto as modificações do plano social e político daqueles anos, quanto o nível de consciência possível de um determinado grupo de intelectuais e políticos

4 A fim de explicar à emergência do MCP no contexto político-social brasileiro de meados do século XX, tomamos emprestado o conceito de populismo elaborado pelo sociólogo Gino Germani, em cuja perspectiva sociológica “o populismo foi caracterizado como um momento de transição de uma sociedade tradicional para a moderna (o que implica um deslocamento do campo para a cidade, do agrário para o industrial). No que se refere ao político, a teoria explica o populismo como uma etapa do desenvolvimento de sociedades latino-americanas que não conseguiram consolidar uma organização e uma ideologia autônomas” (CAPELATO, 2009, p. 24). Cientes de que esse modelo teórico não consegue abranger todas as especificidades do período em foco, conforme ficará patente ao longo das análises, fazemos uso dele tão somente para situar o MCP nos limites do quadro histórico conjuntural pernambucano daqueles anos.

5 O nacional-desenvolvimentismo pode ser caracterizado como uma orientação que visava à modernização política e econômica do Brasil, isto é, à transformação de uma sociedade preponderantemente agroexportadora numa sociedade industrializada e urbana. Esse empreendimento marca a ascensão de uma determinada intelectualidade aos centros de poder, não só porque o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, onde um grupo de intelectuais formulou as principais diretrizes dessa orientação – era organicamente ligado ao governo JK, mas também porque esses e outros intelectuais buscaram influenciar a definição desse projeto no plano político, econômico e cultural. A respeito dessa perspectiva, ver Abreu (1975).

que tiveram, em Pernambuco, êxito nesse empreendimento.⁶

Nesse sentido, era em decorrência desse contexto – nova situação econômica, política e social – que as inspirações populares por melhores condições de vida no campo e na cidade se faziam sentir, à época, de diferentes maneiras.⁷ Entender as dinâmicas políticas e sociais de meados do século XX dessa forma, nos leva a conceber que, em Pernambuco,

As frequentes greves de trabalhadores, a crescente importância dos grupos nacionalistas, a mobilização da opinião pública em torno da temática das reformas estruturas (em particular a reforma agrária), a extensão dos direitos sociais dos trabalhadores do campo, a mobilização dos camponeses para a organização sindical ou as ligas camponesas de Francisco Julião – são alguns dos fatores que estavam a anunciar [...] (WERFÖRT, 1980, p. 77)

que as forças progressistas daquele estado, não estavam apenas imbuídas em proclamar verbalmente a opção pelas camadas populares, mas ter uma prática política rigorosamente afinada aos interesses dos setores oprimidos da sociedade pernambucana. Dessa forma, podemos afirmar que quanto mais as elites progressistas ganhavam clareza sobre essa dimensão das suas práticas, tanto mais percebiam a impossibilidade de separar a educação e as manifestações culturais da dinâmica política. Isto é, refletir sobre a favor de que(m) estavam suas lutas políticas determinou a maneira como os grupos progressistas pernambucanos passaram a enxergar a importância da educação e da democratização cultural naqueles anos. Voltemo-nos à compreensão contextual das significantes desse processo.

A rigor, daqueles grupos de intelectuais e políticos tinham o entendimento de que as classes dominantes jamais poderiam denunciar as verdadeiras causas dos níveis de pobreza e miséria das camadas populares. O ponto de partida para se chegar a essa conclusão era o fato de os progressistas conceberem que a única preocupação das classes que compunham a ordem estabelecida era organizar sistemas e sistematizar ideias que colocassem as camadas populares passivas a uma conjuntura capitalista opressora. Ou seja,

6 Aqui, fazemos referência à coligação partidária Frente do Recife. (Cf. nota 4).

7 Essa assertiva se filia à tese de Aguiar (1993) Nela, o autor defende que “os acontecimentos políticos ocorridos em Pernambuco no período compreendido entre 1945-1964 – particularmente aqueles que ocorreram a partir de 1955 – não podem ser entendidos como expressão da unicidade da vida política de Pernambuco naquele período [...] o chamado ‘avanço das massas’, basicamente, não foi um movimento orientado contra a expansão do capitalismo no Brasil. Pelo contrário, [...] aqueles movimentos políticos ocorridos em Pernambuco a partir dos anos 50 expressaram o amplo desejo generalizado por reformas sociais, sustentado por vários setores da sociedade local, regional e nacional naquele período”.

os conservadores trabalhavam por meio daquilo que aqui vamos chamar de “agentes de controle” da ordem vigente – economia, política e educação –, no sentido de criar verdades tidas como universais e necessárias para todos, mas que na realidade “diziam” e “educavam” afirmando tudo o que servia ao ideário de dominação política e econômica das classes abastadas sobre as camadas populares.

Nesse contexto, estava posta a necessidade de uma crítica política aos sistemas regentes da sociedade pernambucana. No plano da educação e das manifestações culturais, observava-se que, enquanto o sistema político se sustentasse por princípios de desigualdade e arbitrariedade, a educação teria como tarefas precípua, primeira, difundir como conhecimento os valores que justificassem a realidade de opressão e submissão legada às camadas pobres daquele estado e, segunda, separar a sociedade em dirigentes e dirigidos. Essa última tipologia, se assim a podemos chamar, era fruto da distribuição desigual dos saberes, tanto no plano da educação formal quanto no referente ao acesso das classes menos favorecidas economicamente às produções culturais que, à época, muito informavam sobre a realidade política e social na qual estavam todos inseridos.

Dessa forma, destacamos que os primeiros passos na direção do processo de politização da educação e da cultura, nos anos 1950-60, passavam por dois momentos distintos, mas que, ao fim e ao cabo, se imbricavam: o primeiro, a crítica ao papel da educação e da cultura no contexto daqueles anos, suas formulações, propostas, bem como o seu funcionamento e usos em relação às camadas populares; o segundo, um trabalho político de criação de uma nova perspectiva, algo que pudesse contribuir, significativamente, para que as camadas populares se tornassem corresponsáveis, no plano da política institucionalizada, pelo projeto alternativo de sociedade que já era, à época, uma questão latente para as camadas camponesas e urbanas oprimidas pela ordem vigente.⁸

Observemos como essa nova perspectiva, esse novo projeto de sociedade, dependia de um pressuposto básico: a organização das camadas populares. Contudo, cumpre-se destacar, que essa questão não era entendida em termos lógico-formais. Não era necessária a consolidação da organização das massas para levar a cabo o projeto de uma nova sociedade. Na teoria e na

8 Sobre a ebulição social no estado de Pernambuco, ver Page (1972).

prática, não se tratava disso. O que interessava, de fato, era sensibilizar todos os setores cujas perspectivas se coadunavam, de alguma maneira, ao projeto pretendido. Assim, se o encaminhamento político acertado era agregar todos os estratos interessados em um novo modelo de sociedade, a aproximação e a organização das massas em prol desse objetivo eram realizadas pela politização tanto das manifestações culturais, quanto pela educação básica.

Certamente a estruturação dessa tática implicava o que o documento abaixo informa:

A necessidade de evitar qualquer plano fantástico e inexecuível e sim a de partir da realidade apresentada pelo Município, não pode impedir um programa que leve em conta a educação integral, longe de limitar-se à generalizada aprendizagem [sic] das letras e dos costumes que, por si só, nem ao menos conseguirá despertar o gosto pela leitura e muito menos despertar o indivíduo para os problemas fundamentais da realidade comum e da sociedade em que vive. Particularmente nos tempos que atravessamos em que o país caminha vertiginosamente para uma era tecnológica e industrial e se faz preciso preparar o homem para construí-la, cada vez mais dignificando-se a sua condição humana. Dessa forma, dentro de um programa de ação, livre de qualquer aparato fantasista, porém visando a eficiência do ensino, procurará, cooperar diretamente com as instituições particulares de caráter educativo, auxiliadas ou subvencionadas pela Prefeitura a fim de que recebam influência decisiva para a melhoria de suas condições de ensino, ao mesmo tempo que lutará por estabelecer um tipo de escola moderna, escola viva, escola de trabalho, servida por todos os recursos de uma sã e autêntica pedagogia, de modo a tender, gradualmente [sic], para a realização de um plano municipal de educação à altura da cidade do Recife.⁹

Observemos a tônica do documento: se, por um lado, o Estado ali representado procurava agir no sentido de que as camadas oprimidas perdessem “a fé servil” nele mesmo e, por consequência, nas elites conservadoras por muito tempo à sua frente; por outro, esperava que os empreendimentos educacionais da prefeitura, na nova conjuntura, resgatassem o sentido primordial da palavra “público”, isto é, popular. Em decorrência desses dois direcionamentos, informa um terceiro, a nosso ver, pedra angular dessa nova concepção de educação: ela, seja a básica ou a por meio das manifestações culturais, não deveria mais ter tutela ou controle do Estado, o que, é claro,

9 Excerto do documento do APGC que diagnostica a “situação calamitosa” da população do Recife em idade escolar e traça algumas diretrizes para equacionar a situação a partir dos novos interesses das elites progressistas que assumiam a prefeitura da cidade na segunda metade dos anos 1950. Embora o texto não esteja datado, seu conteúdo deixa claro que foi redigido ainda no calor da posse de Miguel Arraes como prefeito (1959).

não implicava a liberação do Estado dos seus encargos, mas a participação dos organismos representativos das camadas e dos próprios populares na decisão das políticas públicas educacionais. Assim, tratava-se de contribuir para projetos educacionais autônomos quanto ao Estado, concedendo à educação, de modo sistemático e elaborado, importância na organização das massas em seus próprios espaços.

No entanto, parece-nos sintomático que a defesa dessas ideias desembocava num dilema difícil de ser superado. Em que medida essas instituições e seus respectivos militantes conseguiam permanecer verdadeiramente autônomos em relação ao Estado? Seria possível uma organização receber dotações orçamentárias do Estado e permanecer blindada de uma possível ingerência governamental em suas atividades? Em que termos essa relação era pautada? Nas próximas seções, buscaremos esclarecer esses pontos a partir das atividades educacionais e culturais desenvolvidas pelos intelectuais militantes no MCP do Recife.

Das ideias à ação: MCP e suas relações com os governos do Arraes

Ao questionarmos o papel da prefeitura do Recife entre 1959 e 1962 e do governo de Pernambuco, de 1963 a 1964, nos empreendimentos do MCP, precisamos considerar os embates ideológicos travados, sobretudo, a partir de 1955.¹⁰ Essa tarefa é imprescindível para chegarmos a resultados mais acurados sobre a relação entre os intelectuais daquele Movimento e o Estado. Assim, passemos a analisar dois textos de época que nos parecem emblemáticos para se compreender essa conjuntura ideológica.

Êsse mar de gente, que em sua imensa maioria é feito de camponeses e operários vindos de diferentes áreas nordestinas, não chegou até aqui trazidos pela curiosidade gratuita. Ele aqui ocorreu convocado para um encontro histórico, para dizer, com sua presença participante, que aceita e assume à cota de responsabilidade que lhe cabe, no compromisso que vamos hoje a aqui selar.

A demagogia já não teria tido o poder de convocá-lo. É que nesta terra, de vida dura e gente maltratada, muita coisa mudou e algo novo está acontecendo. Por longos anos, o povo do Nordeste aplaudiu palavras que não se transformaram em ação, teve esperança em promessas que não foram cumpridas. Nem

10 Os conceitos de artistas e patronos de Williams (1992, p. 38-44) fornecem elementos que nos possibilitam entender, de forma mais acurada, os enlaces estabelecidos entre aqueles intelectuais e os poderes públicos.

por isso as coisas melhoraram. Pioraram as estatísticas da miséria e da vergonha. E mais que as estatísticas, piorou a vida do povo [...]. Tenho vergonha dessa verdade, mas tenho o dever de proclamá-la. Ela é bem o símbolo de um sistema de privilégios e de discriminação, que há muito já deveria ter sido destruído. A maioria das estruturas e das instituições, em que se cristaliza êsse sistema, constituem uma mentira histórica que é criminoso continuar sustentando. As instituições e as estruturas – isso é lição elementar – não são nem imutáveis nem eternas. Por isso é que, quando alguém vocifera que tal ou qual comportamento é uma ameaça às instituições, por atrasadas e caducas, nem são mais instituições e constituem crime contra a vida de milhões de patrícios nossos. [...]

A discriminação e a violência, porém, já não se exercem tão tranquilamente, como outrora. Nessa verdadeira pedagogia da experiência que outra coisa não tem sido sua luta sobreviver – nosso povo tem aprendido muito; e já aprendeu o suficiente para não mais se deixar iludir, para não mais permitir que sua miséria e seu sofrimento continuem alimentando a demagogia dos que dele se lembram, e lembram mal, às vésperas de eleições. Nosso povo adquiriu uma sabedoria nova, que em grande parte resulta de sua posição realista e crítica diante do que impediu e ainda impede a solução de seus dramáticos problemas [...] O que temos hoje diante de nós – ninguém se iluda a êsse respeito – é uma realidade nova: é a realidade de um povo que decidiu não mais viver à margem, não mais viver de espectador da sua própria história; êsse povo decidiu assumir o papel que legitimamente lhe compete, de ser êle próprio criador da História. (ARRAES, 1963)

Assim falava, em 1963, Miguel Arraes. Embora essa citação em si já nos diga muito sobre suas posições ideológicas, vamos analisá-la pela comparação com outro texto de época:

Poderá o Sr. Miguel Arraes vir a realizar um dia, em nossa política nacional, o que não fez o Sr. Jânio Quadros?

É por ora uma pergunta que faço a mim mesmo, pensando em voz alta ao ler os termos do seu discurso de posse. A resposta só poderá vir com o correr do seu Governo. A renúncia do nosso ex-Presidente nos ensinou, de modo definitivo, a não nos deixar embalar por fáceis esperanças. O 3 de outubro de 1961, como agora o 6 de janeiro de 1963, foi uma demonstração eloquente de duas coisas: que o povo brasileiro quer uma mudança profunda nas instituições, ou pelo menos no modo de serem conduzidas; e ainda acredita, como sempre acreditou durante toda a sua história, no modo pacífico de realizar essa transmutação de valores. É certo que o processo violento da hiperinflação está levando êsse mesmo povo às raias do desespero. E êsse

é hábilmente explorado pelos radicalistas da extrema direita e da extrema esquerda, isto é do **gorilismo** e do **fidelismo**, duas plantas exóticas mas facilmente aclimatáveis em nosso meio se continuar-mos pelos caminhos da aventura, da leviandade, do esbanjamento que vínhamos últimamente trilhando, e contra o qual vem sàbiamente reagindo a política financeira dos Srs. João Goulart e San Tiago Dantas.

Ora, um homem como o Sr. Miguel Arraes, que não conheço pessoalmente e desejo julgar apenas por seus atos e não apenas por suas palavras, é um valor nôvo em nossa política nacional. Apresenta-se sem aspecto demagógicos, sem retórica, sem violência, sem promessas, sem ameaças, mas também sem contemplações e complacências com os vícios de uma política de fachada e de interêsses plutocráticos ou revolucionários, e marcado apenas pelo sestro de um nacionalismo econômico, de que poderá curar-se (ATHAYDE, 1962).

Essas duas reflexões nos parecem sintomaticamente típicas da conjuntura ideológica dos anos 1950-60. De um lado, um político sensível ao futuro, do outro, um pensador sensível ao passado¹¹. Em Pernambuco, havia muitos políticos identificados com a segunda forma de pensar a sociedade, quase sempre, com posicionamentos mais radicais do que o de **Tristão de Athayde**. Eram muitos os que se sentiam seguros e tranquilos, calmamente convencidos de que não teriam senão de repetir as práticas políticas já há muito realizadas.

11 No box, constam traços biográficos que nos levam a considerar Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima) um intelectual conservador com olhar sensível apenas ao passado. Para maiores detalhes sobre a trajetória do pensador, ver Beloch (2001).

TRISTÃO DE ATHAYDE

Nascido Alceu Amoroso Lima no Rio de Janeiro, em 1893, bacharelou-se em 1913 pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e em seguida viajou para a Europa, onde fez cursos na Sorbonne e no Collège de France. Em 1919, iniciou sua colaboração em “O Jornal” como crítico literário, passando a utilizar o pseudônimo. Em 1924, insatisfeito com sua postura existencial, começou a demonstrar interesse por assuntos religiosos. Assim, em 1932, diante da convocação de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1933, participou da fundação da Liga Eleitoral Católica (LEC) e tornou-se secretário-geral dessa organização, cujo objetivo era apoiar candidatos que, independentemente de partidos, se dispusessem a defender na Constituinte os pontos de vista da Igreja, como a indissolubilidade do casamento, a assistência religiosa às escolas públicas, a pluralidade sindical. Apesar de simpático à Ação Integralista Brasileira (AIB), evitou uma associação maior com essa organização, preocupado em manter a LEC como entidade suprapartidária. Como professor, opôs-se à corrente renovadora do ensino aglutinada no movimento da Escola Nova, liderado por Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira. Combateu especialmente a gestão de Anísio Teixeira na Secretaria de Educação do Distrito Federal durante a prefeitura Pedro Ernesto, bem como seu projeto da Universidade do Distrito Federal (UDF), incomodado com o surgimento de um centro de ensino superior de orientação laica, gerido a partir de um polo de poder identificado com uma perspectiva política de esquerda. Após a implantação da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937, foi nomeado reitor da UDF e patrocinou o desmonte da estrutura criada por Anísio Teixeira. Em 1945, tomou parte no I Congresso Brasileiro de Escritores, marco decisivo na redemocratização do país. Em 1962 participou, como representante brasileiro, do Concílio Vaticano II e foi profundamente influenciado por suas decisões e pela nova orientação dada à Igreja Católica pelo papa João XXIII. Aprofundando suas concepções liberais, passou a admitir a evolução da sociedade em direção ao socialismo. Em 1967, foi nomeado pelo papa Paulo VI membro da Comissão de Justiça e Paz, com sede em Roma. Morreu em Petrópolis, em 1983.

Insuscetível para vislumbrar as mudanças pelas quais a sociedade pernambucana passava à época devido a essas características, esse grupo era sempre tomado de surpresa ante os acontecimentos. E, curiosamente, logo que o novo emergia, faziam-se conservadores dele, numa dinâmica que obedecia a uma espécie de tradição há muito enraizada na sociedade brasileira e manifesta, de forma mais latente, na conjuntura social pernambucana. No entanto, entre aqueles, muitos sentiam o futuro e, como Arraes, julgavam que a sociedade pernambucana deveria esquecer o sombrio passado e abraçar de forma destemida o futuro. Para esses últimos, a integração social já não

poderia ser sustentada apenas por mudanças políticas. As transformações políticas deveriam ser sucedidas por transformações sociais significativas que assolavam Pernambuco. Assim, a relação aqui pormenorizada não pode ser entendida como simples plano pedagógico, nem como mero plano administrativo, mas como plano de descentralização política e reconhecimento do estado de integração de uma parcela da sociedade para o cumprimento de um dado objetivo comum.

Nesse sentido, havia uma interdependência entre intelectuais e Estado. E nessa relação, os militantes do MCP assumiam uma posição ambígua em relação ao poder público.

Pensado como uma instituição cujo fim era organizar as camadas populares pernambucanas para dar sustentação política a uma determinada elite progressista, os intelectuais militantes exerciam um duplo papel nesse jogo político: ora representavam o poder público e seguiam, assim, as diretrizes do Estado, ora representavam os interesses das camadas populares por uma maior participação na dinâmica política. Ao fim e ao cabo, eram uma ponte de mão dupla entre o governo e setores populares.

Essa complexa relação deitava suas raízes no fato de Miguel Arraes projetar as necessidades de um novo modelo de sociedade para as formações intelectuais que compunham o MCP, de um lado, e, de outro, porque eles mesmos vislumbravam também alcançar as mudanças tão desejadas por meio de uma revolução que começaria desde o Estado. E ambos não poderiam renunciar ao apoio de uma população que, à época, já tinha emergido para uma posição de destaque no cenário político local.

Desse modo, nossa primeira convicção básica é de que não havia diferença no enfoque sobre o trabalho a realizar junto às camadas populares. Não havia discrepância em relação aos planos de ação a seguir no interior do Movimento: se havia alguma divergência entre as políticas de Estado e os projetos emanados diretamente da iniciativa dos intelectuais, essas diferenças eram transformadas em diversidade de trabalho a partir da constatação de a favor de que(m) os trabalhos eram realizados.

Nossa segunda convicção básica é a de que, em todas as deliberações sobre a estruturação dos planos e objetivos a serem seguidos pelo MCP, todas as vozes eram escutadas, seja a voz do Estado ou de algum intelectual sem vinculação político-partidária. Mas se o MCP fosse uma organização

na qual as decisões fossem tomadas sem o aval prévio do então prefeito e, depois, governador, Miguel Arraes, o Movimento estava fadado, por certo, a não atingir seus objetivos. Essa assertiva se fundamenta no fato de que os principais projetos que o MCP desenvolvia tinham uma ligação orgânica com a prefeitura do Recife. Um exemplo paradigmático dessa ligação pode ser apreciado a partir dos enlaces estabelecidos entre prefeitura e MCP quanto aos projetos artísticos do Movimento pernambucano.

Argumentava um destacado membro da Divisão de Cultura Brasileira do MCP que, desde a mais longínqua antiguidade, o teatro sempre foi tido como um profícuo instrumento de transmissão de valores, assumindo, dessa forma, um lugar de vanguarda e influência na alma do povo ao longo da história. Sabedores do valor cultural e educacional dessa arte, o Departamento de Educação e Cultura da prefeitura do Recife e o MCP estabeleceram uma estratégia de ação consequente nesse campo.¹² Ao levarmos em consideração que, à época, o ensino da arte teatral no Brasil não tinha categoria legal, os elementos que pautaram aquele diálogo entre a prefeitura e o MCP nos fornecem algumas informações para entendermos os pormenores da relação dos intelectuais que ali militaram e o Estado (BRASIL, 1960).

Para efeito de apreender tal conjuntura, passemos a analisar alguns documentos:

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO RECIFE, usando de suas atribuições legais e considerando a proposta que lhe foi encaminhada pelo Departamento de Documentação e Cultura, através do ofício D. AS – 278, de 8 de março de 1961,

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica fundado, como órgão consultivo, junto ao departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife, a Comissão de Teatro.

ARTIGO 2º Compete à Comissão de Teatro: [...]

3) – Fortalecer um teatro de cunho cultural e artístico, popular, regional e educativo; [...]

7) – Aglutinar e estimular todos os conjuntos teatrais amadores e profissionais, bem como tôdas as instituições pertinentes ao teatro a fim de assegurar a dinamização do movimento teatral; [...]

¹² Andrade construiu o argumento aqui referido em comentário sobre os festivais do Recife.

- 9) – Sugerir aos Poderes Públicos legislação que proporcione o desenvolvimento do teatro;
- 10) – Planejar, em colaboração com entidades bancárias, concessão de empréstimos às empresas teatrais bem como financiamento para a montagem de peças;
- 11) – Opinar sobre os pedidos de auxílio financeiro e empréstimos formulados ao Departamento de Documentação e Cultura pelos conjuntos teatrais vinculados à Comissão de Teatro para a preparação de repertório e apresentação de espetáculos[...]. (RECIFE, 1961)

Realçamos nesse documento que, por meio do Departamento de Documentação e Cultura, a prefeitura coordenava toda a produção teatral na capital pernambucana. E dentro dessa linha de ação, todos os empreendimentos teatrais ligados à Comissão de Teatro, inclusive os do MCP, estavam sob uma mesma perspectiva de política cultural chancelada, organizada e, em grande medida, dirigida pela prefeitura. Dessa forma, tratava-se de ações planejadas desde o Estado e, conseqüentemente, não entregues à improvisação. Aquele órgão consultivo tinha a finalidade de compreender, por meio de um intercâmbio cultural dos diversos grupos teatrais, pesquisas e debates, os problemas pelos quais a produção teatral pernambucana passava à época. Essa iniciativa tinha como objetivo dar um novo impulso àquela expressão artística, mas dentro de uma perspectiva que valorizasse a realidade local, não dando espaço para os grupos agirem à sua maneira quanto ao pensar artístico.

O decreto analisado nos informa, de modo contundente, por parte da Comissão de Teatro, um latente esforço em ampliar o público teatral, sobretudo, na cidade do Recife. À medida que a comissão se tornava um *continuum* entre aqueles diversos grupos, vantagens surgiam, ao lado de problemas. De um lado, aumentou a pressão e o controle da prefeitura sobre aquelas produções culturais. A nosso ver, no bojo desse controle a prefeitura interpretava aqueles grupos de um ponto de vista utilitário, como um “sistema escolar” dirigido para um fim específico: a mudança da sociedade.

De outro lado, à medida que a distinção tradicional entre o fazer teatral e a sociedade menos abastada desaparecia – e tanto a pesquisa como as funções intelectuais investidas naquelas produções eram partilhadas com a comunidade mais ampla –, tornava-se evidente que o teatro, e outras manifestações culturais, perdiam o caráter de veículos centrais para a mudança da ordem política e social. A sociedade mudava em virtude de toda a revolução ocasionada pela aproximação dessas manifestações culturais das camadas po-

pulares. Nesse sentido, aquele teatro, de um modo ou de outro, não perdia a identidade com os preceitos emanados da prefeitura por ser “consciente” do seu relacionamento com as esferas políticas e sociais e da sua “responsabilidade” para com elas.

Independente do sentido que se possa dar àquele processo, aquela sociedade estava se reestruturando cada vez mais pela nova igualdade de oportunidades no início do processo educacional, por meio dos empreendimentos culturais ou não. Nesse sentido, a interdependência entre os intelectuais do MCP e a prefeitura do Recife não colocava em xeque o intuito de democratizar as manifestações teatrais, base daqueles projetos.

Vejamos algumas peças e autores do I Festival de Teatro do Recife, evento idealizado pelo professor Germano Coelho, promovido e organizado pelo Departamento de Documentação e Cultura da prefeitura com apoio do MCP e do Serviço Nacional de Teatro.: “Boca de Ouro”, de Nelson Rodrigues; “A Joia”, de Arthur Azevedo; “Pedro Mico”, de Antônio Calado; “O Eclipse” de José Carlos Cavalcanti Borges; “A Mulher do Outro Mundo”, de Noel Cward; “A... Respeitosa”, de Jean Paul Sartre; “A Derradeira Ceia”, de Luiz Marinho; “Um Paroquiano Inevitável”, de Hermilo Borba Filho; “Diva”, de Cleiber de Andrade; “O Genro de Muitas Sogras”, de Arthur de Azevedo; “L’ecole des Femmes”, de Molière; “Senhora de Engenho”, de Mario Sette; “Judas no Tribunal”, de Godofredo Tinoco; “Eles não usam Black Tie”, de Gianfrancesco Guarnieri; e o “O Pagador de Promessas”, de Dias Gomes. À frente das encenações estavam os seguintes grupos: Teatro Nacional de Comédia, Teatro Adolescente do Recife, Teatro do Estudante Israelita de Pernambuco, Os populares, Teatro Experimental de Cultura, Teatro Phoenix do Recife, Teatro do Funcionário Público, Teatro Pernambucano, Curso de Teatro da Escola de Belas Artes de Pernambuco, Teatro de Amadores de Caruaru e o Madrigal da Universidade da Bahia (MELLO, 1962).

Destacamos desse empreendimento o empenho da prefeitura e do MCP no sentido de viabilizar o conagraçamento da classe teatral local – amadores e profissionais. Essa agitação artística, no melhor sentido, obtida pelo comprometimento da prefeitura e do MCP em democratizar as manifestações teatrais, teve resultados expressivos. No campo artístico, houve a revelação de novos talentos em diferentes setores da atividade teatral:

AUTOR – LUIZ MARINHO – Sua peça [sic] “A DERRADEIRA CEIA” marcou estreia como autor, e nos termos do Regulamento Geral, será a mesma publicada pelo DDC.

DIRETOR – WILSON MAUX – Dirigiu o elenco de “OS POPULARES”, aumentando assim o tão necessário quadro de diretores atuantes no Recife, iniciando sua atividade em tal setor. CENOGRÁFOS – UBIRAJARA GALVÃO assinando os cenários de “O ECLIPSE” e “O GENRO DE MUITAS SOGRAS”, JOÃO BOSCO com “A MULHER DO OUTRO MUNDO”, LÚCIO CASTRO com “A... RESPEITOSA”, Renato Mello com “ÊLES NÃO USAM BLACK TIE”, foram novos artistas revelados pelo Festival;

ATORES E ATRIZES – Numerosa é a lista dos amadores que estiveram em teatro, atuando nas peças do I FESTIVAL (MELLO, 1962).

Elemento articulado a uma perspectiva de política cultural que buscava concorrer para a multiplicação dos profissionais envolvidos nas lides teatrais e contribuir para a criação de uma nova dramaturgia pernambucana afinada ao projeto de sociedade emanado do entrelaçamento das ideias dos intelectuais do MCP e do prefeito Miguel Arraes.

Dessa especialização no campo das artes, florescia a necessidade de estreitar a cooperação entre especialistas de campos relacionados e a interdependência entre indivíduos e entre indivíduos e Estado como um fator positivo na construção do projeto de uma nova sociedade. Desse modo, a necessidade de reconhecer as limitações de conhecimento em alguns campos, seja a esfera político-administrativa, seja mesmo o artístico, criava o caminho para alguns intelectuais não ajustados a um sistema rígido, por vezes até dogmático, vislumbrarem uma liberdade para descobrir padrões de relacionamento que os conduzissem à execução de um projeto comum a partir das diretrizes oriundas da prefeitura do Recife. Assim, nos empreendimentos do MCP, em que o conhecimento e a racionalização tinham as melhores cotações, a capacidade individual do intelectual de aprender ou de se adaptar a condições de trabalho cambiantes era, a todo o momento, requerida.¹³

O impacto dos projetos do MCP na dinâmica social pernambucana, os padrões em mudança e as novas exigências do ensino e da pesquisa, a crescente pressão e controle da prefeitura sobre os empreendimentos culturais do Movimento resultavam no enlace cada vez mais estreito e interdependente entre intelectuais e poder público, relação pautada pelo reconhecimento de que educação, projetos culturais e desenvolvimento econômico, político e

13 Empregamos o termo “racionalização” no sentido sociológico: ação racional quanto aos fins a que se propõe.

social estavam totalmente ligados. Assim, o planejamento das ações do MCP integrava o de uma prefeitura empenhada em redefinir as bases sociopolíticas e econômicas de Pernambuco.

Dito isso, cabe analisar o documento que evidencia o significado daquele festival:

O I Festival de Teatro do Recife, que se repetirá anualmente, durante o verão, se enquadra nesta política cultural mais larga. Mobiliza o drama do Recife. De seus mangues cobertos de mocambos. Da lama, dos morros e alagados, onde proliferam o analfabetismo, o desemprego, a doença e a fome. (MCP, 1962e)

Tomados como atividades sistemáticas, os projetos culturais requiriam de seus promotores a definição das intenções pretendidas e as manifestações culturais incidentes sobre os indivíduos como sujeitos coletivos, situados numa sociedade dada, num tempo definido. Esses traços faziam com que o empreendimento fosse pensado desde um corpo de ideias emergentes de perspectivas e valores que traduziam o desejo de mudança de ordem completa – política, econômica e cultural. Logo, a organização das ações do MCP pressupunha a articulação de interesses para o alcance de uma dada meta, o que por sua vez, criava a interdependência entre os intelectuais mcpistas e o prefeito/governador Miguel Arraes.

A existência dessa organização pedagógica por trás de todos os empreendimentos do MCP e que esta consistia numa mediação entre uma concepção de sociedade e uma ação educativa em uma realidade determinada, leva-nos no próximo item a desenvolver algumas considerações sobre os princípios que regiam o Movimento.

MCP: os princípios para a ação

O objetivo das lideranças do MCP era utilizar as expressões culturais existentes para desenvolver nos setores populares uma consciência crítica a respeito das realidades política, social e econômica experimentadas no estado de Pernambuco. Para os intelectuais progressistas que assumiram posições de destaque no cenário local no pós-guerra, uma evidência se demonstrava nítida: havia um hiato entre o Estado e os indivíduos. O processo de modernização capitalista desenvolvido nessa condição contribuía para aumentar de forma exponencial os índices de pobreza das populações marginalizadas. O

MCP elaborou novas linguagens e símbolos para encurtar a distância entre o Estado e os setores populares. As ações do Movimento visavam criar uma cultura comum capaz de promover a valorização dos seres humanos como elemento primário para o desenvolvimento socioeconômico local e, no limite, nacional. Os militantes do MCP concebiam que a reorientação política do Estado, promovida pela associação dos intelectuais progressistas e os movimentos populares organizados, iria resolver o problema das massas marginalizadas socioeconomicamente.

Esses princípios informaram as três dimensões do MCP. A primeira delas, a dimensão militante do Movimento, criado pelas formações intelectuais progressistas para “promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos” bem como “proporcionar a elevação do nível cultural do povo” (MCP, 1961). Seu caráter pluralista não discriminava filosofias de vida, crenças religiosas nem convicções ideológicas. O MCP foi um esforço coletivo para elevar o nível material e espiritual do povo por meio da educação e da cultura. Sua política cultural compreendia:

[...] educar para a liberdade. Para a autonomia. Para a maioria. Educar não só a criança. Mas o adolescente. E também o adulto. Educar através das escolas comuns. Educar, recorrendo a processos informais, nas praças públicas e em plena rua. Educar pelo rádio. Pelo cinema. Pela televisão. Pela imprensa. Educar explorando novos métodos e técnicas de educação. Experimentando. Adaptando. Criando. Educar recreando. Educar informando. (MCP, 1962d)

A partir dessa linha de ação, o MCP mobilizou professores da Faculdade de Medicina do Recife, da Faculdade de Odontologia e da Escola de Serviço Social de Pernambuco para orientar os setores populares sobre saneamento básico, higiene pessoal, atividade física, alimentação e controle de peso, cuidados com os dentes e medidas para impedir proliferação de doenças. No âmbito das artes, o MCP movimentou os antigos membros do Ateliê Coletivo da Sociedade de Arte Moderna do Recife - SAMR¹⁴, alunos e

14 Surgida após a primeira exposição de esculturas de Abelardo da Hora, em 1949, em linhas gerais, a SAMR buscava romper com o sistema acadêmico de ensino de arte vigente na Escola de Belas Artes do Recife. Animada por Ladjane Bandeira, Augusto Reinaldo, Reinaldo Fonseca e Delson Lima, entre outros, a entidade foi dirigida por da Hora até o início dos anos 1960. Logo após assumi-la, ele idealizou o Atelier Coletivo, ativo até fins da década de 1950. Extensão da SAMR, suas atividades seguiam as mesmas diretrizes: democratizar o ensino da arte e criar um espaço de representação dos artistas junto ao poder público. (RECIFE, 1986, p. 13-18).

professores da Escola de Belas Artes da Universidade do Recife, entre outros artistas locais, para realizarem intervenções e exposições com vistas a difundir o gosto pela arte entre a comunidade recifense, sobretudo entre as camadas populares. No domínio do cinema, mobilizou os estudantes do Centro de Estudos Cinematográficos da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife para, em parceria com outras instituições, fazer do Recife um polo cinematográfico capaz de produzir reflexões a respeito das mazelas sociais do Nordeste e servir ao processo de educação de jovens e adultos (BRASIL, 1962). No setor teatral, chamou à ação grupos amadores e profissionais do estado para em conjunto desenvolverem um teatro autenticamente popular (MCP, 1962d). No campo educativo, engajou 452 professores da prefeitura do Recife e 174 monitores, a maioria destes, estudantes universitários, que, por meio de escolas isoladas, grupos escolares, escolas radiofônicas, escolas profissionais para motoristas, cursos de costura, artesanato e de artes plásticas, ofereceram às classes populares da cidade instrução primária, profissional e cultural (Cf. Recife (1961); MCP (1962a).

O MCP foi flexível na utilização dos instrumentos capazes de criar a almejada cultura comum de valorização dos seres humanos. A partir da mobilização de amplos setores da sociedade, o Movimento se adaptou às necessidades reais das camadas marginalizadas da cidade do Recife. Essa perspectiva partia do entendimento de que era tarefa dos detentores dos “instrumentos superiores” da cultura ir ao encontro dos setores populares. Dessa interação entre bens culturais e vivência popular, surgiria o caminho por meio do qual os intelectuais mcepistas promoveriam a conscientização dos oprimidos e marginalizados da capital pernambucana. A partir desse conjunto de princípios, os intelectuais mcepistas subordinaram o desenvolvimento socioeconômico ao imperativo de os setores populares partilharem de todos os bens culturais que historicamente lhes foram negados¹⁵. A conscientização das massas informou todas as atividades do MCP tornando-se uma espécie de filosofia que deveria ser seguida por todos os militantes do Movimento.

A segunda dimensão pautada por esses princípios foi a de laboratório de pesquisa. O MCP procurou desenvolver conteúdos e técnicas específicas para a educação de adultos. A experiência desenvolvimentista e seu

15 Dito por Freire (1983, p. 99): “para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser conhecida, em que não apenas está, mas *com* a qual se defronta”.

projeto educacional lhe impunham essa necessidade. Em 1956, as ideias do presidente Juscelino Kubitschek acerca do desenvolvimento nacional estavam alicerçadas no tripé energia-transporte-alimentação. A esse tripé estavam associadas as vinte metas do plano de governo apresentado durante o período da campanha eleitoral, mas também as demais metas acrescidas a ele ao longo do governo Kubitschek. No plano da educação, JK demonstrou interesse pelo ensino técnico já nos primeiros dias de gestão. Em um dos seus primeiros atos, ele instituiu a Comissão de Educação e Cultura do Conselho do Desenvolvimento da Presidência da República. Para ela, nomeou educadores e economistas cuja missão era elaborar um plano educacional para o governo federal. Apesar da participação do educador Anísio Teixeira na Comissão, os resultados apresentados no relatório final foram delineados pelas ideias do economista Roberto Campos e, sobretudo, do professor Ernesto Luiz de Oliveira Junior, um grande entusiasta do ensino técnico.

No início dos anos 1950, o então presidente Getúlio Vargas, delegou a ele a missão de visitar diversos países em busca de conhecimentos que pudessem melhorar os setores da ciência e tecnologia no Brasil com a intenção de criar condições para diminuir o déficit de técnicos requeridos pelo processo de desenvolvimento em marcha. O conhecimento acumulado desse período e o bom trânsito nos círculos de poder na capital federal contribuíram para que Kubitschek o nomeasse diretor-executivo da Comissão de Educação e Cultura do Conselho do Desenvolvimento¹⁶. No relatório que a Comissão apresentou constava o seguinte ideal de educação:

O ideal educacional do nosso povo e do nosso tempo deve ser assim conceituado como uma “educação para o desenvolvimento”. E todo o sistema educacional vivo deve estar voltado para a solução dos problemas com que se defronta a sociedade. A sociedade brasileira, no meado do século XX, tem no desenvolvimento econômico o seu problema culminante, cuja solução será punida com a implantação do pauperismo, a diminuição da independência econômica e a perda provável das liberdades públicas. (MEC, 1967, p. 37)

Essa perspectiva orientou a política educacional do governo Kubitschek. De acentuada modernização econômica, a educação do período deveria assegurar o domínio das técnicas fundamentais do processo educativo (ler,

16 Sobre vida e carreira do prof. Ernesto Luiz de Oliveira Jr., ver UNICAMP. CLE (1988).

escrever e contar), mas também o desenvolvimento das habilidades mínimas para a convivência social e para os deveres da produção. Nesse diapasão, o conceito de uma educação adequada consistia em um preparo intelectual e moral aos imperativos do desenvolvimento econômico do Brasil, diretriz prevalecente no âmbito do governo federal mesmo após o fim do mandato presidencial de JK.

O MCP iniciou as atividades voltadas à alfabetização de adultos em 1962. Nesse ano, o Movimento assinou, em conjunto com a prefeitura da cidade do Recife, um convênio com o Ministério da Educação e Cultura para viabilizar tecnicamente esse projeto educativo. O governo federal disponibilizou para o MCP as cartilhas e o conteúdo radiofonizado do Sistema Rádio-Educativo Nacional – SIRENA, uma das instâncias do Ministério responsável pela educação de adultos¹⁷. Nas palavras de Fávero (2005): “O Sirena conseguiu fazer a cartilha de alfabetização mais bonita, a primeira em cores, mas didaticamente a mais problemática que se tem herança dos anos de 1950: a Radiocartilha”. Os problemas didáticos da cartilha apontados por Fávero e amplamente registrados pela literatura dos movimentos de cultura e educação popular dos anos 1960 consistiam no alheamento das complexas realidades vivenciadas nas distintas regiões do Brasil. Em seu livro de memórias, Coelho (2012, p. 28) teceu o seguinte comentário a respeito do material educativo do Sirena: “Uma decepção, dizia coisas assim: no fim do mês, você deve colocar sua poupança na Caixa Econômica Federal. No fim do ano, deve pintar sua casa. Nada a ver com o Nordeste, com a pobreza de nosso povo”. Os dirigentes do MCP recusaram esse material e, a partir do próprio Movimento, os intelectuais mcepistas desenvolveram estratégias originais para a educação de adultos.

Nas duas estratégias para a educação de adultos desenvolvidas no MCP, as técnicas e os conteúdos foram informados pela realidade socioeconômica dos setores populares da cidade do Recife. A primeira contou com o empenho de Norma Porto Carreiro Coelho e de Josina Maria Albuquerque Lopes de Godoy, fundadoras do MCP. Germano Coelho confiou às duas militantes a tarefa de desenvolver uma cartilha adequada às finalidades do movimento. No período de elaboração da nova cartilha, a Divisão de Pesquisa do

17 Além do SIRENA, a União coordenava a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CNAA); a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER); e a Campanha Nacional de Erradicação do Alfabetismo (CNEA).

MCP não estava em pleno funcionamento, pois suas primeiras atividades começaram no segundo semestre de 1961, com a incipiente equipe que contribuiu com o projeto e a implementação das Praças de Cultura do movimento. Dirigida por Paulo Freire e coordenada por Paulo Rosas, essa equipe ganhou contornos definitivos com a contratação de novos pesquisadores em fevereiro de 1962. Ainda assim, no primeiro semestre desse ano, seu quadro fixo de colaboradores contava apenas com Aécio de Aquino, Constância Nelly, Swenson Lapa, Dayse Martins Fernandes, Leonardo Guimarães, Maria Isabel de A. Araújo, Mateus Rocha e Tarcísio Rêgo Quirino. Entre janeiro e junho, o grupo realizou pesquisas sobre: o conteúdo crítico de crenças e atitudes da população recifense, o carnaval pernambucano e as festas joaninas (MCP, 1962b). A sobrecarga de atividades contribuiu para que o desenvolvimento da cartilha contasse com o suporte da Divisão de Ensino, dirigida pela professora Ana Paes Barreto.

Para elaborar a cartilha, as autoras aproveitaram os conhecimentos acumulados pela equipe que percorreu os morros, córregos e bairros pobres da cidade para levantar os locais onde seria possível instalar as primeiras escolas do MCP. Além disso, durante três meses, desenvolveram pesquisas *in loco* nas zonas populares da capital pernambucana (BARBOSA, 2009; COELHO, 2012, p. 28). Da análise do material acumulado, elas definiram os centros de interesse a serem trabalhados nas lições da cartilha nomeada de “Livro de leitura para adultos” (GODOY; COELHO et alii, 1962). Os centros de interesse e as palavras-chave correspondentes eram: direito do povo / povo, voto; luta pela sobrevivência / vida, saúde, pão; moradia / casa, mocambo; cidade / Recife, alagado; estudo / escola, operário, livro; religião / templo; mundo / globo, atlas; sertão / sertanejo, chuva, sol; problemas da cidade / mangue, draga; problemas do campo / açúcar, Pernambuco, engenho, enxada; problemas do Nordeste / Nordeste, homem; reforma agrária / flagelado, progresso; desenvolvimento / Brasil, trabalho; pesca / jangada, peixe, coqueiro; festas populares / arraial, quadrilha, frevo, ritmo, zabumba, cabloquinhos, guararapes; organização política / República, democracia, paz (Idem). A técnica de ensino apresentada partia da palavra. Vejamos o esquema geral do processo:

1. Apresentação das palavras-chave e debate em torno do centro de interesse.
2. Apresentação das palavras-chave dentro de frases.
3. Destaque das sílabas novas encontradas nas palavras-chave.

4. Composição de novas palavras. (Idem)

Cada palavra escolhida do universo familiar dos educandos constituía uma palavra-chave. Sua importância no processo de ensino estava no fato de encerrarem ideias significativas e apresentarem ao analfabeto, pela primeira vez, as sílabas formadoras de novas palavras. Essas palavras-chave eram organizadas em centros de interesse que representavam, dentro do esquema geral, os principais temas a serem debatidos ao longo de todo o trabalho educativo. Escolhidos de antemão pelas autoras, esses temas cumpriam duas finalidades: de um lado, motivar os adultos a permanecer na escola por meio da inserção das distintas realidades cotidianas dos analfabetos na dinâmica educativa; de outro, conscientizá-los quanto a seus direitos, deveres e, sobretudo, quanto às causas dos problemas sociais e econômicos.

A segunda estratégia de educação de adultos foi desenvolvida no Centro de Cultura Dona Olegarinha. Os centros de cultura foram idealizados pelo prof. Paulo Freire. Para efetivar essa experiência, integrante do Setor de Educação de Adultos do MCP, ele contou com o apoio de assistentes sociais e estudantes da Escola de Serviço Social de Pernambuco. No projeto elaborado para ser uma alternativa às técnicas educativas que utilizavam cartilhas no processo de educação de adultos, o centro de cultura foi concebido como “uma unidade educativa enfeixando um conjunto de motivos que agregam grupos, que os levam a atividades de objetivos semelhantes” (FREIRE, 1962). No Centro Dona Olegarinha, essas atividades tinham uma dinâmica interdependente e constituíam meios para alcançar o mesmo objetivo: educar a pessoa, os grupos e a comunidade (Idem).

Inicialmente, a experiência levou a cabo atividades de clubes de leitura, de pais, de costura, de recreação, de saúde e um tele-clube. Essas instâncias operaram como núcleos motivadores para despertar o interesse da comunidade-alvo para os trabalhos pedagógicos desenvolvidos pelo Centro. A estratégia era efetivada da seguinte forma: no tele-clube, promoviam sessões para que os moradores do entorno do Centro pudessem assistir televisão. Ao fim de cada sessão, os monitores selecionavam determinados programas para serem debatidos com os adultos presentes. O conjunto da atividade consistia em proporcionar aos adultos a oportunidade de desenvolver técnicas de análise e crítica em relação às informações veiculadas pelos programas assistidos. Observada a especificidade de cada núcleo motivador, a dinâmica era apli-

cada às demais atividades do Centro (MPC, 1962c). Esse empreendimento pedagógico partia do princípio “de trabalhar com o povo e não para o povo”, algo que, nessa perspectiva, significava “confiar na sua autodefinição, desde que lhe sejam dadas condições mínimas para um despertar, em que cada um descobrirá o valor de sua pessoa e do esforço comunitário que é necessário fazer para o desenvolvimento de todos” (Idem).

O Centro Dona Olegarinha funcionou no bairro do Poço da Panela, na zona Norte do Recife. O pároco da igreja de Casa Forte cedeu um imóvel próximo às margens do rio Capibaribe, onde havia uma comunidade vivendo em condições extremas de pobreza. Nos primeiros meses, a estrutura administrativa da entidade foi constituída por uma diretoria provisória formada pelos membros mais engajados, cuja coordenação ficou a cargo da estudante de serviço social e militante do MCP, Zaira Ary (Idem)¹⁸. Uma vez por semana, essa diretoria se reunia com a população assistida pelas atividades do Centro para discutir a sua dinâmica cotidiana. A ideia de ter a sede da entidade no entorno da comunidade-alvo e contar com os setores populares como partes efetivas na tomada de decisão visavam aumentar a projeção do Centro na comunidade. No entanto, a projeção delimitava o raio de ação das atividades. A influência do Centro na comunidade emergia da própria essência do trabalho educativo. Nessa seara, o setor de educação-cultural deixou as marcas mais significativas do trabalho do Centro Dona Olegarinha, cujo relatório de atividades informa:

No setor educacional-cultural, tivemos primeiramente uma experiência de alfabetização de adultos, feita por um universitário, com ajuda audiovisual - (epidiascópio), que alfabetizou em tempo recorde alguns adultos; outra experiência para adultos já alfabetizados, que chamamos de turma “B”. Nas duas, sentimos o problema da evasão escolar, com queda de frequência dos inscritos bastante acentuada (da ordem de 80%). Vamos, agora, recomençar as turmas, que foram suspensas na época das festas de S. João e não puderam recomençar imediatamente, em virtude da cheia do rio, que atingiu a maioria dos frequentadores do Centro. (MCP, 1962c)

A conjugação desses fatores garantiu o êxito dessa experiência educativa. No entanto, a técnica de educar os adultos sem cartilhas não teve espa-

18 Zaira Ary sistematizou as atividades do Centro Dona Olegarinha em sua monografia de conclusão de curso (ARY, 196[?]) e apresentou como anexo a íntegra do projeto idealizado e escrito por Paulo Freire, fundamentando-se, ainda em MCP (1962c). esses três textos integram o APGC.

ção na política cultural do MCP, pois Godoy; Coelho (1962) foi adotado como base para todas as ações de seu Setor de Educação de Adultos. Apesar das duas técnicas desenvolvidas no MCP protagonizarem os setores populares do Recife na dinâmica educativa, não utilizar cartilhas no processo de ensino era algo incontornável para Paulo Freire e isso o levou a sair do Movimento no segundo semestre de 1962. Assim, ele não desenvolveu seu método de alfabetização no âmbito do MCP. De fato, o Centro Dona Olegarinha teve uma primeira experiência prática no sentido de educar adultos pela valorização de suas próprias experiências e sem o uso de cartilhas, levada a cabo por um estudante voluntário daquele núcleo mcpista (MCP, 1962c). Paulo Freire passou a sistematizar seu posterior método mundialmente conhecido no Serviço de Extensão Cultural (SEC), da Universidade do Recife¹⁹.

A terceira dimensão do MCP pautada por esses princípios foi a de grupo político de pressão. Os intelectuais mcpistas concebiam as realidades política, social e econômica do Brasil como uma sucessão de esquemas de dominação que, ao longo da história, variavam apenas na forma e intensidade. A partir dessa premissa, formularam e levaram a cabo intervenções locais para transformar radicalmente a vida dos setores populares. Na base dessas ações estava, em primeiro lugar, o entendimento de que os esquemas de dominação só sofreriam radicais mudanças quando as classes dominadas se conscientizassem da sua força política; e, em segundo, o de que aquele momento era ideal para o surgimento de movimentos para conscientizar os setores populares sobre as causas sociais e econômicas da miséria. Essa análise de conjuntura política foi registrada pelos dirigentes do MCP da seguinte forma:

Um movimento de cultura popular só surge quando o balanço das relações de poder começa a ser favorável aos setores populares da comunidade e desfavorável aos seus setores de elite. Esta nova situação caracteriza, de modo genérico, o quadro atual da vida brasileira. No caso particular de Pernambuco, primeiramente em Recife, logo depois em todo o Estado, aquele ascenso democrático assumiu proporções inéditas no resto do país, daí resultando um elemento qualitativamente novo na configuração do movimento de cultura popular. (MCP, 1968)

Para estes intelectuais, a transição política, econômica e social do Brasil do meio de século XX contribuiu para alterar significativamente as

¹⁹ Sobre a trajetória de Paulo Freire no MCP e no SEC da Universidade do Recife, ver: ARAÚJO (2015),

correlações de força do jogo político nacional e local. Após os anos 1950, a imersão política dos setores populares potencializou as contradições socioeconômicas de uma sociedade marcada pelos interesses da classe dominante em preservar seu *status quo* às custas da miséria dos mais pobres. Essa conjuntura política e social abriu, na perspectiva dos militantes mcepistas, uma possibilidade efetiva para transformar as estruturas de dominação vigentes. Em Pernambuco, a crise de hegemonia das frações políticas tradicionalmente dominantes ocorreu com a integração de partidos políticos (ver nota de rodapé 4), setores da intelectualidade e setores das classes populares.

A participação popular nessa frente de forças políticas era feita por meio de movimentos sociais, sindicatos e associações de bairro. No entanto, essas representações tinham demandas específicas, difíceis de conciliar no âmbito da política institucionalizada local (JACCOUD, 1990). No início dos anos 1960, o Estado era entendido como um dos principais agentes da manutenção das desigualdades socioeconômicas no Nordeste. Aprofundar as conquistas democráticas por meio de uma radical reforma institucional passava necessariamente por canalizar o apoio das classes populares. Desse modo, a presença do MCP nos arrabaldes do Recife o tornava uma força política em favor dos grupos progressistas que desejavam ocupar os lugares de poder no plano estadual. A política cultural de promover a alfabetização de adultos e as mais variadas ações culturais tornava o Movimento um poder cultural e, ao mesmo tempo, um grupo de pressão no ambiente político pernambucano.

Essas dimensões foram inspiradas no *Peuple et Culture*²⁰, movimento de educação popular francês do pós-guerra, cujos intelectuais-militantes se atribuíram a missão de

[...] “devolver a cultura ao povo e o povo à cultura” [...] com o apoio de um Estado renovado, de instituições capazes de criar essa cultura popular que só pode ser uma cultura comum a todo um povo, comum aos intelectuais, aos empresários, as massas. “Ela não é para distribuir. É preciso a viver em conjunto para criá-la...” Ao final da longa noite da Ocupação, a Nação deve reconquistar sua unidade e se engajar na batalha da modernização. [...] Trata-se agora de fazer constar nos fatos o programa de ação do Conselho Nacional da Resistência contribuindo para a promoção «de uma verdadeira elite, não de berço, mas de mérito e constantemente renovada pelas contribuições populares.” Entre

20 O principal ideólogo do MCP, Germano Coelho teve contato com a experiência do *Peuple et Culture* durante seu doutorado na Sorbonne nos anos de 1950 e, na década seguinte, Joffre Dumazadier (1915-2002), fundador do *Peuple et Culture* esteve em Recife para conhecer as atividades desenvolvidas pelo Movimento pernambucano, consolidando o intercâmbio cultural entre os dois movimentos.

a Nação e o indivíduo, Povo e Cultura despertará as linguagens, os símbolos, as expressões coletivas portadoras de novas solidariedades de uma nação industrial inscrita na direção do Progresso e da História. (CHOSSON, 1995, tradução nossa)²¹

Esse movimento desejava refundar a unidade cultural francesa, supostamente perdida durante a Segunda Guerra, a partir dos signos das classes populares, em cujo modo de vida estaria a singularidade do “ser francês”, pela qual a nação forjaria um estado de solidariedade comum às classes sociais capaz de conduzi-la à almejada modernização econômica e social. Em Pernambuco, por seu lado, os intelectuais-militantes do MCP buscaram promover a valorização dos setores populares como elemento primário para o desenvolvimento socioeconômico com vistas à superação do subdesenvolvimento regional.

Algumas distinções sobre o pensamento dos intelectuais do MCP

Ao analisarmos mais detidamente a estrutura interna do MCP, nos deparamos com uma expressiva variedade de formas de pensar aquele empreendimento. Em alguns setores, militavam juntos estudantes e intelectuais de diferentes confissões religiosas. Era aquilo que poderíamos chamar de braço cristão no MCP. Esses elementos imprimiam às atividades às quais estavam vinculados uma perspectiva motivada pela própria fé. Noutros setores, alguns militantes tomavam para si a tarefa de ser mais independente, confrontando e, por vezes, até criticando as formações intelectuais confessionais em suas atitudes e formas de pensar. Na maior parte dos casos, esses intelectuais eram vinculados ideologicamente ao comunismo.

De igual modo, no interior daquele movimento, havia outras formações intelectuais e, conseqüentemente, possibilidades de se entender os seus

21 No original: “[...] ‘rendre la culture au peuple et le peuple à la culture’ [...] avec l’appui d’un Etat rénové, les institutions susceptibles de créer cette culture populaire qui ne saurait qu’être une culture commune à tout un peuple, commune aux intellectuels, aux cadres, aux masses. ‘Elle n’est pas à distribuer. Il faut la vivre ensemble pour la créer.’ A l’issue de la longue nuit de l’Occupation, la Natation doit retrouver son unité et s’engager dans la bataille de la modernisations. [...] Il s’agit désormais de faire entrer dans les faits le programme d’action du Conseil national de la Résistance en contribuant à la promotion ‘d’une élite véritable, non de naissance, mais de mérite et constamment renouvelée par les apports populaires.’ Entre la Nation et l’individu, Peuple et Culture suscitera les langes, les symboles, les epressions collectives porteuses des nouvelles solidarités d’une nation industrielle s’inscrivant dans le sens du Progrès et de l’Histoire.

próprios projetos. Escolher uma delas como a única via para dar solução à problemática a qual nos propomos discutir nesse item seria não fazer justiça à natureza plural do movimento pernambucano. Nossas considerações devem levar em conta ainda um segundo fator. O programa contido nos projetos do MCP levantava e esclarecia muitas questões pertinentes ao posicionamento dos intelectuais-militantes. Nesse sentido, qualquer que seja a interpretação sobre as posições daqueles intelectuais, elas devem ser fundamentadas pelo conjunto de opiniões refletidas nos posicionamentos assumidos pelo movimento como um todo.

Dessa forma, reeducar-se às diferentes possibilidades de trabalho, pensar em conjunto, adquirir uma estética, era formar um conceito comunitário. Era se submeter a uma disciplina, a uma responsabilidade. Era, acima de tudo, um tipo de comunicação racional. Essa complexa dinâmica, que vertia valores de grupos heterogêneos em uma filosofia comum, é o que nos interessa explorar a fim de chegar a resultados mais acurados sobre as posições dos intelectuais daquele movimento. Em síntese, buscaremos analisar, desde a perspectiva da pluralidade das correntes intelectuais do Movimento, as bases do projeto que intencionava assegurar a promoção de indivíduos socialmente marginalizados ao plano da cidadania consciente e participante da dinâmica política, social e econômica do Estado de Pernambuco.

Os intelectuais do MCP propunham àquelas camadas pobres e exploradas de todas as formas por conceitos demagógicos, um novo sistema de contrato elaborado a fim de promovê-las, dentro de um quadro de promoção em grupo, sem distinção de classe ou sexo, a uma nova configuração de tecido social. Sem perder de vista a preocupação em não destruir o que havia de original e de fecundo nas culturais tradicionais da população nordestina, esse esforço visava estabelecer uma comunicação livre de entraves entre as camadas populares e o mundo moderno – em sua esfera econômica, política e social.²²

Fundamentalmente, a perspectiva que orquestrava os meios para alcançar o fim colimado era a de se servir da educação para atingir a economia, a política e o social; a de promover e financiar o complexo de atividades e relações de bases populares, agregando tudo quanto possível e colocando-o a serviço de uma sociedade menos injusta; a de descentralizar comunitariamente o máximo de serviços e bens culturais que pudessem animar as qualidades e potencialidades dos grupos-alvos dos projetos do Movimento para que, já

²² Nesse contexto, os intelectuais do MCP entendiam por “mundo moderno” todos os setores da sociedade alcançarem a mínima soma de bens imprescindíveis a uma vida digna.

no primeiro momento, estivessem aptos a resolver os problemas essenciais do cotidiano.

O instrumento principal de promoção dessas populações socioeconomicamente marginais e, na primeira etapa dos trabalhos, um dos maiores obstáculos a serem superados, era despertar o interesse dos próprios oprimidos pelo processo em marcha. Na ótica dos intelectuais do MCP, sem esse elemento, sem a compreensão dos setores populares sobre a dinâmica a qual estavam se vinculando, sem um interesse voluntário em melhorar sua condição de vida e, sobretudo, sem sua colaboração espontânea, não seria possível reformas profundas e duráveis na conjuntura social daquele Estado. Isso porque, conforme pontuamos, esses intelectuais sempre se pautaram por outras experiências de trabalho do mesmo tipo e que, em grande medida, serviam como um delimitador do que era ou não pertinente para que o trabalho, juntos às camadas populares, pudesse dar certo. Vejamos um deles:

A experiência e o fracasso das Universidades Populares (1898-1902), uma reunião de intelectuais e trabalhadores que não souberam partilhar os seus conhecimentos ou formar-se mutuamente, dão-nos informações valiosas para melhor realizar o trabalho. A nossa experiência de Educação Popular desde a libertação permite-nos situar melhor as condições gerais desta formação: Dar aos autodidatas confiança em si mesmos – saber ouvir o seu testemunho – aprender a partilhar o que sabem – ajudá-los a trocar a sua experiência de vida cotidiana. Em suma, participar juntos numa cultura comum. Sentimentos generosos, as melhores técnicas (o nosso país realizou um vasto trabalho de investigação, desenvolvimento, experimentação) não bastam. Ora por timidez, ora por desconhecimento do ambiente em que vive o autodidata, por desconhecimento de sua forma de ver, sentir, compreender, julgar, os intelectuais dão passos em falso. Acontece que nos machucamos sem querer. Para a comunidade popular, uma ideia é uma ação. Os educadores nem sempre sabem que língua falar com aqueles cujas dificuldades, tentativas e erros, e por vezes dramas interiores, ignoram (DUMAZEDIER, 1958, em tradução nossa)²³.

23 No original: “L’expérience et l’échec des Universités Populaires (1898-1902) rassemblement d’hommes-intellectuels et ouvriers qui ne savaient pas partager leurs savoir, ni se former les uns les autres, nous donne de précieuses informations pour mieux entreprendre de travail. Notre expérience de l’Education Populaire depuis La libération nous permet de mieux situer les conditions générales de cette formation: Donner confiance en eux-mêmes aux autodidactes – savoir écouter leur témoignage – apprendre à partager de qu’ils savent – les aider à échanger leurs expérience de La vie quotidienne. En bref participer ensemble à une culture commune. Les sentiments généreux, les meilleurs techniques (notre pays a accompli un vaste travail de recherche, de mise au point, d’expérimentation) ne suffisent pas. Parfois par timidité, parfois par ignorance Du milieu ou vit l’autodidacte, par méconnaissance de as manière de voir, de sentir, de comprendre, de juger, les intellectuels font de faux pas. Il arrive de blesser sans Le

Fundamentados nos erros e acertos dessa e de outras experiências, os intelectuais do MCP concebiam que um provável problema no nível individual e familiar deixava de sê-lo se pensado e trabalhado em nível de grupo. Por trás dessa perspectiva, existia a crença de que, quando os interesses se organizavam coletivamente para solucionar as debilidades individuais, os resultados eram mais profundos e profícuos. Nesse sentido, com vistas a correlacionar uma ação prática das camadas populares como um aporte de conhecimentos produzidos pelos intelectuais, buscava-se caminhar na direção de valores capazes de pôr em cena uma nova realidade social. A isso, aqueles intelectuais chamavam de promoção integral.²⁴

Algumas características marcavam essa promoção integral. A primeira era uma população preparada, por uma determinada elite intelectual, para enfrentar as tarefas que o novo projeto de sociedade imaginado demandava. A segunda, a adaptação das possibilidades de participação daqueles setores na vida social, política e econômica por meio de trabalhos no interior das próprias comunidades.²⁵ Uma terceira, a formação de grupos de intelectuais especializados para interpretar e harmonizar o trabalho de nucleação popular, cada qual em um campo, a fim de controlar as etapas vislumbradas para as mudanças sociais ocorrerem.

Esse controle era realizado por meio da intervenção desses especialistas no cotidiano das camadas populares. Num quadro que visava ingerir fortemente nas transformações e desenvolvimento dos organismos políticos, sociais e econômicos da época, as intervenções eram feitas por especialistas em economia, artes, sociologia, educação de base, organização comunitária e psicologia, que não deveriam trabalhar isoladamente, mas compartilhar a contribuição do seu setor, da sua especialidade, ao complexo operacional ali denominado de promoção integral. Em síntese, tratava-se de saber associar e coordenar, conforme as necessidades e sobre um mesmo prisma, as diversas técnicas e interesses. Ao fim e ao cabo, o importante era a progressão calculada e planejada das camadas populares.

vouloir. Pour Le milieu populaire une idée est un act. Les éducateurs ne savent pas toujours quelle langue tenir à ceux don't ils ignorant les difficulties, les tatonnements, parfois les drames intérieurs²⁴.

24 Essa concepção de promoção integral era inspirada nas ideias do padre dominicano Louis-Joseph Leuret. A respeito dessa concepção, ver Bosi (2012).

25 No próximo capítulo, trazemos pormenorizadamente os meios utilizados pelos intelectuais do MCP para orientar e inserir as camadas populares do Recife, na dinâmica social do estado de Pernambuco.

Todos esses fatores operavam da crença na autonomia do homem. Essa assertiva suscita diferentes possibilidades de respostas para justificar o posicionamento daqueles intelectuais. Contudo, à luz das perspectivas de como conduziam essa autonomia aos setores populares, entendemos que o trabalho realizado estava dentro de uma estrutura de pensamento secular. Acrescentamos, ainda, que essa estrutura de pensamento não se limitava só a elite intelectual do MCP, mas estava refletida na “vida intelectual” da época.

Do século XIX até pelo menos meados do século XX, as universidades brasileiras eram frequentadas, em grande medida, pelos membros das classes dominantes. Elas serviram para educar as elites e eram funcionais nesse sentido, uma vez que educavam esses indivíduos naquilo que poderíamos definir como um sentido lato de uma educação burguesa. Isto é, a Universidade lutava pelo progresso científico e humano, mantendo a afirmação de que não deveria, necessariamente, ocorrer mudanças nas estruturas sociais. Dentro dessa engrenagem, os intelectuais acabavam sendo os principais responsáveis e transmissores das estruturas culturais, econômicas e políticas da sociedade às quais pertenciam.²⁶

Embora essa funcionalidade e, sobretudo, suas consequências no modo de pensar de uma geração, não fossem reconhecidas por uma parcela considerável da intelectualidade dos anos 1950/60, inclusive pelos militantes do MCP, a universidade da qual todos em grande medida eram devedores intelectuais era uma instituição investida desse caráter burguês. Essas variáveis acabavam por atribuir aos intelectuais a prerrogativa de serem as pessoas aptas a encontrar as “verdades sociais”, independentemente de seu campo ou realidade.

Dessas considerações, dois fatores precisam ser realçados. Primeiro: nessa perspectiva, o treinamento acadêmico, a vivência naquelas instituições de ensino, produzia pessoas diferenciadas das demais: seres humanos educados. Aplicada a uma determinada realidade em que mais da metade da população era analfabeta, essa ideia investia os intelectuais da responsabilidade de guiar os demais setores da sociedade. Segundo fator: o impacto da aproximação efetiva de uma parte considerável desses intelectuais das camadas populares possibilitou uma mudança de postura frente à sua conjuntura social, mas não eliminou, por completo, as antigas heranças culturais desses

26 As reflexões aqui apresentadas sobre o perfil das universidades brasileiras e seus alunos foram fundamentadas em Prado (2012). Embora a autora tenha direcionado sua arguição ao contexto do surgimento e história da USP, ela nos deu subsídios mais que suficientes para traçarmos as colocações que ora apresentamos.

intelectuais. Isso nos ajuda a aprofundar as reflexões sobre as contradições entre os posicionamentos teóricos dos intelectuais mcepistas e suas práticas no interior do Movimento para alçar as camadas populares a novos patamares na sociedade pernambucana.

Nesse sentido, o que pesa e importa para o fim colimado das nossas reflexões é deixar claro que o distanciamento dos intelectuais daquela época de sua herança acadêmica secular ocorreu por meio do novo entendimento sobre “autonomia do homem” gerado pela aproximação das camadas populares. Vejamos a autoanálise realizada pelos intelectuais daquele movimento no Plano de Ação para o ano de 1963:

Suas atividades iniciais se orientaram, fundamentalmente, no sentido de conscientizar as massas através da alfabetização e educação de base. A realidade de um Estado com enorme índice de analfabetismo exigia esforços urgentes a fim de incorporar à sociedade os milhares de proletários e marginais do Recife, dotando-os de uma nova consciência.

Com o tempo, foi o MCP diversificando seu campo de ação e novos tipos de contato com a massa se foram forjando: teatro, núcleos de cultura popular, meios informais de educação, canto, música e dança popular, artes plásticas e artesanato, etc. Nestes três anos, uma rica soma de experiências e ensinamentos foi acumulada. Mas, com o crescimento e ampliação acelerados do Movimento, foi sentida a necessidade de dar um balanço nos resultados positivos e negativos registrados e de apreciar, criticamente, as falhas existentes em nosso trabalho. Tais falhas, no essencial as originavam da ausência de um planejamento global e realista, em que fossem examinados a linha diretora, as diretrizes gerais, os meios, os procedimentos, o caráter das atividades para um determinado período de tempo e as linhas de ação para cada projeto.

Este documento surgiu assim para dar condições ao MCP de desempenhar com êxito as novas tarefas que precisa enfrentar, corrigindo as distorções que entravavam sua expansão ordenada. É um instrumento básico e indispensável para que o MCP inicie uma fase superior de sua ação pela cultura popular. (MPC, 1963)

Desse excerto, podemos supor que o clima intelectual gerado pelo intenso contato com as camadas populares trouxe uma liberação gradual da influência e do controle metafísico das heranças culturais de um pensamento secular de sociedade sobre aqueles intelectuais. Isso significa a perda de uma visão global de mundo fundamentada num sistema em que o intelectual poderia deduzir a ordem ideal de sociedade exclusivamente subsidiado pelos seus

conhecimentos acadêmicos, ou seja, os valores do conhecimento acadêmico não pairavam mais acima da sociedade, da experiência e vivência cotidiana das classes populares.

Mas o desenvolvimento dessa relação entre camadas pobres do Recife e os intelectuais e o estímulo gerado no sentido de seu afastamento de antigas concepções sobre as bases em que as transformações sociais deveriam ocorrer não alterou, conforme demonstrado, sua visão de si mesmos como condutores das massas rumo a uma nova configuração de tecido social, como introdutores das camadas sociais marginalizadas em todas as dinâmicas sociais.

Ao longo dos demais capítulos, voltaremos a dar ênfase às contradições da formação dos intelectuais mcepistas. Entendemos que a coexistência dos homens “educados” e “não educados” a fim do estabelecimento de uma sociedade de liberdade e ordem de acordo com as necessidades de todos os seus membros, não evitava que os intelectuais do MCP se entendessem como pessoas diferenciadas dos demais estratos sociais pernambucanos. Essa é a característica que buscaremos fundamentar, a partir das análises dos projetos e das ações daqueles intelectuais no interior do Movimento.

2. OS ARAUTOS DO CONHECIMENTO



A adesão dos intelectuais ao Movimento

Neste capítulo, destacaremos as formações intelectuais que militaram no MCP, dando ênfase às duas correntes hegemônicas – católica e comunista. Analisaremos como se configurou a relação entre esses intelectuais e os setores populares. O caminho escolhido para depreender esse caráter do Movimento foi problematizar a autoimagem que os intelectuais veiculavam de pensar a cultura popular fora de moldes elitistas.²⁷

Sempre por meio do olhar dos intelectuais, registrado nos documentos oficiais do MCP, essa tarefa nos possibilitará localizar o papel dado ao homem simples do povo nesse empreendimento, desnudando, assim, a assimetria presente nas políticas culturais levadas a cabo pelos mcpistas. Nesse sentido, é necessário, de antemão, esclarecer ao leitor que, ao adotarmos essa perspectiva de análise, subsidiados pelas concepções teóricas elaboradas de Williams (1992),²⁸ buscamos tensionar o caráter dirigista²⁹ das ações

²⁷ O elitismo cultural ao qual nos referimos pressupõe, segundo Pécaut, tomar para si “uma responsabilidade essencial na construção da nação...”, conceber que “organizar” a nação, é “uma tarefa que cabe às elites...” e que, dela, “os intelectuais têm ainda mais motivos para participar, na medida em que constitui um fato indissolúvel cultural e político [...]”. (PÉCAUT, 1990, p. 14-15).

²⁸ Ao teorizar sobre este caráter da cultura, este autor nos permite lançar um novo olhar sobre os projetos culturais fomentados pelo MCP, na medida em que preza as formações intelectuais sem desvinculá-las das suas bases sociais. Segundo Williams, estudar os grupos e tendências numa relação intrínseca cultura/sociedade pode ser uma maneira de precisar os limites e pressões que determinam essas relações. Ciente dos problemas que esse tipo de análise pode acarretar, o autor adverte que essas análises devem ser completadas por uma extensão da descrição para incluir o todo social e suas relações de classe, bem como pelo estudo individual das produções dos artistas/intelectuais. A esse respeito, ver Williams (1992) e Cevesco (2001).

²⁹ Entendemos por dirigismo práticas políticas que canalizavam, por meio da “elevação do nível cultural das massas” (MCP, 1961, 1962, entre outros), as reivindicações populares no sentido de abrir espaço para a chegada de certa elite ao poder. O autoritarismo a que nos referimos consiste em práticas políticas verticalmente elaboradas, privilegiando os interesses de uma classe em detrimento dos efetivos interesses de toda a sociedade. No caso específico dos intelectuais, isso ocorre quando se propõem “organizar” a sociedade, de cima para baixo, num jogo político que só atende a seus respectivos interesses de classe. Nesse sentido, ao propormos que as ações dos intelectuais mcpistas eram dirigistas e elitistas não as estamos concebendo como um corte autoritário conservador. Pressupomos que aqueles intelectuais não abriam mão de ser as vozes autorizadas daquele período, de agir desde um ideal de classe – serem os detentores do conhecimento científico –, de almejar revolucionar as estruturas da ordem estabelecida, sem necessariamente se desvencilhar de seu *status* pequeno-burguês. É dessas questões que buscaremos demonstrar as assimetrias das políticas culturais levadas a cabo pelo MCP.

empreendidas pelo MCP. Embora haja sutis variações conforme as representações de cada corrente sobre si no interior do Movimento, seus projetos e estratégias específicos, entendemos que as correntes intelectuais ali atuantes não compartilhavam de uma concepção autoritária de sociedade, o que se comprova na forma como encaravam os problemas do povo pernambucano.

As correntes intelectuais da geração 1920-40 tiveram por objetivo eliminar o hiato entre o “país-político” e o “país-real”, buscando construir uma sociedade brasileira autêntica.³⁰ Para isso, no entanto, colocaram-se à serviço da formação social, criando instituições políticas como reflexo da “realidade nacional”. Os intelectuais mcpistas não duvidavam de que esta sociedade já estivesse formada. Mesmo que, como aqueles, assumissem para si uma posição acima dos setores populares, os portadores do conhecimento capaz de despertar as massas rumo a um novo modelo de sociedade, assertiva fundamentada na opção desses intelectuais mcpistas pela ruptura com o atraso político e social pernambucano por meio da conscientização e politização das camadas populares.³¹

Para as correntes intelectuais ali militantes, a marcha para o povo se fundamentava numa concepção dos processos históricos como uma sucessão de esquemas de dominação que podiam até variar na forma e intensidade, mas só teriam fim quando as classes subalternizadas chegassem ao poder junto com seus arautos, os intelectuais e lideranças políticas reformistas. Diante de uma conjuntura político-social excludente dos analfabetos do plano da política institucional, essa perspectiva concebia que o caminho das massas ao poder era lhes dar voz política por meio dos instrumentos culturais disponíveis.

Para Coelho (196[?]), a falta de consciência das camadas populares nordestinas quanto às suas potencialidades era um dos fatores para esse cenário de dominação. Tal quadro só seria revertido quando a população empobrecida se conscientizasse de sua missão política. Dessa premissa básica para ele e outros intelectuais pernambucanos, a cultura popular, em seus múltiplos aspectos, começa a ganhar forma como um dos possíveis elementos condutores, em um curto espaço de tempo, ao objetivo de fazer as massas terem uma

30 A esse respeito, ver Pécaut (1992) e Mota (1994).

31 “A conscientização era a revelação da precariedade social dos indivíduos em contraste com o seu poder como massa de pressão e de ação. [...] A politização era a educação ideológica, a compreensão dos recursos individuais e coletivos para a imposição política e a ideia da participação de todos os grupos sociais na vida nacional” (CARVALHO, 1967, p. 38).

participação ativa na vida política e na dinâmica do poder local. Essa crença dos intelectuais do MCP em instrumentalizar os múltiplos aspectos da cultura popular para dirigir as massas rumo a um estado revolucionário era fruto do momento do estado de Pernambuco à época, pois, conforme MCP (1963), “um movimento de cultura popular só surge quando o balanço das relações de poder começa a ser favorável aos setores populares da comunidade e desfavorável aos setores de elite”.

Essa afirmativa nos leva a conceber que a perspectiva comum aglutinadora de diversas correntes intelectuais num mesmo movimento era determinada pela crença desses intelectuais no crescente avanço dos setores populares pernambucanos rumo ao exercício de suas liberdades democráticas – manifestadas na insatisfação quanto às políticas da elite oligárquica local – fazendo desses setores organizações politizadas, de fato ainda não revolucionários devido a “certos entraves de ordem cultural que se apresentavam como barreiras (...) obstaculizando a passagem para a etapa seguinte [a revolucionária]” (Idem).

Ao assumir a prefeitura do Recife em 1959, Miguel Arraes definiu como uma das principais metas de seu governo solucionar o alto índice de analfabetismo da cidade –

Há milhares de crianças no Recife que não frequentam escolas. Meu governo criará grupos escolares de emergência, ainda que sejam meros pavilhões ou simples salas-de-aulas. Cumpre incentivar as atividades culturais, encorajar os desportos e a educação física, criar centros cívicos, proporcionar cinema e teatro ao povo.

(MCP, 196[?])

– iniciativa que, dada a escassez de recursos para esses fins, só pôde ser levada a cabo pela mobilização de alguns intelectuais progressistas dispostos a ajudá-lo nessa empreitada.

O projeto imaginado pelo então prefeito começou a tomar forma a partir de uma reunião realizada em janeiro de 1960, com um grupo de artistas e educadores, da qual brotou a ideia da criação de um movimento largo e amplo de educação de base e de democratização da cultura, em geral restrita, à época, às classes sociais privilegiadas. Esse movimento recebeu o nome de Movimento de Cultura Popular e sua finalidade era, na ótica do então prefeito, unir todos os interessados na tarefa de mudar a vida do homem simples do povo por meio da cultura e da educação. Tal como deixou manifesto em entrevista:

A situação era a seguinte: se fosse mantida a estrutura burocrática em vigor para essa questão, era impossível encontrar soluções, devido à insuficiência de meios. Então, era importante movimentar a máquina burocrática municipal, mas também mobilizar a população interessada em melhorar a educação, o que se verificou com a participação direta de variados setores da comunidade, até mesmo na execução de obras. (ARRAES In: TAVARES; MENDONÇA, 1979, p. 11)

A proposta de Miguel Arraes logo ganhou a adesão de todos os participantes daquele encontro, como não poderia ser diferente, já que os artistas e educadores ali representados já exerciam projetos com a mesma finalidade – democratizar a cultura e o ensino – e agora poderiam contar com o apoio do poder público para intensificar a militância. Os artistas que aderiram e, posteriormente, assumiram uma posição de destaque no MCP exerciam uma ativa militância na Sociedade de Arte Moderna do Recife (SAMR) e foram responsáveis pelo sucesso do Atelier Coletivo (Cf. nota 15), empreendimentos cuja finalidade era agrupar os artistas pernambucanos em uma entidade de classe e aproximá-los de uma arte mais popular e democrática (ROSAS, 1986, p. 13-8), objetivos levados a cabo pela montagem de uma oficina-escola onde os artistas davam aulas de desenho, pintura, gravura e escultura que sempre privilegiavam a temática popular como a componente central das atividades.

Essas iniciativas foram responsáveis pela formação de expressivo contingente de artistas, tanto na participação nas aulas oferecidas, quanto tão somente pela influência que a crença no poder revolucionário da arte estava exercendo no cenário artístico pernambucano, fazendo delas um significativo movimento de marcha em direção ao popular que ganharia a adesão de diversos grupos

como a Orquestra Sinfônica Estudantil, dirigida por Levino Alcântara (que logo depois, mudou-se para o sul do país); grupos de teatro com Luiz Mendonça, Ariano Suassuna e Hermilo Borba Filho; o Coral Bach do Recife, dirigido por Geraldo Menucci (este inclusive passou a frequentar a sede do Atelier Coletivo e lá ensaiava e tinha suas atividades). Havia ainda um grupo de danças, dirigido por Flávia Barros; o Teatro de Marionetes Monteiro Lobato, dirigido por Carmosina Araújo. (Idem)

despertando o interesse de Miguel Arraes em aproveitá-los para suprir a carência de recursos que assolava a municipalidade:

Agora os intelectuais e os artistas poderão desenvolver um amplo movimento de educação e cultura na minha administração.

Quero que você³² faça uma minuta da estrutura desse movimento cultural, pelo qual vocês vêm lutando com dificuldades, porque darei todo apoio necessário. Desejo que se acrescente na estrutura desse plano um setor de educação para a alfabetização de crianças e adultos, que será uma das grandes metas do meu governo. (Idem)

Assim, o convite de Arraes era o coroamento de uma luta travada por alguns artistas pernambucanos em busca da valorização das manifestações populares. De outro modo, o apoio dos educadores católicos estava pautado pelo novo posicionamento que os grupos eclesiais estavam assumindo diante da militância política.³³ No Recife, essa nova postura foi marcada pela tentativa de acabar com os desmandos da ordem estabelecida por meio de intervenções educativas focadas na formação de homens livres, autônomos e conscientes que o modelo de sociedade vigente não atendia aos interesses de toda a sociedade.

Estimulados pelas experiências adquiridas por Germano Coelho e sua esposa, Norma, nos movimentos sociais franceses *Peuple et Culture* (ver nota 21) e *Economie et Humanisme*, quando estudavam em Paris, em meados da década de 1950, bem como pelo contato que tiveram, em visita à Israel, com os *kibutzim*³⁴, esses educadores foram tomados pelo desejo de viver em comunidade, a “comunidade de Camaragibe”. Germano e Norma Coelho almejavam desenvolver um projeto educacional para libertar os setores populares da opressão exercida pela dinâmica social vigente e, por conseguinte, a implantação de um novo modelo de sociedade, experimento perto de ser concretizado em fins de 1950.

Desse modo, para o grupo católico, o posicionamento de Arraes em colocar o aparelho de Estado ao lado das classes menos favorecidas e integrar um projeto que buscava ampliar as recentes conquistas democráticas por meio da educação – prática já adotada pelo grupo –, constituía o principal determinante para o apoio incondicional às suas iniciativas.

A confluência desses interesses possibilitou a formação de um grupo

32 Neste trecho, Miguel Arraes se dirigia a Abelardo da Hora, principal animador, à época, da efervescência cultural que procurava unir artistas, governo e povo.

33 Sobre as novas diretrizes assumidas pelos leigos católicos, ver Paula (2012).

34 *Kibutzim* eram comunidades rurais onde o convívio social se pautava pelo auxílio mútuo e pela justiça social. Suas primeiras unidades foram fundadas por jovens sionistas cerca de 40 anos antes do estabelecimento do Estado de Israel. Esse Movimento inspirou os educadores católicos que depois aderiram ao MCP a projetar um trabalho análogo em Camaragibe, cidade vizinha a Recife, em fins de 1950. Conforme explicitado, o diferencial do esforço dos católicos era a educação. (ROSAS, 1986. p. 19-36).

de trabalho formado por Germano de Vasconcelos Coelho, Anita Paz Barreto, Aluísio Falcão e Maria de Jesus Costa, a fim de, com o apoio voluntário de estudantes universitários e secundaristas, fazer um levantamento dos locais onde as primeiras iniciativas pudessem ser realizadas.

Essa frente de trabalho levantou, durante os finais de semana do primeiro trimestre de 1960, 500 localidades carentes da capital pernambucana que poderiam ser alvos das primeiras incursões por parte do poder público e dos intelectuais. Depois de estabelecido contato com os líderes comunitários de algumas dessas localidades, o bairro de Santo Amaro foi escolhido pelas lideranças do Movimento como destinatário das primeiras intervenções.

Localizado na região central da cidade do Recife, o bairro de Santo Amaro apresentava como limites o rio Capibaribe (rua da Aurora), o Parque 13 de Maio e a Avenida do Canal (atual Agamenon Magalhães). A rua da Aurora constituía a principal porta de entrada para quem vinha dos bairros de Santo Antônio e São José, na parte mais antiga da cidade. Os limites do Parque 13 de Maio, por sua vez, estabeleciam as demarcações do bairro de Santo Amaro com o bairro da Boa Vista, parte central da cidade cuja importância se media pelo acelerado desenvolvimento urbanístico. A oeste, o bairro se limitava pelo canal Derby-Tacaruna (PERNAMBUCO, 2010).

As lideranças do Movimento apostavam numa política pública de melhoria para o bairro, visto que ele era um corredor de passagem entre Recife e Olinda. Dadas essas especificidades, foram inauguradas no dia 1º de maio, em Santo Amaro, com a presença do prefeito, autoridades municipais, intelectuais, estudantes, representantes do MCP e moradores locais, as escolas União dos Servidores Municipais; Onze de Santo Amaro; Mista Oceania; Machado de Assis; Manoel Amaro; a Liga de Sueca 5 de Junho; a Liga de Dominó 7 de Novembro; e o Monte Real Esporte Clube, numa cerimônia que contou com o discurso do responsável pela associação da escola e o do representante da Câmara Municipal e finalizada com as palavras do prefeito Miguel Arraes (MCP, 196[?]).

O sucesso desse primeiro empreendimento foi seguido da institucionalização oficial do Movimento de Cultura Popular do Recife. No estatuto registrado oficialmente, o Movimento foi concebido com os seguintes órgãos:

- Conselho de Direção (CD) – órgão deliberativo máximo do Movimento, era composto pelo presidente do MCP, seu presidente, pelos diretores dos Departamentos de Formação da Cultura, Documentação e Informação

e Difusão da Cultura pelos diretores de todas as divisões do Departamento de Formação da Cultura, um representante do Conselho Consultivo, um dos sócios estudantes, um dos sócios educadores e um representante dos sócios militantes do Movimento;

- Diretoria (D) – órgão máximo do Movimento, formado pelo presidente do MCP, por sua vez, eleito pelo Conselho de Direção entre os diretores das divisões do Departamento de Formação da Cultura para um mandato de três anos e reconduzível ao término de cada período;

- Conselho Consultivo (CC) – órgão auxiliar do CD, formado por uma comissão de sócios patrocinadores, colaboradores e fundadores;

- Serviço de Administração (SA) – órgão auxiliar da Diretoria, formado por uma Secretaria, pela Seção de Contabilidade, pela Seção de Pessoal e pela Seção de Material;

- Departamento de Formação da Cultura (DFC) – órgão técnico do Movimento, formado pelas Divisões de Pesquisa; Ensino; Artes Plásticas e Artesanato; Música, Dança e Canto; Cinema, Rádio, Televisão e Imprensa; Teatro; Cultura Brasileira; Bem-Estar Coletivo; Saúde; e órgão auxiliar da Diretoria, formado por uma Secretaria, pela Seção de Contabilidade, pela Seção de Pessoal e pela Seção de Material pela Divisão de Esportes;

- Departamento de Documentação e Informação (DDI) – órgão auxiliar da Diretoria, formado pela Divisão de Informação, pela Divisão de Documentação e pela biblioteca; e

- Departamento de Difusão da Cultura (DDC) – órgão coordenador das ações do Movimento junto às associações e núcleos populares, não tinha divisões ou setores específicos (MCP, 1961).

À frente de cada um desses órgãos, estava o professor Germano Coelho, na presidência; o jornalista Aluísio Falcão, no DFC; o professor Paulo Freire, na Divisão de Pesquisa; a professora Ana Paes Barreto, na Divisão de Ensino; o escultor e artista plástico Abelardo da Hora, na Divisão de Artes Plásticas e Artesanato; o maestro Mário Cândia, na Divisão de Música, Canto e Dança; o teatrólogo Luiz Mendonça, na Divisão de Teatro; o professor Geraldo Vieira, na Divisão de Bem-Estar Coletivo; o médico Arnaldo Marques, Divisão de Saúde; o professor Reinaldo Pessoa, na Divisão de Esportes; a professora Norma Porto Carrero Coelho, na Coordenação da Educação pelo Rádio; o professor Paulo Rosas, na Coordenação de Pesquisas e a estudante de serviço social Zaira Ary, na Coordenação dos Centros de Cultura (ROSAS, 1986; BARBOSA, 2009).

Essa estrutura administrativa previa atuação colegiada no âmbito

da direção, dos departamentos e divisões, instâncias de decisão que deviam trabalhar articuladas entre si, em regime perene de ajuda mútua, perspectiva apresentada pelo próprio Movimento no Plano de Ação para o ano de 1963 (MCP, 1968). No entanto, dois fatores contribuíram para que, na prática, prevalecesse a hierarquia do presidente do Movimento sobre as demais instâncias de decisão. O primeiro foi o DDC, órgão coordenador do Movimento, não ter funcionado de fato. A relação do Movimento com os setores populares se estabeleceu de forma direta entre suas divisões setoriais e os organismos populares. A cooperação entre essas divisões era coordenada pelo professor Germano Coelho, que concentrava em si as principais funções deliberativas assegurando o controle sobre as principais ações e projetos do MCP.

O segundo foi a correlação de forças no interior do Movimento. O MCP surgiu com o objetivo de mudar qualitativamente a estrutura social da cidade do Recife. Diante do quadro econômico e das disputas políticas vivenciadas em âmbito local, essa tarefa requeria dois movimentos simultâneos: de um lado, o engajamento de intelectuais e dos setores populares interessados em encaminhar uma nova ordem social a partir do espaço político aberto pela gestão do prefeito Miguel Arraes; de outro, caracterizar o MCP como um órgão técnico, pluralista, e, sobretudo, apolítico³⁵, autoimagem que pretendia proteger o Movimento das investidas dos grupos políticos e econômicos contrários à sua existência³⁶. Essa pretensão levou o grupo dos intelectuais católicos, sem filiação partidária, a assumir as principais divisões setoriais do Movimento. As exceções eram o jornalista Aluísio Falcão, diretor do DFC e o escultor e artista plástico Abelardo da Hora, que dirigia a Divisão de Artes Plásticas e Artesanato, ambos comunistas e filiados ao PC. Na medida em que Germano Coelho capitaneava o grupo dos intelectuais católicos, a comunicação entre ele e as divisões setoriais do MCP era realizada sem qualquer mediação. Apesar da centralização decisória, não havia discordância entre os grupos intelectuais a respeito dos objetivos do MCP.

Dito isso, passemos a analisar, no próximo item, as concepções que fundamentavam o reformismo-nacionalista dos intelectuais católicos e o nacionalismo reformista dos intelectuais comunistas.

35 O esforço para criar essa imagem está registrado em documentos oficiais do MCP, sobretudo naqueles destinados ao poder público, como o ofício de 22/10/1962, endereçado ao Senador Barros de Carvalho e ao Deputado Humberto Lucena para tratar da inclusão do Movimento no orçamento da União destinado à educação (MCP, 1962); ou o Ofício de 9/11/1962, endereçado ao Relator do MEC da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados para tratar do mesmo assunto.

36 Sobre o contexto político pernambucano do qual emergiu o MCP, ver: AGUIAR (1993); SOARES (1982).

Os intelectuais e suas correntes político-ideológicas

Influenciada pelo dominicano **Luis-Joseph Lebre**t, principal articulador do *Economie et Humanisme* (1942), e por **Joffre Dumazedier**, teórico do *Peuple et Culture* (1958), a corrente intelectual católica mcepista concebia sua representação no meio político-cultural com a finalidade de “instaurar eficazmente, nas várias coletividades humanas, as condições necessárias para que todos, e não somente alguns, alcançassem a mínima soma de bens indispensáveis a uma vida digna de homem” (MCP, 1961).³⁷ Essa concepção procurava entender os problemas dos homens em seu tempo e encarava a sociedade como organismo vivo, com características próprias nas diferentes fases de sua evolução.

LOUIS-JOSEPH LEBRET (1897–1966)	JOFFRE DUMAZEDIER (1915–2002)
<p>Economista e dominicano francês, criador do centro de pesquisas e ação econômica “Economia e Humanismo” (1942), e de um grande número de associações para o desenvolvimento social, dentre os quais o IRFED (Instituto Internacional de Pesquisa e Formação, Educação e Desenvolvimento, atual Centro Internacional Desenvolvimento e Civilizações – Lebre</p> <p>t-Irfed, 1958). Introdutor da preocupação com o desenvolvimento global da pessoa e grupos sociais dentro da Igreja Católica, colaborou com François Perroux (1903-1987) numa nova abordagem do planejamento territorial, relacionando meio ambiente e desenvolvimento. Perito do Concílio Vaticano II, colaborou na redação da constituição pastoral <i>Gaudium et Spes</i> e inspirou a encíclica <i>Populorum Progressio</i> (1967) do Papa Paulo VI (1897-1978).</p> <p>(LEBRET, 1965)</p>	<p>Propositor das principais inovações que fizeram do movimento francês <i>Peuple et Culture</i> (que presidiu até 1967), uma experiência original de educação popular, o inicialmente literato Joffre Dumazedier se orientou em direção às Ciências Sociais utilizando-as na ação educacional do movimento. Especialista em Sociologia do Lazer mundialmente reconhecido, foi durante vários anos diretor de pesquisa no CNRS e professor na Sorbonne. A ligação com esses respeitados centros de pesquisa contribuiu para a parceria do <i>Peuple et Culture</i> com o CNRS, que fez do Movimento um laboratório de novas técnicas educacionais de jovens e adultos (CHOSSON, 1995).</p>

Para esses intelectuais, tornava-se imprescindível solucionar os imperativos do mundo moderno por meio da supressão da opressão desenvolvida pela tensa relação entre ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos, burguesia e proletariado. Para os adeptos, tratava-se de

fornecer conhecimento preciso do assunto. Prevalece a qualidade prática, técnica, científica, artística ou filosófica do conteúdo. Não se trata apenas de “envolver” ou “fazer as pessoas falarem”. Devemos elevar tanto quanto possível o nível de informação, o nível de cultura de todos os membros do grupo e favorecer tanto quanto possível os menos informados” A aplicação do treino mental à gestão de um círculo cultural. (DUMAZEDIER, 1958)³⁸

Formulada a partir daqueles dois teóricos (Lebret e Dumazedier), essa forma de entender a sociedade punha em evidência a necessidade de um trabalho consequente para minimizar os efeitos de uma modernização acelerada, cujo maior fruto era uma gama de pobres desumanizados e uma burguesia egoísta que pensava o ser humano em uma relação meramente funcionalista. Os intelectuais desta corrente entendiam que o caminho mais promissor para chegar ao fim desejado era tomando para si a tarefa de pensar, articular e dirigir as massas rumo a um novo regime que pudesse fazer com que as relações sociais pautadas pela opressão fossem superadas.³⁹

É a partir desses pressupostos que o grupo procurava fazer com que a população recifense tanto encarasse a inversão dos valores imposta pelo capitalismo monopolista, cujos tentáculos passaram a envolver o Brasil desde os anos de 1950 (MOTA, 1994) quanto tomasse consciência de que misérias e desigualdades não eram processos inerentes à condição humana, mas resultantes da má gestão dos bens comuns. Tal perspectiva ambicionava uma revolução nas estruturas, cujo fim consistia em que as massas percebessem seu papel como o possível agente modificador deste contexto de opressão, imposto pelos empreendimentos econômicos que não visavam servir ao homem, mas sim, aos imperativos do lucro.

Esse caráter vanguardista diante da revolução brasileira potencializou a participação política da Igreja, que, tradicionalmente a favor da manutenção do *status quo* social e das hierarquias econômicas, foi animada pela crença de que a revolução começaria por baixo:

38 No original: “donner une connaissance exacte du sujet. La qualité pratique, technique, scientifique, artistique ou philosophique du contenu, prime. Il ne s’agit pas seulement d’accrocher’ ou de ‘faire parler’ un publique. Il faut élever au maximum le niveau d’information, le niveau de culture de tous les membres du groupe et favoriser le maximum ceux qui sont le moins informés” L’application de l’antrînement mental a la conduite d’un cercle cultural.

39 Ver sobre a evolução da esquerda católica: BEOZZO (1984); NAPOLITANO (2011, p. 297-328).

São precisas novas estruturas de trabalho, de produção, de relações sociais. Faz-se mister planejar antecipadamente novos quadros de vida econômica e política, a serem experimentados e adotados por etapas. Em outros termos, trata-se de preparar, dirigir e realizar uma revolução que não deverá consistir numa simples mudança de governos, com o remendo das velhas instituições. É uma revolução total que se impõe, envolvendo a reforma dos espíritos, dos costumes, das relações entre pessoas, entre profissões, entre povos. (H & P, 1947, apud NAPOLITANO, 2011, p. 298).

Grupos eclesiais se dedicaram, então, à transformação interior dos seres humanos integrantes das “minorias”, num trabalho em etapas. Tais grupos acreditavam que a conscientização das massas levaria à superação dos processos de opressão e a participação da Igreja era essencial para a transformação sem violência.

Por outro lado, os interesses dos comunistas que assumiram uma posição de destaque no MCP contemplavam tirar o PCB de uma posição marginal no cenário político pernambucano por meio de alianças com setores de outras correntes políticas. A premissa contemplava, também, a mobilização das massas seguindo uma estratégia para derrubar as engrenagens políticas há muito vigentes no Nordeste. Mobilizando as massas sob a direção do partido e de seus militantes para ocupar os aparelhos de Estado, úteis para promover as reformas nos níveis municipal, estadual e federal que antecederiam a verdadeira revolução.

Embora pareça que, com esta atitude, as principais lideranças comunistas do MCP estavam se afastando das diretrizes vigentes em nível nacional, isso não ocorria. Essa estratégia estava completamente inserida nas novas concepções assumidas pelo Partido Comunista, desde a redefinição das diretrizes do partido, em 1958, rumo a um novo entendimento das políticas a serem adotadas (PCB, 1980, p. 3-27).

Para assumir uma nova postura diante da opressão que as economias desenvolvidas, sobretudo a norte-americana, estavam exercendo sobre a nação brasileira, o PCB constatou que o caráter dogmático e sectário adotado pelo partido não dava conta da nova realidade na qual o país estava inserido, fazendo-se necessária uma nova postura a fim de combater os inimigos de maneira adequada às novas exigências, constatação iluminada pela leitura dos documentos do XX Congresso do PC da União Soviética de 1956, após a morte de Stalin.

Para os comunistas brasileiros, a implantação do Estado socialista não se configurava mais como a principal batalha. O objetivo agora era outro. O desenvolvimento do Brasil à época, sintetizado no famoso lema “50 anos em 5”, de Jucelino Kubistchek, fez com que os comunistas traçassem novos objetivos: primeiro, barrar a influência das economias estrangeiras, sobretudo a dos EUA, nesse processo, pois entendiam que, como estava, o progresso deixava como saldo, para a nação brasileira, a diminuição do ritmo de seu crescimento interno e, por consequência, piorava a vida das classes menos favorecidas.

Diante dessa nova forma de entender o processo no qual o Brasil estava inserido, as lideranças pernambucanas do partidão tomaram para si a tarefa de transformar o cenário político do Estado por meio de alianças e da instrumentalização da força política das massas para formar uma frente única contra o imperialismo, dado que sozinhos eles não poderiam realizar essa tarefa. Substituir os quadros favoráveis aos latifundiários e ao imperialismo pela força de intelectuais, governo e povo passou a ser o objetivo principal desta corrente.

A formulação dessa nova estratégia fez com que a marcha rumo às massas ganhasse novo caráter. Certos de que a restrição ao voto dos analfabetos, parcela considerável da população, era a grande responsável pela exploração imperialista, os comunistas passaram a trabalhar a favor da conscientização política e do desenvolvimento cultural das massas, tendo como horizonte a modificação desse quadro opressor mediante as urnas eleitorais. Assim, ocupar os espaços políticos pelas urnas virou palavra de ordem para os comunistas brasileiros (BRAYNER, 1989). Essa estratégia de tomar o Estado de forma pacífica, por meio do processo democrático, fez dos outros problemas (como as contradições entre os interesses do proletariado e da burguesia) algo superável diante de um bem maior. Dali em diante, o interesse passou a ser a batalha por um destaque no cenário político pernambucano, pois, para os adeptos desta corrente, o proletariado sofria mais pelo atraso do Brasil e sua exploração por países desenvolvidos, do que pelo processo de desenvolvimento capitalista puro e simples.

Ora, contudo, esta mesma orientação de reverter a marginalidade no cenário político local pelo voto foi também colocada na ordem do dia pelos outros partidos, como o PTB e o PSB, então detentores de uma expressiva base popular nos centros urbanos, que buscaram nas urnas, tal qual o PCB, o meio necessário para chegar aos postos chave do poder local.

Nosso interesse é demonstrar que a plataforma nacionalista e de-

mocratizante desses partidos (PTB e PSB) se coadunavam ao projeto do PCB, que, à época, mesmo na ilegalidade, detinha maior representatividade política, o que acabou transformando as outras legendas numa espécie de representantes legais dessa nova forma de o PCB encarar o processo político, já que, chancelados pelas massas trabalhadoras, pela pequena burguesia e pelos intelectuais de sua base eleitoral, já tinham, em suas plataformas políticas, uma prática democratizante.

Diante dessa conjuntura, os comunistas passaram a considerar sua nova política de massa como pressuposto básico para aprofundar a crise de hegemonia dos setores tradicionalmente dominantes, tendo como objetivo provocar a ascensão das classes dominadas em um processo que culminaria na tomada do Estado em detrimento das elites conservadoras.

Assim, apesar das duas principais correntes do MCP compartilharem os valores do reformismo nacionalista, elas se diferenciavam porque uma acreditava em um “aprendizado existencial da democracia” (BEISIEGEL, 1982, p. 103, apud NAPOLITANO, 2011, p. 303), e a outra, no implemento de reformas pela ocupação pacífica do aparelho de Estado via voto.

Como os intelectuais buscaram superar o elitismo cultural?

Dada a polarização das concepções ideológicas no interior do MCP, cada qual com uma visão *sui generis* do papel da educação e a cultura no processo revolucionário em marcha, as correntes ali militantes tiveram intensos debates acerca do posicionamento que o Movimento deveria assumir diante da sociedade. Esses debates apontaram a preocupação em acomodar as várias perspectivas ideológicas e superar o elitismo cultural que os concebia como detentores do conhecimento necessário para introduzir um novo modelo de sociedade, presente na base dos seus respectivos projetos reformistas. Essa ideia ficou manifesta nas reflexões de Abelardo da Hora: “como íamos tratar com grupos heterogêneos do ponto de vista ideológico, tive o cuidado de fixar uma filosofia que pudesse unir a todos por muito tempo, com o objetivo de democratizar o ensino”. (ROSAS, 1986)

Tais preocupações, somado ao fervor político-ideológico que colocava Pernambuco entre o capitalismo norte-americano e o comunismo soviético, potencializava o desejo de desvincular o MCP de quaisquer das ideologias dos seus membros, pois, mesmo com a crise agrária que assolou o Brasil após a II Guerra Mundial e da expansão urbanística dos grandes centros, a política pernambucana ainda estava sob o comando das poucas famílias ligadas

à agroindústria (CARONE, 1980). Dessa forma, qualquer empreendimento que contribuísse para a perda de hegemonia das elites agrárias seria alvo das intervenções dos conservadores.

As reflexões geradas diante desse quadro levaram aquelas lideranças intelectuais a entender o caminho mais adequado como a condução de um movimento sem bandeira partidária, cujo propósito deveria ser apenas conduzir meios de aperfeiçoamento cultural ao encontro das massas, o que, por sua vez, definiria o seu nacionalismo como fruto do anseio do povo pernambucano de se desenvolver plenamente mediante relações de igualdade e justiça social. Apesar disso, as correntes intelectuais procuravam politizar a cultura, sem necessariamente instrumentalizá-la para esta ou aquela formação intelectual. O importante era fortalecer o campo reformista e nacionalista num contexto político conservador.

Assim, afirmar que o MCP

[...] nasceu da miséria do povo do Recife. De suas paisagens mutiladas. De seus mangues cobertos de mocambos. Da lama, dos morros e alagados, onde crescem o analfabetismo, o desemprego, a doença e a fome. Suas raízes mergulham nas feridas da cidade degradada. Fincam-se nas terras áridas do Nordeste. Refletem o seu drama, como síntese dramatizada da estrutura social inteira (ARRAES, 1964)

era dar vida própria ao Movimento, uma espécie de autonomia gerada a partir da valorização da cultura como salvação da miséria, e afirmação do campo reformista como um todo.

O reflexo dessa postura que, enfim, era tão democratizante quanto os interesses das respectivas correntes, foi alçar, diante da sociedade, a bandeira do desenvolvimento cultural das massas como sendo algo acima de qualquer interesse político partidário. No entanto, para atingir o objetivo de libertar as massas, os grupos intelectuais e ideológicos achavam que o melhor caminho era tutelá-las no processo de libertação cultural e conscientização política.

A ação na educação

No campo da educação básica de crianças e adultos, a atuação do MCP foi consubstanciada pelos Núcleos Populares, cuja função era politizar e organizar as massas. No cerne dessa dinâmica, residia a preocupação de formar líderes populares desde o diálogo com os representantes das comu-

nidades periféricas, o que proporcionava aos intelectuais mcepistas se aprofundarem nas aspirações do homem simples do povo e obterem, com isso, os subsídios necessários para reelaborar seus valores fundamentais e devolvê-los aos setores populares por meio de todos os veículos culturais que o Movimento dispunha.

Assim, sua existência consistia em formular ações políticas responsiva aos anseios dos vários setores da sociedade em luta por transformações político-sociais desde a mobilização popular. Isso fazia com que as atividades educacionais e culturais do Movimento não tivessem fim em si mesmas, mas traduzissem o desejo das formações intelectuais ali militantes de introduzir profundas reformas na estrutura política pernambucana.

Analisemos, por exemplo, os meios utilizados para alcançar tais metas:

1. Debates sobre problemas do próprio meio (analfabetismo, custo de vida, pauperismo, etc.).
2. Conferências ilustradas (“slides”, instrumentos audiovisuais) sobre temas propostos pelo povo.
3. Participação nas diversas realizações dos movimentos de cultura popular: publicações, folhetos, jornais, etc.
4. Cursos específicos (sindicalismo, etc.).
5. Organização para reivindicações populares (grupo de pressão).
(Diretrizes dos Núcleos Populares do MCP, apud CARVALHO, 1967, p. 592)

Para os militantes do MCP, estreitar a relação com os setores populares facilitava o trânsito de ideias entre os dois grupos, possibilitando, rapidamente, criar condições para o debate das ideias no interior do Movimento chegarem às periferias. Essa mobilização no interior das próprias comunidades produziria a conscientização crítica que, para as lideranças intelectuais, diluiria os entraves culturais impeditivos da chegada das massas ao estado revolucionário. Vejamos como esta reelaboração das experiências populares foram aproveitadas para politizar as massas nas lições destinadas à alfabetização de jovens e adultos.

Lição n ° 17

RECIFE alagado Recife
Um alagado do Recife alagado

- O Recife tem muito alagado?
- Sim, o Recife tem muito alagado.
- Como é a casa do povo do alagado?
- A casa do povo do alagado é mocambo.

(PERNAMBUCO, 1965, p. 458)

Figura 1: “Mocambo”, de Elijah Von Sohsten



Fonte: PERNAMBUCO (1965, p. 458-459)

Essa aula buscava transformar a experiência concreta do sofrimento dos setores populares em consciência política.

Demonstrar que o sofrimento diário vivido pelas massas não tinha causas isoladas, nem metafísico-religiosas, tampouco naturais, cumpria o objetivo a ser alcançado.

Nessa perspectiva, o propósito dos idealizadores da atividade era contribuir para a conscientização dos populares sobre as condições subumanas na qual estavam imersos eram fruto da opressão da ordem estabelecida.

Na lição de n° 24 lemos o seguinte:

Leia e copie

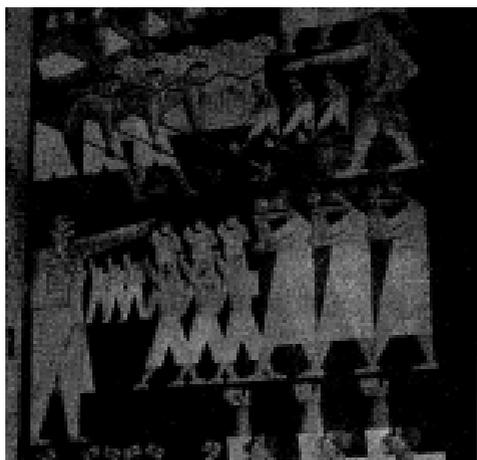
1. O Recife tem muito alagado.
2. O povo sem casa vive no mocambo.
3. O piso do mocambo é de taco?
4. O deputado falou ao povo no comício.
5. Um povo sem pão é um povo sem saúde.
6. Pelo voto o povo decide a vida da sociedade.
7. A vida de cada um é a vida de seu povo.
8. Um bom político fica ao lado do povo.
9. O povo todo ouve rádio?
10. A batucada é música do povo.
11. O samba também é música do povo.
12. Você ouve a aula pelo rádio?
13. 13 de maio é uma data cívica.

Copie seu nome.

Copie o nome de sua cidade.

(PERNAMBUCO, 1965, p. 467)

Figura 2: Mural de azulejos “Nabuco e a Abolição”, de Abelardo da Hora



Fonte: (PERNAMBUCO, 1965, p. 467-468)

Nessa lição, os temas políticos e sociais eram trabalhados para conscientizar os setores populares sobre a miserabilidade na qual eles estavam imersos, contexto vivido por boa parte da população recifense. A ideia da atividade era demonstrar que a realidade das massas marginalizadas da capital pernambucana era uma consequência direta do fato de elas não contarem com o engajamento dos políticos pela melhoria de suas condições de vida. No contexto político pernambucano dos anos 1960, essa mensagem partidária visava a colocar Miguel Arraes como representante do povo no cenário

local, perspectiva reforçada porque estimulava a visão crítica do contraste entre uma moradia decente e as em que eles moravam, associando a ideia de mudança desse cotidiano via voto. Não por acaso, a lição finaliza com o 13 de maio, procurando associar o cotidiano das massas ao de um escravizado, preso pelos interesses da oligarquia pernambucana. Outra faceta subjacente ao último item se referia ao posicionamento do MCP ao referendar, sem qualquer problematização, aquela como uma data cívica. Os intelectuais mcepistas consideravam o poder do Estado no Brasil como o poder histórico por excelência. Eles não se desvinculavam da tradição intelectual que concebia que o homem só se configurava histórico quando referendado pelo Estado (CHAUÍ, 1983).

Também se observa essa perspectiva na ilustração da referida lição, que valoriza a ação de um intelectual na abolição da escravatura. A ausência de uma problematização sobre os determinantes do posicionamento favorável à abolição pela nação brasileira denota a importância atribuída pelo Estado à intelectualidade pernambucana, nos anos 1960.

A ideia de explorar a temática da opressão, da desurbanização de favelas e alagados, bem como de tudo aquilo que submetia o povo pernambucano a uma vida indigna percorreu todas as lições do Livro de Leitura para Adultos do Movimento. Analisemos a lição nº 46:

<p>Açúcar açúcar</p> <p>Pernambuco Pernambuco</p> <p>engenho enxada engenho enxada</p> <ul style="list-style-type: none"> – A base da economia de Pernambuco é o açúcar. – O lavrador ainda cultiva o campo com a enxada. – O camponês do engenho do açúcar planta e corta a cana. – A casa do povo do alagado é mocambo. – Sua vida é difícil e insegura. – Agora o camponês luta por seu sindicato. <p>O sindicato defende o camponês!</p> <p>(PERNAMBUCO, 1965, p. 494)</p>	<p>Figura 3: “Cana de açúcar”, de Abelardo da Hora (Mural do banco de Crédito Popular)</p>  <p>Fonte: (PERNAMBUCO, 1965, p. 494-495)</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Nessa lição, observemos como, tanto por meio tanto das palavras-chave quanto pela ilustração escolhida, procurou-se enfatizar o modo rudimentar do trabalho dos camponeses pernambucanos, o fato de o trabalho nos

engenhos não ter sido modernizado e como os camponeses ainda eram reféns dos latifundiários. O objetivo era conscientizar as camadas populares em processo de alfabetização de que o meio disponível para refutar essa herança era a união em classe e a ação organizada em grupos, pois o homem isolado não tinha força política diante do poder dos fazendeiros. Segundo essa diretriz, um povo unido e politizado não dava espaço para os desmandos dos patrões e passava a exigir deles as medidas necessárias para uma vida digna. Notemos como as conclusões deixavam pouco espaço para elaborações mais livres pelas camadas populares. Assim, tais atividades se colocavam como uma espécie de suporte para a unificação política desses setores. Os temas escolhidos, a problemática trabalhada, a terminologia usada, tudo concorria para conscientizá-los de que a opressão vivida, no campo e na cidade, não era algo inerente da sociedade, posicionamento animado pela crença de que a unidade política dos vários setores aspirantes de transformações político-sociais catalisaria a revolução em marcha.

Na educação informal

O MCP atuou para organizar politicamente os setores populares também por meio de ações de entrelaçamento entre diversão e educação conduzidas nas Praças de Cultura. A finalidade desses espaços era, do estímulo da apreciação crítica e adequada das apresentações de cinema e TV e dos demais meios coletivos de comunicação, potencializar a capacidade dos populares de questionar por si mesmos as informações produzidas pela ordem estabelecida. Na visão dos idealizadores das Praças, melhorar qualitativa e quantitativamente o fluxo dessas atividades no interior das comunidades contribuiria para a indisciplina dos populares contra a máxima de que deveriam aceitar que outras pessoas soubessem mais que eles o que lhes convinha. As Praças procuraram oferecer à população as mais variadas oportunidades de emprego do tempo livre, tendo em vista:

1. Favorecer o desenvolvimento da consciência crítica, por meio de debates públicos, que quando possível, deveriam ser feitos com a participação dos núcleos populares.
2. Desenvolver a capacidade cultural do povo, por meio de: teatros, programas de TV, cineclubes, clubes de literatura – Biblioteca, Ciclo de pais, esportes, etc. (PERNAMBUCO, 1965, p. 593)

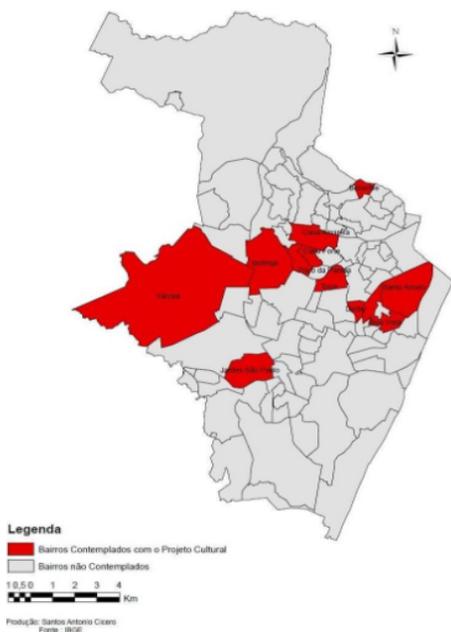
mediante iniciativas que buscavam:

Estimular no povo, um sentido de iniciativa própria e autoconfiança, único meio de convencer este mesmo povo de que ninguém, senão ele, pode realizar a tarefa de sua emancipação. (WEBER, 1962, p. 3)

O engajamento das camadas populares nas atividades desenvolvidas nas Praças levaria à agregação de um espírito comunitário aos arrabaldes do Recife, numa experiência comunitária até então inédita. Esses espaços já eram utilizados para apresentações de festas populares, mas a população que para lá afluía não se pensava como um todo político. Nesse sentido, as ações promovidas nas Praças buscaram despertar no interior das comunidades o interesse por uma forma de organização coletiva que contribuísse para a solução das dificuldades de cada morador dos bairros onde as ações realizadas: Iputinga, Várzea, Casa Amarela, Jardim São Paulo, Torre e Beberibe (Ver Figura ao lado). Deles, os intelectuais mcpistas buscaram estabelecer valores que pusessem em cena uma nova realidade desde a chamada promoção integral dos setores populares.

Figura 4:

Movimento de Cultura Popular de Recife



Essa experiência foi fundamentada no conjunto de técnicas desenvolvidas por Dumazedier (Cf. box p. 43), que imprimia ao lazer mais uma oportunidade de instrução política. Para ele, o lazer funcionava como instrumento importante de politização, porque o sentido por trás das dinâmicas recreativas era proporcionar às comunidades uma vivência que lhes possibilitasse pensar como um time que almejava os mesmos objetivos: fazer parte de um jogo a ser vencido pelos setores populares. Essa experiência foi fundamentada no conjunto de técnicas desenvolvidas por Dumazedier (Cf. box p. 43), que imprimia ao lazer mais uma oportunidade de instrução política.

Fonte: COELHO (2012)

Para ele, o lazer funcionava como instrumento importante de politização, porque o sentido por trás das dinâmicas recreativas era proporcionar às comunidades uma vivência que lhes possibilitasse pensar como um time que almejava os mesmos objetivos: fazer parte de um jogo a ser vencido pelos setores populares.

As Escolas Radiofônicas foram outro elemento importante na dinâmica de desenvolvimento de um espírito comunitário nos bairros periféricos do Recife⁴⁰. O uso do rádio, mídia com grande inserção nos lares pernambucanos, conseguiu levar as discussões travadas em salas-de-aula, praças e núcleos populares para o interior das residências, proporcionando ao MCP atingir todos os públicos com suas ações. Na etapa inicial, o projeto contou com programas diários veiculados pela Rádio Clube de Pernambuco e pela Rádio Continental, as mais populares da cidade, num modelo de transmissão semelhante ao do sistema SIRENA: veiculação de rádio-aulas em horários em que a população pobre pudesse acompanhá-las. Numa segunda etapa, instalaram as Escolas Radiofônicas em postos fixos, o que ampliou a equipe envolvida no projeto com membros da própria comunidade de onde as transmissões eram veiculadas, proporcionando, já nos primeiros meses de atividade, a ida das escolas ao encontro das igrejas e sociedades de bairros.

Escolas Radiofônicas em sociedades – 41; em Igrejas – 8 (protestantes 3, católica 4, e centro espírita 1); e, em prédios da prefeitura – 3; num total de 52 funcionando ainda, sem rádio, mais 4, sendo 3 em sociedades de bairro e 1 em igreja, perfazendo, então, um total de 56 escolas, subordinadas ao setor. (WEBER, 1962, p. 2)

Desse modo, a experiência educativa estimulou o desenvolvimento de uma consciência crítica em amplos setores das comunidades periféricas da região metropolitana do Recife, fato que, por si só, já cumpriria um papel político fundamental. Mas não foi a única forma de politização das massas recifenses pelas Escolas Radiofônicas. Elas ampliaram o alcance do espírito comunitário na medida em que suas iniciativas contribuíram para os setores populares passarem a se ver como partícipes de uma mesma conjuntura da

40 O sucesso desse setor se vinculava ao domínio das técnicas de uso do rádio como principal ferramenta para a educação das massas, conhecimento gerado por influência das iniciativas do bispo D. Eugênio Araújo Sales (1920-2012) que, no fim dos anos de 1950, organizou o “Movimento de Natal” e criou a Rádio de Educação Rural de Natal inspirado na experiência das escolas radiofônicas colombianas do padre Salcedo. Mais tarde, esse movimento se tornou o Movimento de Educação de Base, MEB. (CARVALHO BORGES, 1993, p. 111-112).

qual só sairiam pelo trabalho em conjunto. Dito de outra forma, essas ações concorreram, na mesma linha das Praças de Cultura, para as camadas populares passarem a se pensar como grupo que, unido, teria uma força política expressiva.

Ação na cultura

No campo artístico-cultural (teatro, cinema, música e artes plásticas), também se observam as representações desse fenômeno político. A política cultural desses setores logrou destaque na politização das massas pernambucanas, seja pelo uso do suporte dado ao projeto de Educação de Adultos, seja pelas políticas concebidas nos seus respectivos quadros. No teatro, por exemplo, essas representações se configuraram numa arte politicamente engajada. Devido à influência do **Teatro de Arena** de São Paulo, essa perspectiva se filiava a uma concepção artística até então rechaçada pelos grupos teatrais pernambucanos da época.

TEATRO DE ARENA

Surgido em 1953, quando alguns alunos da Escola de Arte Dramática de São Paulo resolveram criar um teatro facilmente deslocável, viabilizando, assim a apresentação de espetáculos em escolas, faculdades, fábricas, sindicatos, museus etc., o Arena defendia um compromisso em direcionar o teatro brasileiro rumo a uma dramaturgia própria, autêntica, desvinculada do hábito de imitar atores e diretores estrangeiros, reflexo das problemáticas brasileiras, tradutora, nos palcos, das necessidades da grande massa proletarizada. Na segunda metade dos anos 1950, o Arena criou um Seminário de Dramaturgia de onde surgiram várias de suas peças de cunho nacionalista. A cooperação entre este e as atividades teatrais do MCP foram proficuas durante todo o período em que o movimento pernambucano atuou, estabelecendo-se, inclusive, uma assistência técnica de Nelson Xavier aos empreendimentos teatrais do MCP. Funcionou até 1972, sendo reaberto em 1977, após sua compra pelo governo federal e incorporação à Fundação Nacional das Artes (MAGALDI, 2004).

Os encenadores com maior expressão no cenário local e nacional defendiam que a dramaturgia jamais poderia se deixar contaminar por interesses políticos, posicionando-se ora a favor da arte pela arte, como o teatro de **Valdemar de Oliveira**, ora por uma arte popular, mas sem militância político-ideológica, como o teatro de **Hermilo Borba Filho**.

VALDEMAR DE OLIVEIRA

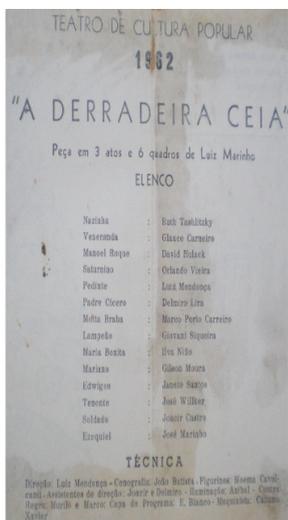
Homem de teatro, foi durante anos diretor do Teatro Santa Isabel, exercendo também atividades no meio jornalístico de crítica teatral. Conciliando essas atividades com a liderança que exercia no TAP (Teatro de Amadores de Pernambuco), onde defendia a tese de que “uma fórmula que procurasse reunir teatro e povo era algo de contraditório nos próprios termos”. A seu ver, “(...) teatro é exclusivamente uma expressão de arte. E esta, por definição, em suas formas mais elevadas, só é acessível à fruição e apreciação daqueles poucos cultivados em seus sentidos, dotados de uma aprimorada e apurada sensibilidade. Povo, portanto, não tem nada a ver com essa equação” (TEIXEIRA, 2007, p 110).

HERMILO BORBA FILHO

Autor, encenador, professor, crítico e ensaísta, foi o principal expoente do TEP (Teatro do Estudante de Pernambuco) e do TPN (Teatro Popular do Nordeste), grupos que, embora valorizassem as tradições nordestinas, posicionavam-se, “contra a arte engajada [...]”, que, segundo suas concepções, “agrega ao universo da obra o corpo estranho da tese, para fazer do espetáculo um libelo interessado”. Suas teses defendiam uma reação contra o teatro acadêmico, sem ligação com o real. Hermilo foi um dos fundadores do MCP, mas dado o caráter político do movimento, que ele julgava espúrio, afastou-se e passou a militar contra todas suas atividades, chegando a escrever a peça “A Bomba da Paz”, em que desqualificava as iniciativas do MCP. (TEIXEIRA, 2007, p.163-166).

Para o Teatro de Cultura Popular (TCP) do MCP, a busca por uma expressão artística autenticamente popular não poderia ficar restrita à valorização das tradições, contos, mitos e do romanceiro nordestinos, mas deveria enveredar-se pela luta política, pelo posicionamento político-ideológico. O objetivo era fazer da manifestação artística o reflexo do espírito combativo do povo que, à época, lutava contra as forças reacionárias da elite local. Assim, as atividades do TCP procuraram manifestar que o povo nordestino estava pronto para ser despertado e canalizado para a luta reformista nacionalista. Encenada em 1962, a peça “A Derradeira Ceia”, de Luiz Marinho, trazia nítida essa perspectiva:

**Figura 5: Folheto de divulgação da peça
“A derradeira ceia”**



A peça

A guerra de Canudos (sic) nos longínquos sertões da Bahia, temos certeza disso hoje, foi o resultado de uma política agrária injusta e que os homens da república nascente não souberam compreender. Bandos de fanáticos tendo como tema místico as figuras de Cristo e Pedro II andaram por aquelas terras ressequidas implorando de armas e rosário em punho uma justiça social que não desfrutaram por lhes serem roubadas as vidas pelas balas assassinas dos “macacos”.

(MENDONÇA, 1962)

Notemos como, nesse trecho da citação, o autor procurou enfatizar o caráter heroico dos sertanejos que deram a vida por uma política agrária justa. Era essa expressão de coragem e determinação que, em diferentes momentos e por diferentes sujeitos, emanaram das reivindicações populares, algo que a ser explorado nas encenações teatrais do TCP. Vejamos como essa ideia foi trabalhada na segunda parte do texto:

Um pouco mais de trinta anos depois, próximo às terras da heroica Canudos, outros bandos surgiram, com menos mística e mais intento de represália pela justiça social que lhes era negada. Lampião com todo o cotejo de males que impôs a muitas inocentes famílias nordestinas, não foi o responsável pelos crimes que praticou. Foi vítima do meio social em que viveu. Lampião foi o símbolo da rebeldia praticou o mal contra os inocentes que se tornaram assim, vítimas não de Lampião e seus fiéis seguidores, mas das contradições existentes em nossa sociedade. (MENDONÇA, 1962)

Dois direcionamentos se sobressaem nesta segunda parte. O primeiro, dando prosseguimento à argumentação central do texto, é o destaque dado à bravura daqueles que se rebelaram contra a ordem estabelecida, o que por sua vez, provocava o leitor a conceber uma linearidade revolucionária dos setores populares. O segundo é a ênfase dada ao caráter violento

de Lampião como fruto das desigualdades sociais de sua época, o que intencionava explorar a ideia de que todos os males da sociedade não tinham causas isoladas, mas eram filhos diletos de práticas sociais injustas. Conduzir as encenações teatrais nessa linha argumentativa fazia parte do esforço dos membros do teatro do MCP:

“A Derradeira Ceia” retrata em linhas simples e com um diálogo vivo, quanto autêntico, aspectos da vida de Lampião e seu bando. Aborda fatos que se universalizaram não somente no seu espírito de rebeldia, mas também na particularidade dos implicados nos fenômenos. Saturnino, Nazinha, Lampião, Maria Bonita e todo o bando, formam o complexo fenômeno do cangaceirismo, filho diletto e inesperável de uma política agrária que não evoluiu de acordo com o desenvolvimento da sociedade. (MENDONÇA, 1962)

Esse empreendimento inseriu uma nova concepção estética ao teatro pernambucano ao articular popularização à militância político-ideológica. Para o TCP, assegurar ao povo peças de alto nível artístico impregnadas de teor político era seu principal objetivo.

O teatro é uma arte completa. Reúne todas as artes: a música, a dança, a mímica, o canto, a poesia, a pintura, a escultura e mesmo o cinema.

É um meio de educação do povo.

(...)

O MCP leva o teatro ao povo! (PERNAMBUCO, 1965, p. 519)

Para tanto, junto à prefeitura do Recife, o MCP formulou uma nova política teatral:

Criação recente da Comissão de Teatro; a instituição de uma verba específica de auxílio ao Teatro, no Orçamento municipal; abolição dos impostos sobre teatro; a instauração de um fundo rotativo para o teatro; a publicação de um boletim mensal sobre a vida teatral; a criação de um museu do teatro; a realização anual do Festival de Teatro do Recife e do Festival do Interior de Pernambuco; a inauguração do teatro do Arraial Velho (primeiro ao ar livre) e do Teatro do Povo (primeiro ambulante); a publicação do catálogo Coletivo de Teatro da Cidade do Recife, unificando as bibliotecas especializadas e permitindo o planejamento da aquisição; a planificação da pauta anual de teatro, no Recife; a instituição de preços populares; a restauração das velhas casas de espetáculos: o Teatro Santa Isabel e o Teatro do Parque, ambos da Prefeitura do Recife. (ANDRADE, 1962)

Essas iniciativas buscaram aproximar o teatro politizante pernambucano do público mais popular para que ele melhor servisse às causas polí-

ticas. Dito de outra forma, o MCP transformou os teatros, salões e sedes dos grupos teatrais em verdadeiras colmeias febris.

Nos setores de cinema e de música, as realizações também foram significativas e ambiciosas. No cinema, consistiam em: realizar encontros nas comunidades para assistir a projeções cinematográficas; fomentar uma cultura museológica dedicada ao cinema do Nordeste; manter em funcionamento cineclubes; contribuir para a formação de quadros aptos a realizar filmes de curta-metragem ou experimentais sobre temas nordestinos; e promover estudos sobre os problemas cinematográficos da região nordestina. Essas iniciativas contaram com o apoio de várias instituições, inclusive da Cinemateca Brasileira (BRASIL/FCB, 1962).

Desde essa política cinematográfica, o MCP procurou desenvolver, em todos os arrabaldes recifenses, uma profícua cultura cinéfila, com o objetivo de colocar essa expressão artística a serviço da politização das massas. Em grande medida, alcançava-se esse objetivo com projeções realizadas nos subúrbios, em que os filmes tinham caráter preponderante político-educativo. Vejamos ao lado um registro dessa atividade:

Figura 6: Projeção popular de cinema



Fonte: APMC

Mas não só por isso. O caráter politizante desse cinema estava também na relevância dada ao Nordeste, sempre em primeiro plano em suas incursões dentro e fora da película. A valorização dessa temática não era por acaso, pois, na medida em que esse cinema evidenciava as chagas nordestinas, demonstrava que os interesses imperialistas estavam ligados diretamente à miséria na qual o povo simples estava imerso.

Assim, fosse filmando os infortúnios das massas, como em “Cabra Marcado para Morrer” (COUTINHO, 1984 [1964])⁴¹, fosse se utilizando apenas das projeções nas comunidades periféricas, o MCP visava equacionar, por meio da linguagem cinematográfica, os problemas fundamentais das

⁴¹ O documentário traz para o cinema a violência imposta pelos latifundiários nordestinos às Ligas Camponesas.

camadas populares, possibilitando a elas a interpretação social e cultural da realidade. O movimento em direção à instrumentalização dos aspectos da cultura nordestina como meio de politização do povo, visto tanto no teatro como no cinema do MCP, também era um traço candente do setor musical, que envolvia dança, canto e música popular.

Na música, essa perspectiva configurou-se através da valorização do folclore regional, expressão popular que proporcionou ao MCP a inserção desejada nas comunidades periféricas do Recife. O entrelaçamento entre expressões folclóricas e o setor de música do MCP contribuiu para conscientizar as massas por expressões que, em sua essência, não representavam nem estimulavam a ascensão dos proletarizados. Esses limites foram superados pela capacitação política dos técnicos e alunos regulares e dos cursos livres de formação artística, bem como dos de instrumentos, musicalização e canto. Dessa capacitação, as apresentações dos corais, conjuntos folclóricos, instrumentais e de dança passaram a difundir uma mensagem do cotidiana dos setores populares que as utilizava para conscientizar o povo.

Com implicações do mesmo modo importantes, as atividades do setor de artes plásticas e artesanato expressaram igualmente esse fenômeno político. Nada escapou de representar a posição político-ideológica das correntes do MCP. A rigor, não poderia ser diferente com essas manifestações artísticas, tendo em vista que a ideia de politizar as massas borbilhava na cabeça de todos os dirigentes-fundadores do Movimento.

Figura 7: Concerto da Orquestra Sinfônica do Recife e de músicos do MCP numa comunidade recifense



Fonte: APGC

A ideia se expressava nas artes plásticas por meio da estimulação da capacidade criadora popular, contribuindo para o desenvolvimento artístico do artesanato e estimulando o diálogo com as famílias de baixa renda por meio de cursos (desenhos, pintura, gravura, fantoches, cestaria, cerâmica e estamparia etc.), que possibilitavam definir nesse setor uma orientação realmente popular e, ao mesmo tempo, trazia à luz, para todos os participantes

desses cursos, as possibilidades geradas com o aprendizado desses ofícios, bem como o espírito das realizações do MCP: romper as limitações de uma arte de orientação desvinculada do trabalho e da vida do povo.

Esse esforço buscava incentivar em solo pernambucano uma nova concepção de artes plásticas, capaz de atender às demandas anseios da coletividade, assistindo-as e as provendo do necessário ao seu bem-estar, algo atrelado à justiça social, à harmonia, ao equilíbrio e igualdade nas relações entre todas as pessoas. As atividades do setor de artes plásticas e artesanato buscaram, assim, desenvolver no povo uma consciência crítica da realidade brasileira para, com ela, partir organizados em direção a soluções concretas para tirar o Estado do julgo político das poucas famílias endinheiradas no comando da política pernambucana.

A representação do fenômeno político em todas essas ações evidenciava a crença dos intelectuais mcepistas na força política do homem do povo, faceta de um Movimento ocupado não somente em dar poder de voto aos analfabetos, mas em educá-los para que pudessem imprimir a Pernambuco uma nova concepção de sociedade, em que não coubesse mais a exploração dos setores abastados sobre as classes populares.

Essa postura se fundamentava no entendimento de que as transformações políticas e socioeconômicas desejadas pelos setores progressistas seriam levadas a cabo pela síntese dos intelectuais mcepistas em articular bens culturais e experiência prática das massas. Uma leitura *sui generis* de um humanismo cristão prevalecente no MCP previa que “A cultura nasce da vida e volta à vida... O novo humanismo não é uma concepção a priori, é simplesmente um conjunto de princípios que se expressa num estilo de vida pessoal e coletivo: é a base de uma cultura comum” (CHOSSON, 1995, tradução nossa)⁴².

Essas considerações finais nos levam a dedicar o próximo capítulo aos pressupostos teóricos da ideia de cultura popular dos intelectuais mcepistas. Buscaremos tratar mais detidamente das razões pelas quais eles não conseguiram se afastar de uma postura elitista quanto às interações sociais. Esse estudo nos possibilitará a melhor entender a concepção do caráter revolucionário nos setores populares, mas que, por outro lado, pretendiam-se detentores dos meios capazes de promover a verdadeira revolução.

42 Perspectiva assim definida pelo *Peuple et Culture*, principal referência para os princípios do MCP. (CHOSSON, 1995). No original: “La culture naît de la vie et retourne à la vie... L’humanisme nouveau n’est pas une conception a priori, il est simplement un ensemble de principes qui s’exprime dans un style de vie personnel et collectif: il est la base d’une culture commune”.

3. CULTURA NA ÓTICA DO MCP



MCP e a construção da ideia de Cultura Popular

A análise seguinte objetiva entender e desnudar as formas como a cultura popular foi representada e trabalhada no interior do MCP. Nossa intenção aqui não é esmiuçar o conceito de cultura⁴³, mas verificar os elementos que informaram a ideia de cultura dos intelectuais do MCP. Ao longo do capítulo anterior, procuramos evidenciar, dentre outras especificidades, as formações intelectuais militantes no MCP que concebiam a história como uma sucessão de esquemas de dominação social e política variáveis apenas na forma e intensidade.

Corroborado pelo entendimento comum de que esses esquemas de dominação só sofreriam radicais mudanças quando as classes dominadas se conscientizassem da sua força política, esse princípio não arrefeceu as tensões provenientes das diferentes leituras sobre como os intelectuais do Movimento trabalharem internamente a cultura popular. No entanto, a despeito dessas diferentes posições, havia um consenso sobre a necessidade de conhecer cientificamente a realidade social pernambucana para formular alternativas de confronto contra a ordem estabelecida da época. Tendo essa problemática como elemento fundamental de análise neste capítulo, esmiuçaremos como os intelectuais do MCP concebiam a cultura popular em seus mais variados aspectos a fim de atingir os objetivos acima mencionados.

Nesses termos, não poderíamos nos aprofundar no estudo de como a cultura popular foi concebida pelos intelectuais do MCP, sem apresentar um esboço teórico dos elementos que informaram a ideia de cultura desses intelectuais.

Por cultura, os intelectuais mcepistas entendiam o conjunto de bens espirituais e materiais de toda sociedade, não apenas de uma parte, extrato, ou classe dela. Nas palavras de Freire (1983, p. 99), “para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser conhecida, em que não apenas está, mas *com* a qual se defronta”. Essa reflexão subordinava

43 Para uma melhor compreensão acerca do conceito de cultura, ver: WILLIAMS (1992).

a formação desses conjuntos de bens à existência de homens dotados de todas as suas potencialidades e com possibilidade de pô-las em prática. Dessa forma, a procura da conscientização das massas, base de todas as atividades do MCP, configurou-se como uma espécie de filosofia a ser seguida por todos os participantes do Movimento.

É importante salientar que essa forma de conceber a cultura emergia das contradições sociais e econômicas que caracterizavam o estado de transição pelo qual o país passava à época, panorama dado pelo inconformismo dos setores populares diante dos esquemas de dominação vigentes há muito na sociedade brasileira.⁴⁴ Assim, existia uma dimensão política que informava o conceito de cultura daqueles intelectuais. Essa dimensão pode ser verificada a partir das dificuldades que, do ponto de vista das lideranças do MCP, precisavam ser vencidas pelos empreendimentos culturais do Movimento.

A primeira dificuldade seria ultrapassar os limites daquilo que os dirigentes do MCP concebiam como uma “consciência intransitiva”, característica observada, segundo eles, nas áreas onde os homens ainda se encontravam sob uma estrutura semifeudal:

Uma comunidade preponderantemente “intransitivada” se caracteriza pela quase centralização dos interesses do homem em torno de formas mais vegetativas de vida. Pela extensão do raio de captação a essas formas de vida, quase exclusivamente. Suas preocupações se cingem mais ao que há nele de vital, biologicamente falando. Falta-lhe teor de vida em plano mais histórico. É a consciência predominante, ainda hoje, dos homens de zonas fortemente atrasadas do país. (FREIRE, 1983, p. 108-9)

As lideranças do MCP tinham uma preocupação de remodelar os interesses desses extratos sociais para eles não resumirem sua existência ao atendimento de suas necessidades primárias.

Uma segunda caracterização que também nos informa sobre como os intelectuais mcepistas pensavam a cultura gira em torno da “consciência transitiva”. Concentrada, preponderantemente nas áreas urbanas, o principal expoente dessa forma de pensar a sociedade era a classe média, a pequena burguesia, estrato social não preocupado com uma crítica acurada da sociedade, mas com suas necessidades materiais e físicas. Conforme Freire (1983, p. 110), caracterizam essa “consciência transitiva”: a “simplicidade na interpretação dos problemas”; a “tendência a julgar que o tempo melhor foi o

44 Sobre as reivindicações populares da época, ver Page (1972).

tempo passado”; a “subestimação do homem comum”; a “impermeabilidade à investigação”; a “fragilidade de argumentação”; as “explicações mágicas”, herdadas da consciência intransitiva.

É necessário esclarecer ao leitor que, em nenhum momento, o teórico sugere que esses estados são estanques. Assim, embora não seja comum, pode-se encontrar a consciência intransitiva também em extratos sociais urbanos, bem como a transitiva em comunidades populares dos rincões do país. Para Paulo Freire e os demais intelectuais dirigentes do MCP, o homem era um ser “ontologicamente aberto”, independente do estágio no qual se encontrava.

Por fim teríamos o estágio ideal, aquele pelo qual os empreendimentos culturais do MCP se debruçavam, a saber, a “consciência crítica”, caracterizada pela “profundidade na interpretação dos problemas”; pela “substituição de explicações mágicas por princípios causais”; bem como “por despir-se ao máximo de preconceitos na análise dos problemas”, num esforço de se afastar de uma concepção mecanicista da história (FREIRE, 1983, p. 110). Para os intelectuais do Movimento, o futuro não poderia ser dado como um fim, mas construído desde as experiências do presente, o que, por sua vez, legava ao próprio homem a responsabilidade pela construção de seu futuro.

Cumpre-nos destacar aqui, a aproximação dessas ideias com outras formulações contemporâneas acerca da cultura popular. Para Martins⁴⁵ (1963), a cultura popular não era “mais que uma reforma” apesar de poder ser “uma reforma de sentido revolucionário”, uma vez que assumisse como objetivo final “a transformação material da sociedade”. Preocupado em construir os conceitos de cultura popular, cultura desalienada e cultura alienada a partir de seu modelo teórico-metodológico, Martins afirma que “para participar da cultura é preciso já estar na cultura. O povo, entretanto, está à margem e, mantidas as condições vigentes na sociedade de classe, não há como integrá-lo nesse processo exclusivamente vivido pela elite”. Assim, para o autor, a produção artística do CPC deveria ter um caráter didático a fim de se aproximar de uma população que, até então, estava alheia a qualquer manifestação de caráter artístico. Estava claro que, para ele, a qualidade artística da produção não era o mais importante, denotando uma visão afastada de um populismo mais tradicional, porque nutria uma finalidade de cooptação da população em proveito dos interesses da elite intelectualizada.

45 Carlos Estevam Martins foi um dos ideólogos do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE,

Ora se distanciando, ora se aproximando dessa perspectiva acerca da cultura popular veiculada por Martins, estava o poeta maranhense Ferreira Gullar, outro expoente do CPC da UNE. Para Gullar (1965), a cultura popular era, em suma, “a tomada de consciência da realidade brasileira”, isto é, o autor defendia que a ideia de cultura popular passava, de antemão, pela tomada de consciência dos problemas sociais e, depois, pela prática, para que tais problemas fossem sanados. Numa perspectiva nacional-popular, em que se provocava uma aproximação entre intelectuais e causas populares, Gullar fornece-nos elementos para interpretar suas ideias como uma teoria de que não há arte sem fundo político e mergulhada nas causas sociais. Para ele, a cultura popular demonstrava uma típica divisão de classes, em que o artista devia estar consciente de que a arte tanto poderia ser “um instrumento de conservação, como de transformação social”.

Essas ideias também podem ser inferidas nos textos de Martins, mas para este, o intelectual tinha o papel de iluminado salvador das massas da ignorância, e, em contrapartida, Gullar, o papel seria o de mediador entre o povo e a arte, fazendo uma arte para o povo com uma acurada crítica de sua estética política e social. Observemos que, independentemente das especificidades de cada ideia, havia uma latente crença que os problemas sociais e política brasileira seriam resolvidos por meio do protagonismo político dos setores populares. Desse modo, essa não era uma característica desse ou daquele movimento social, mas algo subjacente a grande parte dos projetos políticos-culturais em meados do século XX⁴⁶.

Nesse sentido, os dirigentes do Movimento ideavam projetos culturais promotores da democratização do conhecimento por meio de debates, discussões, críticas e propostas com todos os extratos sociais. No campo teórico, havia um latente desejo de ruptura com a tradição de que alguns poucos controlavam o conhecimento e educavam, enquanto outros eram controlados e educados, premissa que sempre impunha àqueles projetos um prisma dialógico.

Estabelecidas as bases dos pressupostos do conceito de cultura dos mcepistas, prosseguiremos a análise em busca dos fundamentos de sua concepção de cultura popular. Esse procedimento nos possibilitará melhor entender os projetos postos em prática para promover os extratos sociais caracterizados como “intransitivos” e como “transitivos” para atores ativamente conscientes de suas potencialidades políticas.

46 Para mais informações sugerimos a leitura de Ridenti (2000).

MCP e a Cultura Popular do Nordeste

A ideia de cultura popular adotada pelos intelectuais do MCP baseia-se nas determinantes culturais da própria região Nordeste. Dito de outra forma, o ponto de partida para alcançarem as “técnicas metódicas” para a conscientização dos setores populares foi o folclore nordestino. Essa assertiva se fundamenta na opção feita pelos intelectuais do MCP de “pesquisar manifestações culturais, vivência e linguagem do povo (as mais características)” bem como “descobrir com o povo o valor dessas manifestações [...]” (SEMINÁRIO CENTRO NORTE DE ALFABETIZAÇÃO, 19[??]).

Para melhor entender a relação acima, analisaremos, subsidiados pelas reflexões de Seraine (1968), como o folclore⁴⁷ corroborou para a ideia de cultura popular dos intelectuais do MCP. Para tanto, partiremos dos fundamentos que o autor estabelece sobre como o folclore se concreta objetivamente. Ao trazer esses fundamentos, buscamos localizar as determinantes da concepção de cultura popular desenvolvida pela intelectualidade mcepitsa.

Seraine tinha uma preocupação em situar suas concepções teóricas no tempo e no espaço. Era no próprio meio ambiente nordestino que o autor buscava os exemplos para alicerçar sua argumentação. Desse modo, revisitamos um dos exemplos utilizados pelo autor para traçarmos os diálogos travados entre a visão acerca do popular encampada pelos folcloristas e a concebida pelos intelectuais do MCP.

Ilustra Seraine: em certas áreas do litoral nordestino, habitadas por indígenas por um maior período, alguns objetos de pedra polida surgem em escavações de poços ou são trazidos à superfície pelos fortes ventos. Quando questionados sobre esse tipo de objeto, os moradores iletrados das aldeias rurais o chamam de “pedra de raio” devido à crença de que caíra do céu com algum raio e o reconheciam, até algumas vintenas de anos atrás, como um machado de pedra polida, típico da cultura indígena, ali situada há tempos idos. Conforme a argumentação do autor, colocado esse mesmo objeto diante de pessoa detentora de conhecimento científico, esta rapidamente o consideraria um artefato arqueológico fabricado por antigos povos aborígenes, nunca pelos aldeões atuais; e diante de habitantes de áreas mais culturalmente heterogêneas, como os grandes centros, ele seria reconhecido como um fragmen-

⁴⁷ Segundo Vilhena (1997, p. 30), os folcloristas foram os primeiros a formular um discurso sistêmico sobre a cultura popular.

to de pedra especialmente brunida, cujo significado não se perceberia de imediato.

Contudo, os não letrados e quem não percebe o significado do artefato de imediato estão suscetíveis a dois esclarecimentos capazes de transmitir àquele bem o sentido cultural que lhe falta: o primeiro habita a crença popular amplamente compartilhada na coletividade rural; o segundo afirma-se no conhecimento transmitido pela ciência. Nas sociedades de tradição escrita hegemônica, os extratos sociais cuja modalidade do saber é o vulgar são considerados socio-culturalmente inferiores, pois, entre seus integrantes, a explicação científica do real não é regularmente alcançada, estabelecendo-se, portanto, o domínio do folclórico. Entretanto, integrar um ou outro extrato não impede ninguém de conhecer e incorporar ideias difundidas por camada social distinta da sua. Assim, conceber a sociedade em classes, ou dividi-la em estratos sociais não é fator preponderante da conceituação do folclórico, mas a qualidade do saber “não influenciado diretamente pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou a uma fixação de uma orientação religiosa ou filosófica” (BRASIL, 1951).

Ambas as formas de conhecimento – a vulgar e a científica – apenas encontram significações bem compartimentadas nas sociedades que conseguiram obter certo grau de desenvolvimento cultural. Naquelas, por exemplo, onde não há uma tradição escrita, é impossível estabelecer essa diferença, mesmo que se leve em consideração a distinção de especialidades ou de classes sociais, pois, nesse contexto, as formas de conhecimento difundidas não alcançam a esfera da cientificidade.

Encontrado preponderantemente nas camadas sociais populares, o “saber do vulgo” (SERAINÉ, 1968)⁴⁸ só adquire essa significação ao entrar em contato com as manifestações da cultura escrita. Esse tipo de conhecimento não se fundamenta num “saber racional, metódico e suas projeções na conduta humana”, mas no “acervo de crenças e conhecimentos empíricos, de atos e práticas deles decorrentes, que dão forma e sentido à cultura popular” (Idem).⁴⁹ Assim, a separação dos dois campos do conhecimento foi uma construção empreendida pela intelectualidade, cujo objetivo consistia em criar uma “abstração metodológica” que conduzisse as apreciações do “saber cul-

48 Terminologia fundamentada no étimo de folclore, as raízes inglesas folk ‘vulgo’ e lore ‘saber’.

49 Para saber mais sobre o desenvolvimento desta área de estudos em fins da década de 1950, bem como sua influência na intelectualidade de meados do século XX, ver Vilhena (1997, p. 21-37).

tural”. Dito isso, gostaríamos de destacar o que nos parece sintomático para a compreensão dos imperativos dos intelectuais que estruturam suas análises acerca do popular com base nessas concepções. Interessa-nos sublinhar os preconceitos acerca da cultura popular enredados por essa perspectiva.

A paisagem cultural apresentada por Seraine se estrutura num cenário cujo principal traço é a hierarquia entre o saber vulgar e o científico, concepção que vislumbrava uma incapacidade dos setores populares de se servir de sua própria capacidade crítica. Para aquele folclorista e outros com essa mesma concepção, caberia à intelectualidade ilustrada guiar os setores populares rumo à superação da passividade diante da sua própria cultura. Para os adeptos dessa perspectiva, era difícil para esses setores romper sozinhos os grilhões que os prendiam ao estágio de inferioridade cultural. Ao se colocarem nessa posição, os folcloristas admitiam que o povo, tomado em conjunto, não tinha as ferramentas intelectuais necessárias para se servir com segurança de seu próprio conhecimento, cabendo aos letrados interpretar e transmitir os sentidos da cultura popular para os próprios populares.

Nessa marcha, os folcloristas decidiam o que era mais ou menos importante para uma compreensão fasta da natureza, da sociedade. Enquanto detentores do conhecimento científico, se viam com o dever de dar aos setores populares conhecimento de suas ideias sobre o que viam de equivocado na interpretação do saber vulgar, propondo a melhor significação da essência das interações sociais. Subjacente a essa postura, havia a crença de que o saber vulgar não poderia ser ensinado livremente como melhor lhe parecesse aos populares iletrados, mas segundo a prescrição do científico e em nome dele.

Dito isso, buscaremos demonstrar em que medida essas ideias foram incorporadas e trabalhadas nos empreendimentos culturais do MCP. Na antinomia política pernambucana – contradições socioeconômicas resultantes da pressão dos setores progressistas daquela sociedade sobre antigas formas de se conceber a política local – interessa-nos localizar a influência das concepções folcloristas de cultura popular no processo de conscientização e politização dos setores populares lavadas a cabo pela intelectualidade do MCP.

A cultura popular e o despertar da consciência das massas

A “elevação do nível cultural do povo”, um dos objetivos mais claros do MCP (MCP, 1961, p. 1), foi empreendida por meio de educadores/intelectuais qualificados nas causas mais caras aos setores populares. Esse consequente objetivo traz consigo uma forte carga ideológica compartilhada

pelos intelectuais mcepistas. A fim de situar o leitor desde um ponto de vista mais teórico, buscaremos demonstrar como eles se valeram das concepções conservadoras e elitistas dos folcloristas.

Setor de estudos sociológicos dirigido por Paulo Freire, a Divisão de Pesquisa do MCP avaliou a necessidade de um número indispensável de animadores na promoção cultural dos setores populares e quadros foram formados no seio do próprio Movimento. No período em que o MCP esteve em atividade, a formação dessas lideranças foi condicionada, sobremaneira, pela conquista da educação popular, cujos pilares fincavam raízes na ação voluntária de compartilhar conhecimento por parte de todos os envolvidos naquela dinâmica.

Aquela experiência voltada a “enfrentar os problemas da universalidade do conhecimento, dentro de uma perspectiva de unidade” (MCP, 1961, p. 1) dá-nos preciosas informações para melhor compreender esse trabalho. Dos documentos programáticos do MCP, situamos como condições gerais dessa formação: a contribuição para despertar um estado de confiança nos setores populares, a preocupação candente em saber escutar os testemunhos populares para ressignificá-los, a ajuda aos populares no compartilhamento de experiências recíprocas bem como no melhor uso de seus próprios conhecimentos.

É nesse sentido que as melhores técnicas foram mobilizadas. Os intelectuais do MCP cumpriram um vasto trabalho de pesquisa e experimentação, no entanto, foi insuficiente para distanciá-los de algumas concepções conservadoras a respeito da cultura popular. Analisemos a ideia central da resolução do I Seminário Centro Norte de Alfabetização:

A elaboração de uma cultura popular poderá vir a ser a síntese do trabalho daqueles que possuem os instrumentos superiores da cultura e daqueles que não podem se apossar desses instrumentos em consequência da nossa atual estrutura. Somente esta interação – cultura e vivência – indicará os caminhos através dos quais a Cultura Popular alcançará seus objetivos.

Conforme o documento aponta, um conhecimento científico do processo e dos condicionantes do saber popular seria sempre necessário. Por mais que os intelectuais mcepistas considerassem os testemunhos, escritos e vivência dos populares indispensáveis na dinâmica educativa do Movimento,

existia uma hierarquia entre os saberes vulgar e científico. Contudo, não se tratava de deixar de lado as ideias dos setores populares acerca da sociedade e da política, mas de compartilhar ou recusar aquilo com um interesse particular a todos, revelando seu sofrimento, alegria e dificuldades, mas, ao mesmo tempo, com contribuições para a ascensão dos populares ao plano da cultura desejada e necessária.

Nesse plano, não se colocava em xeque que os populares tinham um determinado conhecimento, uma experiência, algo a dizer e faltavam-lhes apenas os meios de expressão. Nessa chave de entendimento, o homem de ofício era tido como aquele cujo trabalho manual lhe fornecia uma maneira *sui generis* de ver o mundo; era aquele cuja linguagem habitual para responder aos imperativos da sociedade moderna não se fazia eficaz. Desse modo, parece-nos sintomático que aquela intelectualidade concebia a existência de duas linguagens distintas: a produzida pela vivência cotidiana e a oriunda de um saber especializado, científico.

Para aqueles intelectuais, essas duas linguagens, formas diferenciadas de ver o mundo, estavam longe de ser a mesma coisa. A rica linguagem da cultura popular, sua maneira de ver e criar significações desde suas experiências empíricas deveriam ser vertidas ao domínio do científico; ou seja, o conhecimento vulgar se revelava, em certa medida, como um entrave cultural que limitante da ação política dos setores populares, sendo, portanto, imprescindível a ingerência dos educadores/intelectuais no sentido de conhecer, interpretar e dar vazão aos conhecimentos da ordem das experiências cotidianas.

Embora os populares sentissem mais profundamente as modificações de seu tempo, o intelectual era tido como quem melhor conhecia as coisas realizáveis, como os melhores conhecedores do passado e, desse modo, os mais capacitados a dirigir as transformações do presente, como os indispensáveis para conhecer e interpretar as vivências e anseios dos setores populares bem como os imprescindíveis de saber o melhor pensamento sociopolítico. De forma mais geral, o conhecimento popular exprimia uma maneira de experiência da vida, de experiência sócio-histórica que, sem a ingerência dos intelectuais, se tornavam inócuas na batalha pelas transformações sociopolíticas das forças progressistas pernambucanas.

A fim de obtermos uma compreensão mais acurada das formas como

essas ideias foram manifestadas nos empreendimentos culturais do MCP, passemos à análise de como essa visão de cultura popular foi manifestada nos empreendimentos do Movimento. De que forma o saber científico assumiu uma posição de protagonista em relação ao saber vulgar e como o intelectual foi representado como a voz autorizada de sua época.

A significação da cultura popular nos festejos populares

Os dois primeiros anos de atividades do MCP (1960-1961) foram marcados pela valorização das festas populares. Dentro desse plano, três ganharam destaque: a natalina, a carnavalesca e a junina. Em face do espaço dessas manifestações culturais no interior do MCP, vamos privilegiá-las buscando identificar traços de uma concepção de cultura popular coadunada à concebida pelos folcloristas. Pretendemos chegar a esse objetivo por meio da análise dos aspectos formais e funcionais das referidas festividades.

A primeira festa incorporada às políticas culturais do MCP foi o Natal do Recife de 1960. Promovida pelo Movimento e pela prefeitura com o apoio de comunidades religiosas cristãs⁵⁰ e empresas,⁵¹ a festa teve como ponto alto a unidade de vários grupos em prol da realização do evento. Na noite de 24 de dezembro daquele ano, a festividade foi iniciada com a apresentação da Banda de Fuzileiros do 3º Distrito Naval e a participação de uma Banda Naval dos EUA, que passava pela cidade naquela data. Em seguida, começaram as apresentações dos grupos musicais religiosos e as cerimônias litúrgicas. A cargo da preparação do altar e das cerimônias ficaram a JUC, JOC e a JIC, grupos de jovens católicos, colaboradores desde as primeiras atividades do MCP. Após uma grande queima de fogos e do repicar dos sinos das igrejas do Recife, à 0h, o arcebispo de Olinda e Recife, dom Carlos Coelho, celebrou a Missa de Natal. O êxito do evento pôde ser calculado pela expressiva quantidade de pessoas que para lá affluu (COELHO, 2012).

50 Grupos religiosos envolvidos na festividade: Coro da Mocidade da Boa Vista, sob a regência de Elza Loureiro; Coral da Mocidade da Igreja Presbiteriana do Recife, sob a regência de José Américo de Lima; Coral Dr. Orlando Vasconcelos da Igreja Presbiteriana da Boa Vista, sob a regência de Hermany Soares; Coral São Pedro Mártir, de Olinda, sob a regência de Ottoniel de Lima Mendes; Igreja do Rosário dos Homens Pretos; Igreja da Conceição dos Militares; Igreja de São Pedro dos Clérigos; Igreja do Livramento; Matriz de Santo Antônio; Ordem Carmelitana; Convento de Santo Antônio; e a Basílica Nossa Senhora da Penha. (RECIFE, 1960)

51 Empresas apoiadoras da festa foram: Cinzano; Companhia Antártica Paulista; Pernambuco Tramways; General Electric; Philips do Brasil; Fogos Caramurú; bem como o Clube dos Diretores Lojistas. Cf. Programa da primeira Festa de Natal da cidade do Recife. (RECIFE, 1960)

Dois elementos nos parecem latentes nessa estrutura – o lúdico-religioso, que desde tempos idos acompanha a festividade natalina, ali representado pelos conjuntos folclóricos natalinos (reisados, pastoris e fandangos); e o econômico/utilitário, representado pelo apoio empresarial ao evento – elementos esses que nos possibilitam, objetivamente, definir aquela Festa de Natal como lúdico-utilitária.

Dada a falta de registros documentais que nos possibilitem traçar uma acurada análise daquelas manifestações folclóricas e de como foram apresentadas suas mensagens populares naquela noite, acentuaremos aqui o aspecto funcional da referida festa, uma vez que

[...] participando, por sua funcionalidade, da cultura de determinada sociedade, o fato folclórico é, por sua natureza, institucionalizado, isto é, integrante de uma estrutura e dum sistema de relações e interações ordenadas a uma função operativa e, sobretudo, regulacional, seja a educação, a religião, o controle dos costumes, seja a recreação, a formação da personalidade, a explicação da natureza e do cosmos. (AZEVEDO, 1959)

Sob essa orientação geral de Azevedo, essa opção metodológica nos fornecerá os elementos para compreender a influência das concepções folclóricas nas ações empreendidas pelo MCP. Nesse plano, interessa-nos demonstrar a incorporação de novos “saberes culturais” decorrentes da “cientificação da cultura” à função originária da Festa de Natal.

A esse respeito, analisemos o texto-convite assinado pelo então prefeito da cidade do Recife, Miguel Arraes.

Em cada mil crianças que nascem no Recife, uma centena já nasce morta, e mais de duzentas das que sobrevivem morrem com menos de um ano. A ignorância, o desemprego, a doença e a fome, que dragam o Recife, são responsáveis imediatos pelo crime, mas a sua causa mais profunda finca as suas raízes na organização econômica e social injusta, em que vivemos. (ARRAES, in RECIFE, 1961)

Notemos como o contexto político-social dos anos de 1960 foi incorporado e trabalhado na primeira parte do texto. Gostaríamos de chamar a atenção do leitor para dois aspectos distintos, porém oriundos de uma mesma perspectiva acerca do popular. O primeiro é que o referido texto foi construído em primeira pessoa, o que colocava o governo da cidade do Recife como parte integrante dos setores populares. Apesar dessa incoerência – uma determinada elite abastada se ver como vítima das injustiças sociais –, o dis-

curso de Miguel Arraes no texto-convite, intencionava criar uma coesão não espontânea, uma solidariedade entre os grupos – governo e população pobre. A nosso ver, a construção do vínculo entre governo e a parcela mais miserável da população do Recife é apenas parte de um duplo processo de identificação: a coesão entre povo e governo, mas também entre ambos e a figura mítica de Jesus Cristo, oportunamente evocada em função do festejo natalino:

O menino, cujo nascimento em Belém, há quase dois mil anos, o Recife todo festeja, não teve casa para nascer, nem mesmo mocambo. Nasceu numa cocheira, entre os animais, pobre entre os mais pobres. O seu grito de justiça ainda hoje ecoa, no Recife, e em torno de sua mensagem todos os homens de boa vontade se unem para a renovação da face da terra. (COELHO, 2012, p. 90-91)

Vê-se, como segundo aspecto, que a mensagem procurava assemelhar e reconhecer o que há de divino no grito de dor dos humildes, daqueles que já nasceram órfãos de um sistema político-social justo. Mas não só isso, a mensagem legava aos homens de “boa vontade” a perspicácia de ver naquele grito, um brado de esperança, um pedido de socorro que seria atendido prontamente. Essa perspectiva admitia os setores populares como marginais quanto ao exame de sua cultura tanto material quanto espiritual.

Nesse sentido, para os intelectuais do MCP, não se tratava de um simples festejo natalino, mas a festa de uma cidade proletária, cuja característica mais evidente era as contradições sociais; da cidade que o poeta João Cabral de Melo Neto retratou como “metade podre, que com lama podre se edifica”; “cidade sem nome sob capital tão conhecida”, “cidade sem ruas e sem casas que se diga” (MELO NETO, 1954), onde os intelectuais se uniam na esperança de transformar aquela realidade numa sociedade justa e digna para todos.

Desse ângulo, não há separação entre as concepções de Seraine e a de Arraes, no seu texto-convite, visto que, tanto numa quanto noutra, se considera o complexo cultural como um “sistema integral”⁵² em que “todo comportamento possui uma significação, todo ato representa uma função e todo objeto tem seu lugar e sua utilidade” (BRASIL/IBECC, 1956) e cujos

52 Aqui, procuramos ressignificar o conceito de “sistema integral”, com base na perspectiva de cultura dos intelectuais do MCP. Mas, na clássica definição da Antropologia Cultural, integração é conceber a cultura como um todo cujos fatos são observados em todos os níveis de desenvolvimento, conforme seu papel no sistema integral da cultura e em suas conexões. Sobre a definição clássica, ver Willias (1992) e Malinowski (1970).

elementos ganham certa representatividade pela ingerência ativa da intelectualidade.

É dentro dessa dinâmica cultural que se estabelece a primeira Festa de Natal da cidade do Recife, iniciativa que ampliou a política cultural do MCP. Essa nova perspectiva – valorizar e explorar o conteúdo cultural e popular dos festejos de rua –, foi seguida pela institucionalização não só da referida festa natalina, como também dos festejos carnavalesco e junino, uma política cultural que ganha ainda mais densidade em 1961, quando Germano Coelho assume concomitante a presidência do MCP e a diretoria do Departamento de Documentação e Cultura da prefeitura da cidade do Recife.

Na esteira desse esforço de coordenação do trabalho de instituições congêneres para poupar recursos materiais e humanos e multiplicar os frutos das ações culturais da prefeitura, conceberam o carnaval da cidade de 1961, empreendimento que à tona a preocupação dos intelectuais mcepistas de entender aquele festejo como um “fenômeno socio-psicológico”, perspectiva que, em sua ótica, era movida pelo interesse “de dar às grandes festas populares do Nordeste e, particularmente, de Pernambuco, sua versão certa” (ROSAS, 1962).

O carnaval daquele ano caracterizou-se não só pelo brilhantismo e animação das manifestações populares, mas também pela expressiva afluência de turistas convidados pela municipalidade ou vindos por iniciativa própria. Intelectuais, poetas, escritores e artistas nacionais acorreram à capital pernambucana para prestigiar sua festa de momo, cujos pontos altos foram o I Baile Municipal Recife, realizado nos salões do Clube Internacional, na noite de sexta-feira da semana pré-carnavalesca e o Baile dos Artistas, realizado no Teatro do Parque. A colaboração do MCP para o êxito da festividade se deu por meio de sua equipe de estudantes e artistas, trabalho realizado em parceria com o Departamento de Documentação e Cultura e com outros departamentos da prefeitura (ROSAS, 1962).

Interessa-nos, aqui, demonstrar a principal característica distintiva do carnaval recifense, fenômeno sociopsicológico fundamentalmente pautado pelo folclore. Buscaremos trazer à tona o peso que o modo de difusão do conhecimento indutivo e empírico teve para a “visão acertada” dos intelectuais do MCP acerca do carnaval do Recife, observando a ênfase dada à transmissibilidade intergeracional do fato cultural em foco, a tradição carnavalesca.

Assim, lograremos a explicação de como a perspectiva sociopsicológica se revela para os intelectuais do MCP e de como esse ponto-de-vista se fundamentava em bases folclóricas, analisando a pesquisa daqueles acerca do carnaval pernambucano e da qual foram retirados os dados essenciais para o folheto de divulgação da palestra sobre o carnaval na III Semana Estudantil de Cultura Popular, distribuído durante o carnaval de 1961, bem como para os textos para uma Antologia do Carnaval Pernambucano. Desse modo, trata-se de um testemunho balizado daquilo que poderíamos chamar de filtro ideológico, uma vez que ela opera os significantes mobilizados pelos intelectuais mcepistas para explicar a festividade. Dito isso, revisitaremos duas representações que a intelectualidade do MCP elegeu como significativas para entender essa festividade como um fenômeno sociopsicológico.

A primeira nos informa que, durante o século XIX, o principal traço do carnaval de Pernambuco era a ênfase nos valores culturais importados da Europa. ^{As} cavalcadas, por exemplo, eram os principais eventos do carnaval de rua da província e contava com a participação de rapazes e senhores da sociedade que, montados em cavalos, percorriam as ruas procurando acertar com lanças as argolas dependuradas ao longo do percurso. A brincadeira era coroada pela tradição de os vencedores entregarem as argolas, ainda em suas lanças, às senhoras que desejavam cortejar ou simplesmente homenagear. Em contrapartida a essa ação, recebiam prendas de suas eleitas. Outra particularidade desse evento era o cerimonial: homens tocando clarins se antecipavam pelas ruas do centro do Recife anunciando a aproximação dos participantes, que logo em seguida, desfilavam com suas lanças até o local da realização da partida. As mais importantes cavalcadas da época aconteceram na Rua do Imperador e na Rua da Praia. (ROSAS, 1962)

Maior interesse por outras formas de divertimento só surge a partir dos anos 1870, quando maracatus e mascaradas dão novo tom ao carnaval pernambucano. As fantasias eram mais requintadas com a utilização de lantejoulas, fivelas de vários tipos, cabeleiras postiças. Os desfiles em direção aos bailes carnavalescos acompanhados por foliões, os máscaras, tornavam-se mais frequentes. As famílias decoravam suas ruas e as fachadas de suas casas visando à atração das agremiações que floresciam rapidamente naqueles anos. Nesse momento, mudavam-se as características do carnaval de rua daquele estado.

Nos clubes, o carnaval não consistia apenas em bailes. Outras formas de diversão eram disponibilizadas aos foliões, como o “gabinete óptico”, com a exibição de paisagens de cidades europeias e de espetáculos de artistas variados. Nesses bailes, era comum a apresentação de músicas carnavalescas oriundas de polcas, valsas, opereta e até quadrilhas. Os principais salões de bailes do Recife eram o do Cassino Popular e os dos teatros Santa Isabel e Santo Antônio. Esses bailes instigavam a população de várias formas. Observemos uma delas:

Alerta, rapaziada,
Vai haver satisfação
Os quatro ventos da terra
Já anunciam a função
Quatro noites deslumbrantes
Quatro noites do demônio
Quatro bailes mascarados
Nos salões do Santo Antônio (...). (ROSAS, 1962)

Diferentemente do carnaval de rua que, à época, já passara por modificações quanto à receptividade de influências estrangeiras, as manifestações carnavalescas em clubes permaneciam sob o padrão hegemônico da cultura europeia, com decorações em torno de temas europeus – Paris, Veneza, Londres, Roma, as vitórias de Napoleão. Tudo o que remetesse ao velho continente era tema da ornamentação das entradas dos clubes e teatros pernambucanos, em fins do século XIX.

Nesse contexto, a particularidade apontada pelos intelectuais do MCP como distintiva desse período em tela, foi o início da mudança de postura quanto à receptividade do modelo europeu de cultura. A sociedade recifense começava a imprimir uma tímida crítica às práticas cotidianas nacionais. Alguns elementos culturais tipicamente europeus passaram a ser rejeitados pelos foliões recifenses. A apresentação de touradas, com toureiros espanhóis, conforme o Movimento, foi recebida com desagrado pela população, o que já demonstrava uma tímida mudança de postura que, com o tempo, foi acentuando a perda de influência das manifestações tipicamente europeias em território nacional.

O segundo exemplo versa sobre as características do carnaval pernambucano, nas primeiras décadas do século XX. Nesse período, segundo o olhar dos intelectuais do MCP, a festa era concebida como um “tríduo de inconsciência, de fraternidade e de emoções francas”. Para eles, o muro da

censura estava sendo abalado e a máscara de veludo estava substituindo a máscara do faz-de-contas cotidiano, ou seja, a crítica às relações cotidianas nacionais estava logrando uma posição central nas manifestações culturais, posicionamento observado desde fins do século XIX, mas que, naquele momento, assumira um papel mais significativo.

Os sinais de uma nova postura da sociedade recifense quanto às suas práticas culturais poderiam ser verificados em diversas formas. Na música, por exemplo, o estilo clássico dos carnavais antigos já não tinha tanto espaço como outrora. O frevo e o samba, ritmos tipicamente brasileiros, começavam a ocupar lugar em detrimento dos tangos, fados, valsas e outros ritmos estrangeiros. Essa mudança ocorria ao passo da maior participação de troças, blocos e maracatus, agremiações que, ao longo dos primeiros vinte anos do século XX, ganharam mais representatividade no carnaval pernambucano do que expressões europeias.

Por sua vez, antes fruto do empenho isolado de alguns grupos, as decorações passaram a ser tarefa de comissões previamente designadas. O trabalho era incentivado por concessões de prêmios às ruas com as melhores decorações, iniciativa que levou os moradores e comerciantes do Recife a enfeitar suas casas e estabelecimentos comerciais. Outro elemento de destaque nessa conjuntura é o papel da imprensa, cuja função era estimular os moradores e comerciantes a enfeitar suas fachadas. A participação ativa desse influente meio de comunicação nesse processo, denota a colaboração orgânica que havia, à época, no sentido de modernizar essa manifestação cultural distanciando-se de padrões europeus.

Outra característica desse período foi a utilização de automóveis para estruturar os carros alegóricos. Os antigos carros de tração animal não eram mais vistos pelas ruas do Recife nessa função. Tudo o que houvesse de mais moderno era utilizado para fomentar agudas críticas aos costumes sociais e políticos daqueles anos. A dinâmica cultural imprimida, a partir dali, não visava tão somente ao divertimento, mas também cumpria uma missão histórica, a de remodelar a sociedade brasileira a partir da crítica interna dos seus valores.

Por outro lado, essas inovações coexistiram com expressões culturais conservadas ao longo dos anos, isto é, carnavais de crítica aos costumes, mas também de pastoris, bumba-meu-boi e fandangos; se inovações estéticas

nas ruas, mas de imitações artificiais nos bailes privados. Assim, não houve sobreposição de práticas culturais, mas sua ressignificação a partir do julgamento da realidade e das informações contidas em jornais e livros.

Desse ângulo, pretendemos destacar que, para os intelectuais do MCP, aquele fenômeno foi marcado por um processo acumulativo de experiências, em cujas bases se assentavam na incorporação de uma herança das condições objetivas da realidade social da época, tendências psicológicas configuradas, nessa perspectiva, como o último significante dos elementos formais da estrutura cultural brasileira. Assim, qualquer fator contributivo para a perda de uma dada atração pelo modelo europeu de cultura só potencializou um movimento já em marcha no país, pois, para aqueles intelectuais, a dinâmica que descortinava um misto de conservantismo e mudança nas práticas culturais era uma realidade da qual não se podia fugir. Eram ocorrências inerentes a fatores ambientais, psicológicos e históricos, fundamentadas no pressuposto de que o homem é herdeiro, criador e transmissor de cultura.

Contudo, para receber o sinete de folclórico, não é necessário o fenômeno cultural ter origem sempre do passado, da tradição. Ajustando-se a configurações culturais preexistentes, inovações introduzidas à dinâmica carnavalesca pela difusão ou pela criação de novos elementos culturais também se configuram folclóricas. Nesse caso, ao valorizar as tendências psicológicas do fenômeno que buscavam “dar a interpretação correta”, os intelectuais do MCP fundamentaram suas análises em pressupostos de bases folcloristas, uma vez que consideraram o caráter acumulativo da cultura como um fenômeno psicocultural, conceito cujas origens se estabelecem no domínio das concepções folclóricas (DIEGUES JR., 1956).

Assim, os intelectuais mcepistas tinham como prerrogativa compreender os sentidos do carnaval pernambucano – seus elementos originais e formativos e o resultante dessa dinâmica – para, desse entendimento, formular suas políticas culturais carnavalescas. Assim, reforçamos a compreensão da cultura brasileira, manifesta nos escritos daqueles intelectuais, como fruto da capacidade de os indivíduos absorverem e ressignificarem o que recebem, o que, por sua vez, legava às políticas culturais por eles desencadeadas a tarefa de ingerir nas práticas sociais cotidianas, tal como ocorreu no carnaval de 1961 da cidade do Recife.

Para atingir o objetivo colimado, passemos a analisar a I Festa de São João do Recife, realizada entre 23 e 28 de junho de 1961, com orga-

nização do MCP e apoio do Departamento de Documentação e Cultura da prefeitura. A programação era a continuidade do projeto iniciado com o Natal de 1960. Para os intelectuais mcepistas, o objetivo maior daquela festa era reestabelecer e valorizar as melhores tradições juninas e, nessa linha de ação, encamparam exposições de cirandas, violeiros, repentistas, coco de roda, bacamarteiros, cantadores e concurso de quadrilha, sempre encenadas no Sítio da Trindade, sede do MCP.

A aparente simplicidade do objetivo da festa guardava suas especificidades. Na ótica dos dirigentes mcepistas, havia um progressivo declínio da eficácia originária das manifestações culturais tipicamente nordestinas, ou pela absorção, pelos setores populares, de formas culturais oriundas da “cientificação do saber cultural”, ou pela introdução de saberes oriundos de fontes sociais não nordestinas. Assim, interessa-nos aqui demonstrar como essa preocupação dos dirigentes do MCP dialogava com as concepções folcloristas de cultura. Para atingir esse fim, analisemos o programa da festa em questão:

O Departamento de Documentação e Cultura, com o mesmo espírito com que realizou a I Festa de Natal da cidade do Recife, enriquece hoje o calendário turístico da cidade, promovendo a I Festa de São João da Cidade do Recife, em colaboração com o Movimento de Cultura Popular. Trata-se de um esforço que visa à valorização dos festejos juninos, em declínio progressivo de ano para ano e, cada vez mais acentuadamente, perdendo o seu conteúdo popular. **O São João do Recife, que já foi uma das festas mais típicas do seu povo, tornou-se hoje em dia apenas uma referência no calendário mundano dos clubes sociais. Os arraiais, coco, cirandas, desafios, bandeiras, adivinhações e danças folclóricas foram desaparecendo gradativamente, substituídos por um caipirismo artificioso, vazio de conteúdo humano e sem nenhuma autenticidade. É esse processo de descaracterização que pretendemos corrigir[...].** (RECIFE, 1961 – grifo do autor)

Os três últimos períodos desse extrato do programa são representativos da influência exercida por concepções folclóricas sobre a intelectualidade do MCP. Neles, observamos o desejo de criar uma tipologia dos modos de saber e de valorá-los comparativamente. Aquilo que os folcloristas denominaram de “abstração metodológica”, construção científica que visava a conduzir o curso das análises acerca da cultura popular. Destaque também desse extrato de texto é a ênfase ao processo que, na ótica daqueles intelectuais, vinha ocorrendo na órbita da cultura popular. Parece-nos sintomático que,

ao referenciar a desintegração das manifestações folclóricas pernambucanas, havia uma preocupação subjacente de quebra dos elementos que ligavam as manifestações folclóricas do presente ao seu passado. Assim, os intelectuais do MCP alicerçaram sua análise das mudanças culturais dos setores populares em pressupostos conceituais folcloristas. Continuava o programa em sua parte final:

João, o povo, na noite imensa, festeja a ti. Há fogueiras e amores e bebedeiras, mas eu não irei a festa nenhuma. Amanhã, João, esse povo continuará na vida. Por que o distrais assim com teus fogos, João? Amanhã, os pobres estarão mais pobres e os ricos os esmagarão, e muitos homens irão clamar nas cadeias, como tu clamavas. João, amanhã outra vez a miséria dos donos da vida continuará deturpando a beleza da vida; as moças suburbanas irão perder a beleza no trabalho escravo; as crianças continuarão a crescer, magras e ignorantes; o suor dos homens será explorado. João, João, inútil João; o povo está gemendo, as metralhadoras se vioram para os peitos populares. Ninguém dividiu as túnicas, nem os pães, como tu mandaste, João, inútil João.

A propósito dessa última parte – um excerto de crônica de Rubem Braga (BRAGA, 1935) –, acentuamos as marcas históricas e sociopsicológicas subjacentes ao texto, aspectos que, dentre outras especificidades já apontadas na análise dos festejos populares anteriores, demonstram a folclorização do complexo cultural na medida em que o olhar sobre a cultura ganha contornos funcionais. Embora nossa assertiva tenha uma estrutura interna consequente, lembramos que o caráter da funcionalidade não existia só em relação à cultura popular, mas era uma prática exercida pelos intelectuais mcepistas em todos os domínios da cultura. Nesse plano, cumpre destacar, com efeito, que o folclore ou cultura popular, para aqueles intelectuais, era mais um dos vários elementos da cultura ou, mais enfaticamente, um setor da cultura, logo, a própria cultura. Assim, os valores mais significativos que buscamos explorar residem na interpretação dada ao folclore, que revela a conexão lógica entre as concepções formuladas e executadas intelectuais do MCP e a teoria apresentada no início deste capítulo.

Educação sob o signo da cultura popular

No Brasil de 1960, uma das mazelas sociais mais evidentes era o analfabetismo. Estima-se que, naquele ano, cerca de 33 milhões de brasileiros acima de 11 anos não sabiam ler e escrever, 16 milhões dos quais, maiores

de 18 anos. Considerando o número de votantes para a eleição presidencial daquele ano (12,5 milhões de pessoas), havia menos eleitores que indivíduos impedidos de votar (UNE, 196[?]). Confrontando esses dados com a emergência de vários Movimentos de Alfabetização dos setores populares naquela década (MCP, CPC, MEB e CEPLAN), temos elementos para asseverar a natureza política desse empreendimento, mesmo considerando que o caráter político do processo não esgota sua compreensão.

Nesse sentido, a tarefa que o MCP tomou para si era mais que um esforço humanitário. Na batalha contra o subdesenvolvimento, a miséria, a fome, pelas reformas de base, seus objetivos eram enrijecer a aliança estado-intelectual-povo; tomar conhecimento da realidade brasileira por meio da vivência particularizada de cada analfabeto; e dessa experiência, criar condições para o avanço da capacidade crítica dos setores populares em relação a seu sofrimento. Nesse plano, interessa-nos apresentar, dada discussão desenvolvida nas seções anteriores, a visão dos intelectuais mcepistas sobre a educação popular.

Como ponto de partida, passemos a entender como os intelectuais do MCP viam a educação no contexto sociopolítico dos anos 1960. Para eles, pensar a educação era refletir também sobre o lugar dos indivíduos na dinâmica das relações sociais de produção. Seu interesse eram compreender e modificar a posição dos iletrados no mundo moderno, fruto dos desequilíbrios das relações entre agricultura e indústria, produção e distribuição, campo e cidade, setores populares e burguesia. Tratava-se, em suma, de pensar o analfabetismo como consequência das relações de força historicamente estabelecidas no seio da sociedade pernambucana⁵³, o que equivalia a conceber a educação como parte das relações sociais.

Desse modo, para uma sociedade como a dos anos 1960, em que homens e mulheres se dividiam, fundamentalmente, em duas classes (s detentores dos meios de produção e os apenas dotados da força de trabalho para sobreviver), a educação era pensada como algo que tanto poderia servir para a conservação da ordem vigente quanto para revolucioná-la em favor dos menos favorecidos naquela dinâmica social.

Em reflexão, 22 anos após o abrupto fechamento do MCP, Paulo Rosas, um dos dirigentes do Movimento, relatou:

53 Para uma visão pormenorizada sobre a compreensão do contexto de surgimento do maior surto de movimentos educacionais no Brasil, ver Kreutz (1979).

É quase um lugar-comum, em certos textos críticos, afirmar-se que a educação, no curso da História, tem sido um poderoso instrumento de fortalecimento das estruturas e valores estabelecidos pelas classes dominantes. Talvez por isso mesmo, por conhecerem seu poder, tanto maior quanto sirva, contraditoriamente, à propaganda e ao proselitismo, as classes dominantes a temem. E, porque a temem, controlam-na. Sim, porque a educação pode ser tão poderoso instrumento de conservação das estruturas e valores, quanto de seu questionamento e reforma. E, se ela for coerente com os anseios que tão frequentemente entre nós professa, de objetivar o desenvolvimento pleno das potencialidades da pessoa, terá uma inevitável vocação dialética – no sentido lógico do termo – mesmo autoquestionadora, quase “autofágica”. Será, obrigatoriamente, anticonservadora. (ROSAS, 1986, p. 19-36)

Para ele e os demais militantes do MCP, diante dessa permanente contradição, traço típico das sociedades de classes, era necessário desenvolver instrumentos educacionais capazes de reformar as estruturas sociais vigentes à época. Havia um ideal de que a revolução concretizar-se-ia lentamente, na medida em que pessoas analfabetas potencializassem sua voz política por meio do processo educativo. Não se visava, pois, realizar as modificações necessárias àquela sociedade por meio do derramamento de sangue, mas por um longo trabalho em etapas que utilizasse a experimentação metódica de novas formas educativas não como fim, mas como o começo do trabalho que deveria culminar na conscientização política dos marginalizados daquela dinâmica opressora.

Tratava-se, desse modo, de entender a educação como um sistema voltado para solucionar os problemas sociais e como leitura conscientizadora de mundo, sobretudo por parte do adulto analfabeto. É nesse sentido, e levando em conta que os problemas mais urgentes dos anos 1960 atingiam com mais força os setores populares, que o sistema de educação do MCP se estruturou a partir de estudos sistemáticos sobre os complexos culturais populares. Pautando, com efeito, sua forma pelo regionalismo e seu conteúdo pelo nacionalismo, essa perspectiva tinha um ideal de educação para o desenvolvimento, porém, o que os intelectuais do MCP propunham como desenvolvimento era o progresso material, cultural e espiritual, objetivando a supressão da exploração do homem pelo próprio homem.

É desses postulados doutrinários que o MCP planejava a reestruturação de novos quadros de vida e trabalho, de acordo com um sistema

próprio, uma espécie de arcabouço da revolução social. Desse modo, a luta para facilitar o acesso de crianças, homens e mulheres à educação básica, à formação cultural, cívica e social buscava contribuir para participação direta dessas próprias pessoas na resolução dos problemas que as afligiam. Para eles, a revolução, à época almejada por vários setores da sociedade, deveria ser pensada e executada a partir de baixo, a partir de um trabalho conjunto com os setores populares.

A execução desse plano era previamente regulada por uma tática de ação que consistia na criação de núcleos populares de cultura que pudessem mediar a relação dos intelectuais com os setores populares. As principais lideranças do MCP concebiam esses núcleos como organismos facilitadores das exigências formativas da população periférica da cidade do Recife. Os núcleos eram pensados como espaços em que os setores populares poderiam adquirir as primeiras noções da alfabetização e ter o primeiro contato com práticas culturais, pesquisas e esportes voltados ao processo educativo. De um lado, esse esforço pretendia valorizar a cultura popular como eixo para uma educação crítica e, de outro, colocar a educação no circuito normal da vida das pessoas sem acesso a ela.

A complexidade das tarefas (da alfabetização a experimentos culturais, de trabalhos artesanais a técnicas profissionalizantes), demandava dos intelectuais mcepistas acurados conhecimentos sobre a cultura popular, já que havia entre eles a preocupação de elaborar essas práticas educativas com e a partir dos valores fundamentais das classes populares. Na medida em que os preceitos educativos do MCP se alicerçavam nas experiências e vivências dos iletrados, interessa-nos demonstrar que a base de seu conceito de educação popular refletia as concepções sobre a cultura popular elaborada pelos folcloristas.

Analisemos alguns conceitos e metas da ação educativa:

Tem como finalidade trazer à tona os valores do povo e suas necessidades ainda latentes e bloqueadas.
Se propõe a elaborar cultura popular, que nascida dos anseios do povo, busca sua libertação enquanto pelo dominado (através da politização e organização) e, enquanto na relação homem sociedade possibilita que tal diálogo se faça, não em termos de dominação, mas em termos de comunicação e reconhecimento (através da conscientização). (PERNAMBUCO, 1965, p. 588)

Embora suas metas tivessem caráter multiforme, o empreendimento almejava preparar e assegurar a transição dos setores populares de uma fase desumanizada, em que eram vistos como objetos, para uma fase mais humanizada, na qual passariam a ser vistos como sujeitos detentores de todas as liberdades democráticas. Para os intelectuais do MCP, na medida em que se colocavam a tarefa de assegurar a promoção de indivíduos ao plano de cidadãos conscientes, promoviam, ao mesmo tempo, uma nova ordem de relações sociais.

À primeira vista, essas ações nada se correlacionavam aos pressupostos folcloristas apresentados nas seções anteriores. Mas, ao igualar a alfabetização aos outros instrumentos de cultura popular (teatro, música, artes plásticas, festas populares, praças de cultura etc.), os intelectuais mcepistas concebiam a educação, também, sob o signo das interpretações dos folcloristas acerca da cultura popular. Essa nossa assertiva se fundamenta na definição dada pelos intelectuais do Movimento aos objetivos de um movimento de cultura popular.

O objetivo de um movimento de cultura popular é o da utilização de todos os instrumentos culturais existentes, desde os mais primitivos aos mais refinados, para desenvolver no povo uma consciência crítica da realidade brasileira e, com ele, partir organizados em busca de soluções concretas para a sua libertação. (SEMINÁRIO CENTRO NORTE DE ALFABETIZAÇÃO, 196[?])

Novamente, as citações acentuam certo grau de marginalidade dos setores populares quanto à análise e autocrítica dos aspectos materiais e espirituais da sua própria cultura, de seu cotidiano. Para os intelectuais do MCP, os camponeses, o proletariado urbano e, sobretudo, os iletrados, só identificavam vagamente as significantes da efervescência política e cultural da qual faziam parte. Assim, havia uma crença, entre os militantes do Movimento, de que os setores populares não conheciam as configurações íntimas de sua estrutura social e só passariam a conhecê-las com uma ingerência dos trabalhos do Movimento.

Nesses termos, o processo de folclorização do complexo cultural popular se dá na medida em que os intelectuais do MCP veem o brado dos desprovidos de vozes políticas institucionalizadas como fruto de influências históricas e sociopsicológicas, perspectiva que, para eles, colocava os setores populares como objeto de sua própria cultura, não como sujeitos dela. Concebendo a cultura popular nessa chave de interpretação, os intelectuais do MCP se colocavam como vanguarda dos setores populares na dinâmica cultural dos

anos 1960.

Da análise de uma das provas aplicadas aos alunos durante o processo educativo, atentos à tonalidade empregada para revelar aos setores populares as verdadeiras causas do seu sofrimento, vejamos como se dava, na prática, essa perspectiva dos intelectuais do MCP.:

1. Risque o que você achar certo.
 - a) Povo é toda a população de um país.
 - b) Povo são apenas aquelas pessoas produtoras de bens materiais.
 - c) Povo é a classe social economicamente elevada.
 - d) Povo é o conjunto de classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas de desenvolvimento progressista do país em que vive.
2. Assinale o que achar correto: O Brasil é um país:
 - () Desenvolvido
 - () Independente
 - () Socialista
 - () Agrícola
 - () Dependente economicamente
 - () Subdesenvolvido
 - () Capitalista
3. Que significam essas iniciais:

SESP
CONSINTRA
EEUU
SUPRA
SUDENE
URSS
IAA
IAPI
UNE
CODEPE
SAI
4. Numere a segunda coluna de acordo com a primeira
 - (1) Democracia () Governo de uma classe
 - (2) Reforma de Base () Grupo de pressão popular
 - (3) Revolução () Forma de governo
 - (4) CGT () Governo do Povo
 - (5) IBAD () Partido político
 - (6) PTB () Mudança lenta de estrutura
 - (7) Presidencialismo () Grupo de pressão internacional

- | | |
|----------------------|------------------------------------------|
| (8) Ditadura | () Transformação parcial da estrutura |
| (9) Evolução
país | () Obstáculo ao desenvolvimento do país |
| (10) Imperialismo | () Transformação rápida da estrutura |
- (PERNAMBUCO, 1965, p. 570-571)

O horizonte da atividade era pragmático. Nela, podemos destacar o engajamento dos formuladores da avaliação em conduzir os alunos a refletir sobre: o porquê da exploração a qual eram submetidos; as variáveis que levavam a tal estado; seus promotores; suas motivações políticas e econômicas e os extratos da sociedade atingidos pela dinâmica exploratória. Essa estratégia visava contribuir para a construção de um quadro crítico que libertasse os setores populares de seus entraves psicoculturais. Notemos que, assim como as lições apresentadas no capítulo anterior, essa avaliação seguia uma rígida estrutura metodológica cuja função era revelar para os setores populares suas próprias potencialidades.

Desse modo, para os intelectuais do MCP, a alfabetização dos setores populares não se tratava de um fim em si mesmo, mas de um meio para removê-los da posição política, econômica e social na qual se encontravam. Era um esforço para preparar e conduzir os populares a se adaptar a novas tarefas e atitudes sociais, ao novo contexto que lhes demandava um trabalho na esfera da política institucionalizada. Nesse sentido, a educação popular se estruturava a partir da intervenção dos intelectuais no cotidiano dos setores populares a fim de promovê-los a outros patamares da batalha política dos anos 1960.

Portanto, é nesses termos que se estabeleciam as ligações das interpretações acerca da cultura popular dos intelectuais do MCP e a dos folcloristas. Embora a visão dos militantes mcepistas, em certa medida, tenha adquirido fisionomia própria, a forma dada aos empreendimentos culturais do Movimento conservou os traços mais evidentes das interpretações de bases folcloristas. Essa conclusão se fundamenta em que a forma do empreendimento cultural (de qualquer ordem) é o que mais informa sobre suas características. A nosso ver, os elementos analisados nesse capítulo são os mais significativos da fundamentação teórica dos intelectuais do MCP para interpretar a cultura popular.

4. O MOVIMENTO E O GOLPE



Para abordar a abrupta interrupção das atividades do MCP, analisadas nos capítulos anteriores, é pertinente alargar o escopo e contemplar outros olhares sobre os motivos que levaram os militares, quando da instauração do Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964, a interromper aquela experiência cultural. Sem nenhuma pretensão de realizar, *stricto sensu*, uma exegese da lógica do *ethos* conservador da sociedade pernambucana de meados do século XX, cabe-nos refletir em busca da resposta uma questão: por que os empreendimentos educacionais e culturais do MCP configuravam ameaça aos promotores do Golpe de 1964?

Embora possa parecer acadiana, uma assertiva precisa ser retomada: o conflito entre grupos sociais com projetos distintos de sociedade e de cultura era o maior problema do Brasil na década de 1960. Desse modo, a resposta para a nossa pergunta deve ser buscada naquilo que mais refletia o estado de espírito daqueles anos, ou seja, como a cultura anticomunista dos militares procurava criminalizar os projetos que punham em xeque um sistema de artes, leis e costumes, uma ordem social que privilegiava um pequeno nicho abastado da sociedade, característica ainda mais forte em regiões empobrecidas do Brasil, como o Nordeste.

Nesse sentido, a partir dos Inquéritos Policiais Militares (IPM) instaurados após o Golpe para investigar a atuação política e cultural do MCP, buscaremos destacar o ponto-de-vista dos militares quanto àquela experiência. Esse caminho vai nos conduzir a uma melhor compreensão das preocupações da elite conservadora acerca daquela nova forma de conceber a sociedade brasileira levada a cabo pelos militantes em cultura do MCP.

A produção da culpa

Em 1967, a Biblioteca do Exército brasileiro publicou o terceiro volume da coleção de livros que apresentava de forma didática as conclusões do IPM sobre as atividades comunistas no Brasil. Tratava-se de mais um livro da coleção organizada pelo **coronel Ferdinando de Carvalho**, cujo objetivo era levar ao grande público a visão dos militares sobre a efervescência política e cultural do período anterior ao golpe de 1964.

Esse volume tratava dos diversos temas – os meios de propaganda comunista; a imprensa comunista; o Jornal Novos Rumos; a movimentação de rua; greves; a Tática da Frente Única; O Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT); a Política Operária (POLOP); a Ação Popular (AP); o Movimento Unificado da Revolução Brasileira (MURB) e o Movimento de Cultura Popular do Recife – e apresentava as representações do Exército brasileiro sobre a “subversão” em cada uma dessas organizações, em especial, o MCP.

FERNANDO DE CARVALHO

Nascido em 21/08/1918, formou-se em 1962 no curso de Estado Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA) da Escola Superior de Guerra (ESG), cujo corpo permanente integrava, como coronel, quando do golpe de 1964. Sua permanência como responsável pelo Inquérito Policial Militar nº 709 (IPM 709), que investigava o Partido Comunista Brasileiro (PCB) causou uma série de problemas, desde quando, identificado com a “linha dura” e interessado em comprovar as ligações de Negrão de Lima (governador do estado da Guanabara, eleito em 1965) com o comunismo, entrou em conflito com setores militares defensores do político, criando impasses entre a Presidência da República e a comissão de investigação militar. Finalmente, após inúmeras discussões com a cúpula militar e o recebimento de ordens para concluir as investigações, solicitou a prisão do governador ao STM, ignorando a advertência do então Ministro da Guerra, Gal. Costa e Silva, aos encarregados de inquéritos para não tomarem medidas capazes de retardar as providências até o desfecho das investigações, mas o pleito foi julgado improcedente. Posteriormente, a tendência para resolver dificuldades do governo com a “linha dura” foi a do apaziguamento, sendo mantidos os comandos militares na Guanabara e confirmando na chefia daquele IPM o coronel Carvalho que, considerado um especialista na repressão ao comunismo, foi promovido a general de brigada em 1973. (FGV, 2001)

O intuito de vincular todos os movimentos de esquerda, independente de sua matriz ideológica, ao termo genérico “comunismo”, contribuiu para que o MCP fosse alvo de outras investigações desencadeadas pelos militares. Em 1967, mesmo ano em que foi publicado o terceiro volume do relatório geral do IPM-709, o Conselho Permanente de Justiça Militar aceitou denúncia contra 18 pessoas arroladas em inquérito sobre as atividades do movimento estudantil pernambucano no pré-golpe. Também nesse IPM, cujo objetivo era investigar as “atividades prejudiciais e perigosas à segurança nacional, dentro das normas, princípios e técnicas do Partido Comunista” (PERNAMBUCO, 1967, p. 2), o MCP foi investigado.

Com base no IPM 709-3, bem como no IPM da UNE-UBES/Pernambuco, como eram conhecidos os referidos inquéritos, desenvolveremos

algumas reflexões sobre o lugar histórico legado ao MCP pelos militares golpistas que puseram fim ao regime democrático brasileiro, ao depor o presidente João Goulart⁵⁴. Essa tarefa propõe trazer à tona como os militares viam aquela ebulição política e cultural, além de identificar os elementos que elegiam como “subversivos” e discutir como eles lidaram com esses projetos e atores político-culturais após o golpe. Ao considerarmos os IPMs investigações cujos resultados são buscados intencionalmente e com clara consciência de seus fins, nossas análises partirão das acusações imputadas ao Movimento pernambucano e do argumento que fundamentava essas inculpações.⁵⁵ Esse procedimento nos levará à compreensão da cultura militar anticomunista e de como o MCP se apresentava como ameaça ao projeto encampado pelos militares em 31 de março de 1964.⁵⁶ Dito isso, passemos a analisar o conceito e a finalidade dos IPMs.

O IPM era um instrumento de investigação criminal cuja finalidade era apurar a existência e autoria de um delito militar, ou seja, criar um conjunto probatório de elementos à propositura penal ou apenas indícios que possibilitassem o Ministério Público Militar apresentar denúncia ou arquivamento da ação penal à autoridade judiciária. Esses procedimentos foram estabelecidos pelo Decreto-lei 6.227 de 24 de janeiro de 1944, de acordo com o qual as imputações eram essencialmente direcionadas aos militares das Forças Armadas que cometessem crimes definidos em lei. No entanto, havia dispositivos legais em que civis poderiam ser investigados e indiciados por IPMs.

À época do golpe, esses inquéritos se fundamentavam no artigo 82 do Código da Justiça Militar; no artigo 108, § 1º, da Constituição de 1946; e na Lei de Segurança Nacional de 1935. Conforme essas leis, qualquer cidadão, militar ou não, comprovada sua culpa em crimes contra a segurança externa do país e/ou contra as instituições militares, era passível de investigação e indiciamento em foro especial de competência militar. Com base nesses dispositivos, desde 1964, os IPMs foram usados indiscriminadamente pelos

54 A respeito do Golpe de 1964, ver Ribeiro (2013) e Barreto; Ferreira (2004).

55 Os argumentos desenvolvidos neste capítulo intencionam destacar como o mecanismo da “repressão preventiva” foi utilizado pelo Regime Militar para criminalizar o MCP. Essa perspectiva se fundamenta nas ideias elaboradas de Brepohl (1997) acerca da lógica da suspeição no pós-golpe.

56 A respeito da cultura anticomunista dos militares, trabalhamos com as definições elaboradas por Motta (2002).

militares golpistas para investigar, prender e indiciar qualquer cidadão contrário à ordem ditatorial estabelecida. Dito de outra forma, essas normas caracterizaram-se como uma espécie de “sinal verde” para que os militares instaurassem, em qualquer tempo, contra qualquer pessoa e/ou instituição, um IPM. Desse modo, embora a lei não previsse, os inquéritos foram utilizados pelo Regime Militar como um instrumento de tutela da sociedade e de repressão política sobre cidadãos e movimentos sociais. Isso significava que, no contexto da Guerra Fria em que os militares cerraram as fileiras ideológica e política ao lado dos EUA, os grupos que não comungassem com essas opções deveriam ser vigiados, criminalizados e expurgados do convívio social.

Se no transcurso normal de uma investigação criminal a figura do indiciado, pessoa sobre a qual recaem as investigações, só passava à condição de réu quando conclusos os autos e comprovada sua culpa em algum delito, na dinâmica constituída pelos militares desde 1964, os indiciados já respondiam aos IPMs como réus, cuja culpa só precisava ser formalizada em documento, conforme deixava claro o Tenente-Coronel. Manoel Costa Cavalcanti, presidente do IPM UNE-UBES/Pernambuco: “na realização do IPM que me é atribuído, não abrirei mão de nenhuma prerrogativa que o CJM me faculta, inclusive as possíveis prisões preventivas que julgar necessárias” (PERNAMBUCO, 1965, p. 3).

Não estando presos a nenhuma espécie de normatização quanto à elaboração dos inquéritos, os encarregados dos IPMs não faziam distinção entre discricionariedade e arbitrariedade, dirigindo suas investigações como bem lhes conviessem. Nossa argumentação se fundamenta no fato da convicção da culpa dos investigados serem elaboradas antes mesmo das investigações começarem, conforme esse excerto de Carvalho (1967):

A agitação e a propaganda são tarefas consideradas como permanentes e fundamentais na vida partidária dos comunistas. Todo militante é sempre um agitador, um propagandista ou ambas as coisas. Essa obrigação é incutida de modo tão sistemático na mentalidade dos comunistas que se torna um encargo natural, uma tendência constante e indefectível. É através dessas atividades que os membros do Partido Comunista praticam o proselitismo, angariam simpatizantes, mobilizam grupos para a ação e aperfeiçoam suas convicções e capacidade de liderança.

Nesses termos, uma assertiva nos parece sintomática: o IPM não tinha o mero caráter de uma instrução provisória à ação penal. Independentemente de sua natureza, o conjunto de provas obtido pelos militares era considerado isolado e idôneo para a elucidação de possíveis crimes, logo, suficiente para produzir a convicção de culpa perante o juiz. Isso significava que as provas produzidas embasavam de forma exclusiva as sentenças condenatórias da justiça militar. Portanto, não havendo espaço para o contraditório, para a ampla defesa dos indiciados, depreende-se que os IPMs instaurados durante o Regime Militar excediam seus objetivos de busca da existência e autoria do delito militar prescrito em lei. Suas investigações e a produção de provas serviam, basicamente, à criminalização dos indiciados.⁵⁷ No caso do IPM, um movimento de ação cultural, o crime estava ligado ao conceito de “agitação”, condição para a subversão da ordem e inerente ao militante, conforme denota o trecho acima.

A “subversão” do MCP nos IPM 709-3 e UNE-UBES/Pernambuco

Na visão construída pelos militares acerca do MCP, o movimento pernambucano tinha como objetivo: “empreender uma impregnação ideológica coletiva de elementos ignorantes, de frações incultas do povo, criando grandes possibilidades para mobilização dessa gente, moralmente preparada para a aceitação de motivações subversivas” (CARVALHO, 1967, p. 565). Em torno dessa tese, que colocava as camadas populares na condição de suscetíveis às “motivações subversivas” por serem ignorantes e manipuláveis, os militares fundamentaram todo o conjunto de sua argumentação no sentido de criminalizar a aliança governo municipal-intelectual-povo proposta pelos intelectuais do MCP. Ao levarmos em conta que essa perspectiva era alicerçada pela doutrina de segurança nacional, segundo a qual os subalternizados só se rebelavam se estimulados e manipulados, dedicaremos esta parte do nosso estudo à compreensão das principais linhas argumentativas dos IPM.

A caracterização do MCP nos referidos inquéritos era permeada de concepções anticomunistas. Para os militares, as práticas culturais e educativas desenvolvidas pelos mcepistas visavam, por um lado, à propaganda dos ideais marxistas e, de outro, à agitação revolucionária. O esforço dos militares em vincular o método e a finalidade do processo educativo do movimento

57 Para detalhes das diretrizes formais da instauração dos IPMs durante o Regime Militar, ver Czajka (2010).

pernambucano à propaganda e agitação partia da associação dessas práticas à definição do teórico marxista Vladimir Lênin sobre esses dois conceitos:

Por propaganda entenderíamos a explicação revolucionária de todo o regime atual ou de suas manifestações parciais, prescindindo de sabermos se isto se faz em forma acessível somente a algumas pessoas ou para as grandes massas. Por agitação, no sentido estrito da palavra (sic!) entenderíamos o apelo dirigido às massas para a intervenção revolucionária direta do proletariado na vida social (CARVALHO, 1967, p. 565).

Desse modo, a agitação e a propaganda foram apresentadas nos IPMs como a sensibilização dos setores populares em torno de uma ideia, uma espécie de convite ao levante das paixões mais calorosas das massas. Embora possa parecer que não haja nenhum tipo de nuance interpretativa nessa argumentação, frisamos, por um lado, que, na ótica militar, o perigo estava nos motivos da mobilização e de sua decorrente ação social e, por outro, o desejo de criminalizar as ações do MCP pelas suas possíveis vinculações ao comunismo internacional. Analisemos como essa argumentação embasava a criminalização do MCP:

A aliança estudantil-operária-camponesa foi incentada, através de métodos de alfabetização nitidamente subversivos, onde se fazia incutir no homem do campo o ódio de classe, inspirados na desigualdade social. Foi, desse modo, promovido o incitamento da classe operária-camponesa, por meio de campanha de alfabetização popular, cuja finalidade precípua era a doutrinação dos princípios Marxistas-Leninistas (sic), com a incitação constante do ódio de classe e pregação da violência, conforme se observa pelos ensinamentos contidos na “Cartilha Proibida”[...], no “Livro de Leitura para Adultos”[...] entre outros meios de ensinamentos subversivos abordados no presente inquérito (PERNAMBUCO, 1965, p. 2).

A citação nos informa que, para os militares, os métodos do MCP fundamentavam-se, essencialmente, na sobreposição da ideologia marxista aos processos de ensino. Para eles, os procedimentos de ensino-aprendizagem eram utilizados como uma corrente de transmissão para a doutrinação política dos setores populares de Pernambuco. Em matéria de agitação e propaganda, não existia nada comparável no país, segundo o entendimento dos militares.

Para demonstrar concretamente o que o regime militar localizava como “subversivo” na obra do MCP, examinemos um trecho de uma “sondagem” para seleção do corpo de professores das escolas do Movimento citado num IPM:

1. Assinale ao lado o que achar conveniente:
Quando você alfabetiza adultos prefere partir de:

- palavras
- sílabas
- letras, ABC. etc.
- sentenças ou frases

Por que essa preferência? Porque acha:

- mais rápido
 - mais interessante para os alunos
 - mais fácil de ser usado pelo professor
2. Você acha que num programa de educação de Adultos é suficiente apenas ensinar:
 - a ler
 - a escrever
 - a cantar
 ou que outras coisas acha que deve ensinar?
 3. Para que você acha que serve realmente ao homem adulto, operário, camponês, etc., saber ler e escrever?
 4. Você sabe que em cada 10 brasileiros, há 6 que não sabem ler. Parece urgente educar e alfabetizar essa grande quantidade que é a maioria do povo. Talvez seja difícil. Talvez seja impossível. Talvez seja desnecessário. Talvez não seja preciso tanta pressa. Talvez não compense gastar tanto dinheiro do país em alfabetizar adultos. Que acha você?
 5. Você acha que na maioria dos casos os operários camponeses, etc., estão desejando alfabetizar-se? Se desejam, por que e para que? Se não desejam, como despertar o interesse deles para isso.
 6. Que acha você do andamento das coisas no Brasil? Uns dizem que ele caminha para o desenvolvimento.

Outros: que só com a ajuda do estrangeiro poderá melhorar;
Que tudo vai bem e algo precisa mudar **VOCE**

 - a) que acha?
 - b) algo deve mudar? O que? Como?
 - c) Algo deve permanecer? O que? Por que?
 7. Você acha que a educação de um povo ajuda a ele Se desenvolver e a enriquecer? Por que?
 8. Diga alguma das crenças ou superstições mais encontradas no pessoal do seu lugar.

Você crê em alguma delas?
Quais?
 9. Você acha que a natureza surgiu espontaneamente ou que seu 1.º material foi criado por alguma força? Esclareça seu pensamento a esse respeito.
 10. Você acredita que o homem pode modificar a natureza ou que esta é inalterável?
 11. Você acha que o homem pode desenvolver satisfatoriamente a sua própria natureza (inteligência, sensibilidade, vontade)
 - inteiramente entregue a si, sozinho?
 - ou melhor quando em contato com outras pessoas? Por que?
 12. Você acha que, havendo possibilidade, seria melhor educar ou ensinar às pessoas.
 - individualmente (uma por uma) Por que?
 - em grupos. Por que?
 13. Você acha necessário criar um programa de educação de adul-

tos para Pernambuco especialmente, ou acha mais prático trazer um, já em uso noutro Estado e aplicá-lo aqui?

Por que?

14. Se lhe coubesse sugerir aos Podêres Públicos medidas indispensáveis à proteção da saúde dos habitantes de sua localidade, que sugeriria de mais urgente? (CARVALHO, 1967, p. 573-575)

Arrolada nos IPMs como único processo de seleção do professorado do MCP, os militares utilizaram esse material para indicar que ali estava montado um sistema de perguntas que contribuía para determinar a filiação ideológica, as convicções políticas e suas tendências em relação ao socialismo dos futuros professores. Essa estratégia visava a demonstrar a subserviência do Movimento aos preceitos do PCB e do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), mas não como formuladores teóricos que recrutavam novos militantes. Os militares entendiam o MCP, dos principais dirigentes aos estagiários, como divulgador das formulações teóricas definidas pelo Comitê Central do PCB. Como vimos, o MCP era plural, mas essa pluralidade não foi levada em conta na hora de nomear todo o leque da esquerda do Movimento como comunista, o que, em si, indicava culpa e subversão.

Nessa perspectiva dos militares, não existia liberdade ideológica nas fileiras do movimento pernambucano e todos os seus empreendimentos estavam subordinados às necessidades e interesses do comunismo, cujo objetivo, segundo argumentos dos IPM, era depreciar a ordem estabelecida pela manipulação dos setores populares via alfabetização. No cerne dessa ideia estava a intenção de caracterizar o processo de educação desenvolvido pelos militantes do MCP como uma estratégia, uma espécie de técnica criada apenas para ampliar o campo de ação da propaganda e da agitação daqueles “comunistas”.

Cumpre-se destacar que esses argumentos pautados pelo anticomunismo não fossem uma exclusividade legada ao MCP, conforme exposto pelo Cel. Ferdinando de Carvalho na introdução ao primeiro volume do IPM-709:

Não quisemos que essa investigação tivesse apenas um sentido punitivo, uma expressão coatora, em benefício da integridade institucional do País. A ação judicial contra elementos isolados no quadro amplo do movimento esquerdista no País tem menos importância do que o conhecimento acurado da técnica de ação, das bases do prosetismo, das formas sub-reptícias das alianças criminosas que se realizam nas brechas da legalidade, na sombra da corrupção protetora.

Estamos convencidos de que a melhor defesa contra o comunismo está na consciência esclarecida de cada pessoa, na percepção realista das possibilidades nacionais, no patriotismo indeclinável que não se submete[...]. (CARVALHO, 1966, p. 2 apud SOUZA, 2009)

Essa argumentação ganhou mais força nas inculpações direcionadas àquele movimento porque suas atividades foram encaradas pelos militares como fruto de uma “frente-única” das esquerdas pernambucanas. Isso denotava, em um primeiro plano, que a luta dos militares não era contra o “comunismo”, mas contra o esquerdismo como um todo e que existia uma lógica que ligava os empreendimentos culturais à propaganda esquerdista. Esses elementos eram mais que suficientes para que todos os temas trabalhados na alfabetização de crianças e adultos fossem tidos como “subversivos”, uma vez que os militares conseguiam ligar até o tema mais desprezioso a alguma organização de esquerda. De todos os modos, eles buscavam construir uma imagem de que o MCP tinha como principal propósito a destruição antipatriótica, pela criação e desenvolvimento do complexo da insatisfação, do ódio e da revolta dos setores populares, o que fazia dos IPMs uma peça de contrapropaganda mais que uma peça judicial.

Como prova evidente da intensa propaganda e agitação “subversiva” promovida pelo MCP, os inquéritos arrolavam uma expressiva amostra das atividades do Movimento, nas quais se tentou demonstrar os pormenores do trabalho dirigido, conforme a ótica dos inquéritos, ao persistente e inflexível intuito de moldar a mente dos trabalhadores analfabetos pernambucanos. Vejamos uma dessas atividades e os argumentos usados para criminalizá-la:

1. Risque o que você achar certo.
 - a) Povo é toda a população de um país.
 - b) Povo são apenas aquelas pessoas produtoras de bens materiais.
 - c) Povo é a classe social economicamente elevada.
 - d) Povo é o conjunto de classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas de desenvolvimento progressista do país em que vive.
2. Assinale o que achar correto:
O Brasil é um país:
 - () Desenvolvido
 - () Independente
 - () Socialista
 - () Agrícola
 - () Dependente economicamente
 - () Subdesenvolvido
 - () Capitalista

3. Que significam essas iniciais:
 SESP
 CONSINTRA
 EEUU
 SUPRA
 SUDENE
 URSS
 IAA
 IAPI
 UNE
 CODEPE
 SAI
4. Numere a segunda coluna de acôrdo com a primeira
- | | | |
|-----------------------|-----|--------------------------------------|
| (01) Democracia | () | Govêrno de uma classe |
| (02) Reforma de Base | () | Grupo de pressão popular |
| (03) Revolução | () | Forma de governo |
| (04) CGT | () | Govêrno do Povo |
| (05) IBAD | () | Partido político |
| (06) PTB | () | Mudança lenta de estrutura |
| (07) Presidencialismo | () | Grupo de pressão internacional |
| (08) Ditadura | () | Transformação parcial da estrutura |
| (09) Evolução | () | Obstáculo ao desenvolvimento do país |
| (10) Imperialismo | () | Transformação rápida da estrutura |

(CARVALHO, 1967, p. 570-572)

Vale a pena destacar, mais uma vez, essa atividade dentre todas as arroladas pelos IPM. Dela, observamos com mais nitidez o distinto caminho trilhado pela interpretação dos militares acerca do comunismo e seus objetivos na ação do MCP. Analisemos as inculpações:

Essa prova, demonstra em seu texto claro, o sentido político subversivo do Movimento de Cultura Popular, em virtude da base esquerdista e comunista do seu material e dos seus processos de ensino.

A terminologia usada, as definições sugeridas, as idéias que procura desenvolver, os assuntos encarados, todos os aspectos, em suma, que podemos encontrar nesse documento significativo demonstra a sua vinculação comunista (Idem).

Conforme indica essa citação, não havia nenhum tipo de tergiversações. Todos os argumentos procuravam associar as atividades do MCP ao comunismo, sinônimo de traição, crime de lesa-pátria e subversão da ordem social e das tradições “cristãs”. O documento analisado pelos militares mudava, mas a interpretação, já viciada, era a mesma: o MCP era um instrumento da propaganda ideológica comunista e foi nesse sentido que as resoluções dos inquéritos caminhavam. Na ótica dos militares, as condições de atraso e

pauperismo do Nordeste contribuía para a infiltração das ideias bolchevistas nesse território. Assim, era necessário barrar toda e qualquer experiência que contribuísse para “insuflar um ideal revolucionário” nos setores menos abastados daquela sociedade. Desse modo, cortar os laços de uma intelectualidade de esquerda com os setores populares fazia-se imprescindível ao projeto do Regime Militar de 1964. Na próxima seção, analisaremos, pormenorizadamente, a estratégia encampada pelos militares no sentido de associar os projetos e as atividades do MCP àquilo que entendiam como “frente única das esquerdas pernambucanas”.

Inimigos à vista: a frente comunista pernambucana nos autos dos IPMs

A posição dos militares brasileiros sobre o comunismo é antiga. Desde pelo menos a década de 1930, a “infiltração comunista” em terras brasileiras sempre foi tratada pelos militares como uma constante ameaça ao que entendiam como os direitos fundamentais do homem, cujas principais expressões eram a “liberdade ideológica” e o “bem-estar coletivo”. De tão indesejável era a mais remota possibilidade do Brasil se tornar um país comunista, que todos os esforços possíveis foram empreendidos, sobretudo pelo Exército, para criminalizar qualquer ação social simpática aos preceitos do PCB.⁵⁸

Nesse sentido, eram dinâmicos, permanentes e bem orientados os combates às ideias de transformação das estruturas da ordem estabelecida, mesmo que elas não tivessem qualquer ligação orgânica com o Partidão, postura justificada pelos militares como fruto do temor de que o Brasil viesse a se transformar em campo de batalha de interesses de forças estrangeiras, cenário que, segundo essa ótica, poderia pôr em risco a unidade nacional. A consequência dessa posição foi elevar seu ideal de “comunismo” ao *status* de mal destruidor.

Embora os militares nutrissem uma crença nas possíveis dificuldades que as “ideias bolchevistas” teriam para dominar o território brasileiro (dada a acentuada influência dos princípios cristãos na orientação geral da sociedade), eles admitiam que o “comunismo” procurava se impor e resistir em alguns pontos do território nacional. Parte considerável dos militares acreditava que o atraso socioeconômico e o pauperismo eram condições de que se valiam os “comunistas” para propagar suas ideias.⁵⁹ Essas prerrogativas

58 A esse respeito, ver Motta (2002) e Souza (2009).

59 Em entrevista concedida ao Diário de Pernambuco, em 21/08/1962, o Marechal Teixeira Lott manifestou seu posicionamento em relação ao perigo da infiltração comunista no

tivas colocavam as iniciativas dos setores progressistas pernambucanos na mira dos militares, já que, em meados do século XX, o Nordeste brasileiro era uma das regiões mais pobres do mundo.⁶⁰

A despeito de possíveis inferências de que os militares concebiam os moradores das regiões atrasadas do Brasil como ingênuos e, por isso, mais suscetíveis aos ideais “comunistas”, cumpre-se destacar que a preocupação estava justo no potencial revolucionário dessas pessoas, o que colocava as vanguardas capitaneadas por estudantes e intelectuais como alvos de uma orquestrada linha de ação desencadeada e levada a cabo pelos militares.

As principais ações (inquéritos, inculpações criminais e prisões), recaíam em grande medida sobre os estudantes e intelectuais por dois motivos: primeiro, porque eles davam maior projeção aos problemas enfrentados pelas pessoas das regiões subdesenvolvidas do Brasil, e, segundo, porque na ótica dos militares e dos grupos mais conservadores da sociedade brasileira, os estudantes e os intelectuais eram os principais idealizadores das reformas em direção a um Estado anti-imperialista e pela superação das desigualdades sociais.

Nesse sentido, independente do grupo ou filiação ideológica, essas vanguardas foram encaradas como uma espécie de “frente única subversiva” pelos inquéritos instaurados pelo Exército, despreocupados em analisar e pontuar os diversos grupos ideológicos do MCP. Dentro desse molde amplo e dúctil, que já traz em si a potencialidade da repressão imposta àqueles atores, o caminho vislumbrado e posto em prática pelas autoridades militares foi criminalizá-los, associando suas instituições e partidos ao PCB. Essa dinâmica podia ser verificada na maior parte dos IPM instaurados para investigar as esquerdas pernambucanas, mas teve seu ponto alto no inquérito do movimento estudantil do Recife, no qual uma expressiva quantidade de pessoas e projetos foi arrolada.

Posto isso, convém analisar um dos relatórios elaborado pelos militares para criminalizar um leque heterogêneo de atores no IPM do movimento estudantil, no qual os projetos do MCP foram utilizados para consubstanciar as acusações de “subversão”. Cabe aqui demonstrarmos o alcance das inculpações.

Nordeste do país, deixando claro que o atraso da região foi um dos principais fatores da propagação dos ideais comunistas. Destacou também que a infiltração do comunismo na América Latina se deu pelo mesmo motivo. Ao entrecruzarmos essa entrevista com o material contido nos IPMs 709-3 e UNE-UBES/Pernambuco, verificamos que esse posicionamento é majoritário entre correntes distintas da oficialidade do exército.

60 A despeito da miserabilidade do Nordeste em meados do século XX, ver Castro (2001).

Nos inícios de 1956 (mil novecentos e cinquenta e seis) começaram a circular pelo Recife notícias vagas sôbre o CESP (clube dos estudantes [SIC] secundários de PE) e logo depois foram espalhados em pedacinhos de papel a sigla do CESP. No fim desse ano a divulgação já era grande. O CESP (Clube) transformou-se em CESP (Centro). E passou a atuar nos movimentos estudantis. Havia suspeitas que a orientação fôsse de esquerda:

- as ligações dos elementos de destaque do CESP com Francisco Julião, Miguel Arraes e Pelópidas [da Silveira];
- reuniões na casa de Julião, em Caxangá, sob pretexto de esportes, segundo diziam os estudantes da época, tinham por finalidade a politização;
- as atividades do CESP tinham apôio e cobertura da UBES e da UNE;
- os líderes do CESP eram Jarbas***, Clovis*** e Diniz*** e mantinham contatos, além de serem prestigiados pelos políticos supracitados. (PERNAMBUCO, 1965)

É reparo singular deste documento, primeiro a estratégia de ligar o Movimento a personalidades notórias consideradas agentes da “subversão”, a organizações proscritas, elencando possíveis suspeitos e líderes menos conhecidos e a periodização. Nesse recorte temporal, poderiam ser arroladas todas as reuniões sob o signo do movimento estudantil a partir da segunda metade dos anos 1950, que recebiam direta ou indiretamente contribuições de integrantes da recém-formada Frente do Recife, das lideranças das Ligas Camponesas, dos intelectuais da esquerda católica e das esquerdas independentes do Recife. O elevado número de pessoas, organizações e partidos que poderiam ser vinculados ao movimento estudantil daquela capital o configurava como o ponto de partida para criminalizar temas como reforma agrária, voto do analfabeto, elegibilidade dos sargentos, união operária-estudantil-camponesa, reforma bancária, nacionalização do petróleo, autodeterminação dos povos, defesa da paz mundial, coexistência pacífica, comercialização com todos os povos, solidariedade a Cuba, alfabetização popular, entre outras bandeiras não necessariamente do movimento estudantil, mas caras à elite conservadora pernambucana, fosse ela civil ou militar.

Na segunda parte do documento, os militares procuravam dar mais destaque à polarização do movimento estudantil em dois grupos distintos, o que por sua vez reforçava a visão de uma frente única das esquerdas. Vejamos:

O prestígio do CESP cresceu na proporção da inércia da UESP (união dos estudantes secundários de PE).

Desde o segundo semestre de 1956 (mil novecentos e cinquenta e seis) os estudantes democráticos se uniram: fundaram a FACESP (Frente dos Estudantes Secundários de PE), depois a FESP (Frente dos Estudantes Secundários de PE) e conseguiram

ram englobar num só movimento outras organizações como a Cruzada Estudantil e a Legião Democrática.

O ano de 1957 não teve outra característica a não ser a tomada de posição mais definida entre as duas alas: a de tendência esquerdista e a democrática.

Em 1958 a influência política do CESP cresceu e suas vinculações nacionais foram maiores, com a filiação à UBES.

Deve-se notar que a esta altura já havia uma ligação entre o CESP e os sindicatos, que lhes facilitavam inclusive a sede para reuniões como o dos gráficos e o dos comerciários. [...]

Recife, 15 de setembro de 1965. (PERNAMBUNCO, 1965, p. 283)

Por meio dessa polarização – “esquerdistas” e “democratas” – os militares ratificavam sua posição no sentido de unir todos os agrupamentos das esquerdas pernambucana sob uma única bandeira, a do “comunismo”. Encampar àqueles grupos esse epíteto fazia parte da estratégia de vincular todos aqueles atores ao que os militares entendiam como um “movimento comunizante” ligado ao PCB que, nesse contexto, era concebido como um órgão central e articulador dos demais movimentos e instituições de esquerda.

Em seu significado usual, os militares ligavam a palavra “agitação” à ideia de “produção de inquietação política e social”. Mesmo que as diversas pessoas, grupos, partidos ou instituições de esquerda se diferenciassem em seus métodos e perspectivas imediatas, eram encarados como um conjunto a serviço da construção do “comunismo”, logo, “agitadores” e “propagandistas” que nada faziam senão executar essas atividades em proveito do PCB.

Nesses termos, os militares procuravam demonstrar que se tratava de uma articulada “conspiração comunista”, cujo objetivo último era colocar todo operário, camponês, estudante ou qualquer outro cidadão em condições plenas de ação revolucionária, ou seja, uma politização feita de modo sistêmico por meio das organizações que, desse entendimento, agiam como tentáculos do Partidão. Essa postura tornava-se ainda mais evidente pelas acusações apresentadas nos autos do referido IPM. Nelas, os militares deixavam claro que a simples mudança de organização não modificava o “caráter subversivo” das ações, nem o que procuravam combater. Passemos a verificar o conjunto de uma delas:

Esses elementos cometeram os seguintes delitos:

I - Promoviam reuniões, de caráter subversivo, nas quais tomavam parte civis e militares, integrantes do movimento trotskista, ou simpatizantes e contribuintes do mesmo, ocasião em que se discutiam os meios para a derrubada do governo e a implantação do regime socialista no país.

II - Doutrinavam seus companheiros de Partido, civis e militares, para a subversão da ordem, nos quartéis, nas fábricas, nas

escolas, nos Bancos, no Campo e nas repartições públicas, incitando-os à desobediência aos seus chefes, superiores e patrões, contra os quais deveriam indisciplinar-se.

III - Sua atuação no PORT tinha como objetivo a mudança da ordem política e social estabelecida na Constituição, com a ajuda ou auxílio do exterior, uma vez que o movimento era de caráter internacional.

IV - Desejavam a substituição do regime democrático por um Estado Operário Revolucionário Socialista dirigido por operários e camponeses.

V - Pretendiam, inicialmente por meios pacíficos, e, futuramente, por meios violentos, mudarem a forma de Governo do País, por não estarem de acordo com o regime atual.

VI - [ilegível]

VII - faziam, publicamente, pregavam, visando a lançar empregados contra patrões, e subordinados contra superiores, procurando incentivar a divergência e discordância entre eles.

VIII - Redigiam ou distribuíam, clandestinamente, boletins, panfletos, manifestos, planos de ação e jornais contendo propaganda para a luta entre as classes patronais e assalariadas, pregando o ódio entre elas.

IX - Incitavam, direta e propositadamente, as classes trabalhadoras a lutarem por suas reivindicações de modo violento.

X - Mesmo após o Movimento de 31 de março de 1964, continuaram instigando militares, estudantes, camponeses, operários e funcionários públicos a desobedecerem, coletivamente, as ordens das autoridades e as leis do país, mostrando-se contrários ao Ato Institucional outorgado pelo ALTO COMANDO REVOLUCIONÁRIO [...]. (PERNAMBUCO, 1965, p. 304-305)

Esse excerto de relatório torna-se emblemático por esboçar o lugar comum das acusações impostas àqueles entendidos como “subversivos” pelos militares. Originalmente redigido como peça acusatória para o IPM do PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista), esse documento também serviu tanto aos propósitos do IPM do movimento estudantil, quanto ao do IPM 709-03, inquiridos nos quais, não por acaso, o MCP foi arrolado como destacado protagonista. Ao examinarmos atentamente o trecho citado, passamos a entender por qual motivo essa vinculação ocorria.

Nos quatro primeiros itens da citação, os militares procuravam demonstrar que a forma como o partido mobilizava seus quadros era uma nítida evidência de seu caráter “antidemocrático” e, por isso, “subversivo”. Esse argumento dava o tom da linearidade das acusações dos militares em diferentes momentos e contra diferentes atores. O núcleo central da premissa estava no detrimento de uma participação espontânea dos estudantes, camponeses e operariado nas atividades e projetos das lideranças não só do PORT, mas também das outras instituições e partidos cujas inculpações se valeram desses mesmos argumentos.

De qualquer sorte podemos concluir que, fundamentados pela definição de propaganda e agitação, os militares procuravam enfatizar que havia, por meio de formas deliberadas, a apresentação de ideias propiciadoras do desenvolvimento e expansão do “comunismo”: “A definição mais simples procura associar a ideia da propaganda à individualidade do público, enquanto a agitação destina-se às grandes massas. Segundo Martinov, citado por Lênin, a agitação se caracteriza por um apelo às massas para a ação” (CARVALHO, 1967, p. 5). Essa assertiva tinha como finalidade produzir o entendimento de que o PORT e demais grupos ligados ao PCB trabalhavam no sentido de alienar setores urbano e camponês sobre uma realidade que não era sua, a saber, homens e mulheres insatisfeitos com seus respectivos modos de vida.

Em seguida, o relatório do PORT apresentava, implicitamente, a forma mais significativa da propaganda “subversiva”. Do item V ao IX, podemos verificar a intenção de se demonstrar como os “comunistas” procuravam “moldar as mentes dos trabalhadores” tendo como porta de entrada os “meios pacíficos”, ou explicitamente, a educação popular. Naquele contexto, o processo educativo ganhava mais destaque porque havia, entre os militares, o entendimento de que, em regiões subdesenvolvidas, a educação popular e as manifestações culturais assumiam grande relevo no processo revolucionário. O argumento usado para se chegar a essa constatação era o protagonismo de estudantes e intelectuais em revoluções burguesas, cujos objetivos eram reformas estruturais em sociedades tidas como atrasadas. Esse mesmo cenário se encontrava no Brasil, país subdesenvolvido, marcado por traços anti-imperialistas e antifeudais onde estudantes e intelectuais assumiam lugar de destaque ao promover políticas culturais e educacionais com vistas a educar aqueles que eram considerados mola propulsora da revolução: os camponeses analfabetos.⁶¹

Era desse contexto que surgia a vinculação dos projetos do MCP a um número tão expressivo de inquéritos policiais. Do ponto de vista dos militares, os empreendimentos do Movimento eram os grandes responsáveis por aplicar a linha geral do projeto revolucionário do Partido Comunista, ou seja, os militares legavam ao MCP a tarefa de conscientizar, politizar e organizar as massas em prol da revolução, mas também a de dialogar e agir junto a outros grupos políticos a fim de sintonizá-los aos interesses políticos e ideológicos do PCB.

61 Cf. Projeto de Opinião sobre Reforma Universitária para Seminário de Reforma Universitária dos Estudantes Comunistas. O texto faz referência ao protagonismo citado no parágrafo e foi utilizado para consubstanciar as acusações do referido inquérito. (PERNAMBUCO, 1965, p. 80-109).

Para os militares, o MCP considerava objetivo inalienável da humanidade, no campo econômico, a substituição da economia do proveito pela da necessidade como forma de política para se chegar à superação das desigualdades sociais e no campo cultural, a educação pautada por práticas democráticas em prol da fraternidade e da abolição dos privilégios de classe. Embora essas conclusões fossem acertadas, elas foram utilizadas para consubstanciar o MCP como o elo entre o PCB e os demais grupos da esquerda pernambucana. A estratégia de desconsiderar a complexidade de ideologias e projetos políticos abrangidas no MCP era fundamental para produzir a culpa. Por outro lado, também ajudaram a consolidar uma certa memória sobre o MCP como parte da politização geral da cultura brasileira nos anos 1960.

Desse modo, valendo-se de que o MCP poderia conciliar, em Recife e, de fato, conciliou, por um lado, a colaboração autônoma de indivíduos e grupos, e, por outro lado, orientações e apoio de autoridades públicas, ele era utilizado como a instituição que ligava todos os grupos da esquerda em Pernambuco. Era com base nesses princípios que a repressão imposta pelos militares conseguia abranger um número tão expressivo de pessoas, tivessem elas ligação ou não com o PCB. Nesse sentido, a socialização dos meios básicos de produção de culpa tornava-se um instrumento profícuo nas inculpações dos elementos atrelados a essa “frente única”, sobretudo pela resignificação e criminalização das características dos projetos culturais empreendidos pelo MCP.

Os militares e o temor do “Zé Ninguém”

Para os militares, uma coisa lhes parecia certa, o “processo de comunização” dependia de um pressuposto básico: a organização das camadas populares. Desse modo, não cabia entender os projetos do MCP em termos lógico-formais. O que lhes interessava era barrar os projetos com a finalidade de fortalecer os anseios de mudança das camadas oprimidas política e socialmente pela ordem vigente à época.

Como consequência da perspectiva de que a organização das massas era a premissa básica para a “comunização”, os empreendimentos do MCP eram interpretados a partir de uma ideia central. Os projetos educativos eram vistos como atividades em prol da implantação de uma sociedade “comunista”. Nessa chave de interpretação, o MCP teria como ponto de partida a organização de sistemas e sistematização de ideias com a finalidade de colocar as camadas populares nas mãos dos “emissários dos interesses

do comunismo internacional”, fossem eles instituições, partidos políticos ou qualquer organização de esquerda; ou seja, os militantes em cultura daquele movimento trabalhavam como agentes de controle ideológico, como reguladores de valores e conhecimentos, com a função de ratificar tudo o que servisse ao ideário de dominação política, econômica e social dos entendidos como “comunistas”.

Dito isso, vale a pena entendermos essa leitura realizada pelos militares a partir dos próprios empreendimentos do MCP. Para esse fim, vejamos o que versava seu hino, simbólica fonte das principais diretrizes seguidas pelo movimento.

Onde homens houver que não saibam
O que a todos se deve ensinar,
um punhado de luz lavaremos
porque a Pátria nos manda levar.
Luta vã não será nossa luta,
oh! Humildes obreiros da paz,
pois, se a infância de luz não tivestes,
mesmo tarde uma infância se faz.

Côro Desde os cerros longínquos ao mangue,
vêde um povo aprendendo, de pé,
uma língua de heróis, esta língua
com seus cantos de luta e de fé

Este canto é de quantos desejam
uma Pátria celeiro de luz.
Uma terra sem campos de fome,
mas, de fortes à sombra da cruz.
É um grito de fé aos que dormem,
esquecidos de um povo que sua
ao encontro de pão, que não acha,
e à procura de um lar pelas ruas.

Côro Desde os cerros longínquos ao mangue, etc...

Mas, se um dia, as falanges do mal
Contra nós suas armas mover,
Por maior que se faça em perfídia
Não nos pode um covarde vencer.
Somos raios na luta e na paz,
– homens de aço de luzes na mão –,
Ao marchar a cultura levamos,
Popular e sublime à Nação. [...]

Ao analisar essa poética, observamos tudo quanto, ironicamente, os militares condenavam como “inspiração comunista” nas atividades do MCP. O principal ponto a destacar seria o esforço de repor uma educação verdadei-

ramente democrática no circuito normal da vida dos setores menos abastados da sociedade pernambucana, com vistas à melhoria das condições de vida das camadas populares em detrimento dos privilégios da ordem estabelecida, ou seja, pensar a educação como a principal engrenagem para resolver os problemas da subdesenvolvida sociedade pernambucana de meados do século XX.

Desse modo, ao considerar o relevante papel dos empreendimentos do MCP na organização crítica das camadas populares, os militares o elevaram ao *status* de peça fundamental para a preparação da mais ampla unidade de forças em prol de uma sociedade que refletisse as aspirações de mudança do povo. Neste sentido, ajudaram, involuntariamente, a consolidar a memória de um movimento cultural orgânico, coeso e ideologicamente convergente, sem divisões internas. Dessa forma, o caráter “subversivo” que levou o MCP a ser temido e incriminado pelos militares conservadores foi a sua orgânica ligação com as camadas populares encaradas como uma notável potência revolucionária no contexto político e social pernambucano. Na visão da repressão, extinguindo-se a ação cultural sobre as massas, os conflitos e desníveis sociais deixariam de ser percebidos como foco de instabilidade política e social. Neste sentido, os militares também não teriam supervalorizado a cultura como produtora da ação política, tal como os “esquerdistas” que tanto temiam?

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Ao longo deste texto, procuramos entender as dinâmicas internas do Movimento de Cultura Popular do Recife e a aproximação de uma determinada elite intelectualizada das camadas populares. Buscamos atingir o fim colimado, alicerçando nossas análises a partir das “estruturas de pensamento [...], comandadas pelas evoluções socioeconômicas que organizam as construções intelectuais” (SOARES, 2011). Assim, entrelaçando a análise de documentos oficiais do MCP à conjuntura sociopolítica pernambucana da época, intencionamos desnudar as múltiplas facetas do projeto político-cultural do Movimento nos anos de 1960. Resta-nos agora retomar algumas questões tratadas ao texto.

O MCP foi uma organização dirigida a arregimentar as camadas populares no jogo da política institucionalizada, embora tenha ido além nas suas práticas e no seu significado histórico. É importante destacar que essa postura só foi possível graças à valorização dispensada pelos dirigentes do movimento às massas, posição que ratificava uma premissa bastante em voga no pensamento das esquerdas a qual os intelectuais do MCP se filiavam, que consistia em afirmar que profundas modificações nas estruturas políticas, econômicas e sociais só seriam possíveis com a participação efetiva das camadas populares.

Subsidiados por essa premissa, os intelectuais mcepistas buscaram fazer uma leitura das reais condições da população pobre recifense. Essa tarefa foi realizada pelos projetos culturais e educacionais do movimento e tinha por finalidade atingir um estado revolucionário agregando todos os setores da sociedade interessados em mudar as estruturas estabelecidas de então, buscando verter todas as experiências das camadas populares em prol de um novo ideal de sociedade, pensado pelas elites progressistas do estado de Pernambuco. Até então, essa experiência não havia sido experimentada por nenhuma instância política no Brasil.

Desse modo, as considerações seguintes contribuem para o conhecimento dos princípios que animaram o movimento para o entendimento da filosofia que presidiu ao seu desenvolvimento e para a compreensão dos

métodos de suas linhas de ação. Como toda experiência social, dinâmica por excelência, o MCP não se reduzia prontamente a uma fórmula simples de definição que contivesse implicitamente todos os seus traços essenciais. No entanto, ao chegarmos ao fim desse livro, algo nos parece sintomático: havia uma latente preocupação dos intelectuais em ampliar a participação política das camadas populares, dentro de uma dinâmica de participação orientada pelas elites progressistas intelectualizadas.

Dessa maneira, uma das problemáticas associadas à nossa interpretação é compreender os projetos do MCP não como uma forma abstrata de solidariedade humana que requeria dos seus militantes a abnegação de si mesmos como pessoas engajadas num projeto político, mas entendê-lo como uma peça fundamental nos embates dos projetos ideológicos e de sociedade travados na cena política pernambucana dos anos 1960.

Nesse sentido, uma das muitas preocupações que nossas análises trazem intrinsecamente nas argumentações é não desenvolver uma mística do MCP que o torne uma torre de marfim longe dos interesses políticos e de classe de um determinado nicho da sociedade pernambucana. Essa perspectiva nos fez direcionar nossas atenções para entender de forma acurada suas funções e a natureza dos empreendimentos educacionais e culturais levados a cabo pelo movimento. Dito isso, cumpre situar o leitor quanto a nossa hipótese central e às conclusões a que chegamos sobre as políticas culturais do movimento.

Entendemos que, confrontados com os desafios do meio sociopolítico-cultural popular do Recife e do interior do Estado, os jovens intelectuais militantes do MCP, acabaram desenvolvendo propostas e ações político-culturais que contribuíram para a percepção de que as classes populares deveriam ser protagonistas de sua história e construção identitária. Na nossa hipótese, esse processo se confronta com as ações e valores dos intelectuais, caracterizados por certo dirigismo e elitismo. Em outras palavras, é plausível supor que a experiência histórica do MCP tenha rompido os limites e valores que motivaram os intelectuais do Movimento. A partir dessa hipótese, apresentamos três conclusões:

1ª: o MCP surgiu de um interesse político-partidário, mas acabou indo além dele, pois os artistas e intelectuais ali militantes acabaram desenvolvendo, face ao contato direto com as comunidades populares, propostas e ações político-culturais que não correspondiam aos interesses

políticos diretos das suas facções partidárias;

2ª: o lugar dos intelectuais no Movimento foi tensionado entre o dirigismo e o contato efetivo com as massas populares, na construção de um idioma cultural e ideológico comum, marcado por um reformismo e pelo nacionalismo progressista;

3ª: as relações entre intelectuais e povo seguiram padrões nacionais (intelectual como mediador entre povo, Estado e Nação), mas sofreram influxos do contexto local;

4ª: como movimento cultural e político, o MCP não teve tempo de maturar suas próprias contradições, dado seu fim abrupto em 1964.

Essas conclusões que acabamos de apontar povoam todo o texto, que buscou entender o projeto político-cultural do MCP desde sua aproximação e troca de experiências com as camadas populares da cidade do Recife.

REFERÊNCIAS



Fontes documentais:

Do Arquivo Particular de Germano de Vasconcelos Coelho:

ANDRADE, Juracy Costa. **I Festival de Teatro do Recife:** significação do festival. Recife: MCP, 1962.

ARRAES, Miguel. **Discurso em comício.** Recife, 28 jul. 1963.

ARY, Zaira. **Uma experiência de educação popular:** Centro de Cultura D. Olegarinha. Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 196[?].

ATHAYDE, Tristão de. “Novas Esperanças: o que disse Tristão de Athayde sobre o Governador Miguel Arraes”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22.fev.1963.

BRASIL. Decreto nº 51.470, de 22/05/1962 – Institui a Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22/05/1962, Seção 1, p. 5367.

BRASIL. FCB. **Minuta do convênio entre a Fundação Cinemateca Brasileira e o Movimento de Cultura Popular para o desenvolvimento cinematográfico do Recife e Pernambuco.** Recife: FCB/ Governo do Estado de Pernambuco/ MCP, 1962.

BRASIL. MEC. **Plano de atividades do serviço nacional de teatro para 1961.** Brasília: Serviço Nacional de Teatro, 1960.

BRASIL. MEC. **Plano de atividades do serviço nacional de teatro para 1962.** Brasília: Serviço Nacional de Teatro, 1961.

COELHO, Germano. **Anteprojeto dos estatutos do Movimento de Cultura Popular.** Recife: MCP, 1960.

COELHO, Germano. “Do Movimento de Cultura Popular ao Povo”. **Jornal do Commercio**, Recife, 2.set.1962.

COELHO, Germano. **Subsídios para um curso sobre o Nordeste.** Recife, 196[?]. [manusc.]

FREIRE, Paulo. **Movimento de Cultura Popular:** projeto de educação de adultos. Recife: MPC, 1962.

GODOY, Josina; COELHO, Norma P. Carrero. **Livro de leitura para adultos.** Recife. UNE/MCP, 1962.

MCP. **Nota Histórica sobre o Movimento de Cultura Popular:** esboço do I Boletim do MCP. Recife: 196[?].

MCP. **Estatuto do Movimento de Cultua Popular.** Recife, MCP, 1961. [mi-

meo]

MCP. **Ofício** – endereçado ao Senador Barros de Carvalho e ao Deputado Humberto Lucena sobre a inclusão do MCP no orçamento da União destinado à educação. Recife, 22.out.1962.

MCP. **Memorial do Movimento de Cultura Popular**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1968, 201p.

MCP. **O Movimento de Cultura Popular repele calúnias**: nota oficial. Recife: MCP, 1962a.

MCP. **Relatório de atividades**: janeiro a junho de 1962. Recife: MCP, 1962b.

MCP. **Relatório de atividades do Centro D. Olegarina (19161/1962)**. Recife: MCP, 1962c.

MCP. **Relatório do Projeto de Educação pelo Rádio**. Recife: MCP, 1962d.

MELLO, Graça. **Relatório sobre o I Festival de Teatro do Recife**. Recife: DDC, 1962.

MENDONÇA, Luiz. **Repertório de peças**. Recife: MCP, 1962.

RECIFE. **Contrato de administração de bens e serviços entre o Município do Recife e o Movimento de Cultura Popular**. Recife: Prefeitura Municipal/ MCP, 1959.

RECIFE. Decreto nº 4270, de 8/03/1961. **Diário Oficial de Município**, Recife, 8/03/1961.

RECIFE. **Convênio celebrado entre a Prefeitura da Cidade do Recife, o Movimento de Cultura Popular, a Universidade do Recife, o Conselho Nacional de Cultura e a Ordem dos Músicos do Brasil**. Recife, 1961.

RECIFE. **Programação da festa de Natal**. Recife: Prefeitura Municipal, 1960.

RECIFE. **Programa da I Festa de São João da Cidade do Recife**. Recife: Prefeitura Municipal, 1961.

ROSAS, Paulo (Coord.). **Dois flashes do Carnaval pernambucano: 1861/1961**. Recife: MCP/ Divisão de Pesquisa, 1962. [mimeo].

ROSAS, Paulo. **Planejamento Básico do Projeto Meios Informais de Educação**. Recife: MCP, 1960. [datil.]

SEMINÁRIO CENTRO NORTE DE ALFABETIZAÇÃO, I. **Resoluções**. 19[??]

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Projeto da campanha de alfabetização de adultos**. Rio de Janeiro: UNE, 196[?].

Documentos produzidos pelo Regime Militar

BRASIL. MEC. **Principais atividades e realizações (1930-1967)**. Brasília:

MEC, 1967.

CARVALHO, Ferdinando (Org.). **Inquérito Policial Militar 709: o comunismo no Brasil**. Brasília: Biblioteca do Exército, 1967, vol. 3, 611p.

DOPS – RECIFE. **Prontuário particular de Germano de Vasconcelos Coelho**. Recife: APEJE.

PERNAMBICO. **Autos do IPM UNE-UBES**. Recife: Polícia Militar, vol. 1º/5, 1965.

Estudos:

ABREU, Alzira Alves de. **Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'ISEB**. 1975. Tese (Doutorado em Sociologia) – Université Paris Descartes, 1975.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. Um ano memorável de lutas e conquistas: trabalhadores urbanos de Pernambuco em 1963. **Gênero & História**, Recife, v. 10, p. 16-32, 2014.

AGUIAR, Roberto Oliveira de. **Recife da frente ao golpe: ideologias políticas em Pernambuco**. Recife: Ed. UFPE, 1993.

ANDRADE, Manuel C. de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

ANDRADE, Manuel C. de. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Francisco P. **As letras da miséria: a representação da pobreza no campo literário e intelectual do Recife (1958-1964)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

ARAÚJO, Taís. **Educação e democracia: uma análise das afinidades entre Paulo Freire, as ideias da Escola Nova e do Nacional Popular (1957/1963)**. 2015. 147 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ARRAES, Miguel Newton. Que foi o MCP? **Arte em Revista**, ano 2, v. 3, 1964.

AZEVEDO, Thales de. **Ensaio de antropologia social**. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.

BARBOSA, Leticia Rameh. **Movimento de Cultura Popular: impactos na**

sociedade pernambucana. Recife: Ed. Autor, 2009.

BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo (Org.). **Na trilha do golpe: 1964 revisitado**. Recife: Massangana, 2004.

BATISTA NETO, José. “MCP: o povo como categoria histórica”. In: REZENDE, Antonio Paulo (Org.). **Recife: que história é essa?** Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987.

BELOCH, Israel (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BEOZZO, José Oscar. **Cristãos na universidade e na política**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BERNADES, Lysia Maria Cavalcanti. “A vida urbana” In: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Recursos e Necessidades do Nordeste**. Recife: BNB/ETEENE 1964.

BERRIEL, Rosa Maria Vieira. Celso Furtado e o Nordeste no Pré-64: Reforma e Ideologia. **Projeto História**, São Paulo, v. 1, n.29, p. 53-86, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: por uma teoria geral da política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 14e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOSI, Alfredo. Economia e humanismo. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 26. n°. 75. maio/ago. 2012.

BRAGA, Rubem. Véspera de São João no Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23/06/1935.

BRASIL. IBECC. **Carta do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro, IBECC/CNF, 1951. Disponível em: <<https://www.gov.br/iphan/pt-br/unidades-especiais/centro-nacional-de-folclore-e-cultura-popular/CartadoFolcloreBrasileiro1951.pdf>>. Acesso em 25.jun.2024.

BRASIL. IBECC. **Documento 333**. Rio de Janeiro, IBECC/CNF, 1956.

BRAYNER, Flávio. **O partido comunista em Pernambuco**: mudanças e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco (1959-1964). Recife: FUNDAJ/ Massangana, 1989.

BREPOHL, Marionilde Dias. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**

ria, vol. 17, nº 34, São Paulo, 1997.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil**. São Paulo: 34, 2015.

BRUNNER, José Joaquim. **América Latina: cultura y modernidad**. México: Grijalbo/Consejo, 1992.

CALLADO, Antonio. **Tempo de Arraes: a revolução sem violência**. 2e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CÂNDIDO, Antônio. **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.

CAPELATO, M. H. R. **Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: EDUNESP, 2009.

CARONE, Edgar. **A Quarta República (1945-1964)**. São Paulo: DIFEL, 1980.

CARVALHO BORGES, L. B. Comunidades de base (CEBES) en el Brasil. In: **Recollectio**, n. 16, 1993.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CEVESCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHAUDY, Michel. **Faire des hommes libres: Boimondau et les Communautés de Travail à Valence (1941-1982)**. Valence: Repas, 2008.

CHAU, Marilena. **O nacional e o popular na cultura brasileira: seminários**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHOSSON, Jean-François. **Peuple et culture: 50 ans d'innovation au service de l'éducation populaire**. Paris: Peuple et Culture, 1995.

CINTRA DO PRADO, L. Os princípios básicos e a significação social do movimento "Economia e Humanismo". **Digesto Econômico**. São Paulo, n. -, p. 31- 42, 1948.

COELHO, Germano. **MCP: História do Movimento de Cultura Popular**. Recife: Ed. do Autor, 2012.

CORREIA, Telma de Barros. Movimento Regionalista: programa, feitos e legado ao Recife. **Estudos Universitários: revista de cultura**, Recife, v. 39,

n. 2, p.79-116, jul./dez. 2022.

COUTINHO, Eduardo (Dir.). **Cabra marcado para morrer**. Brasil: MCP/ CPC-RJ, 1984 [1964], 119 min.

CZAJKA, Rodrigo. “A Luta pela Cultura”: Intelectuais comunistas e o IPM do PCB. In: Id; NAPOLITANO, Marcos; MOTA, Rodrigo P. Sá. (Orgs.). “Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural”. Belo Horizonte: EDUFMG, 2013, v. 1, p. 231-250.

CZAJKA, Rodrigo. “Os IPMs e a construção da subversão nos meios intelectuais no Brasil”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Orgs.). **Intelectuais e modernidades**. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 223-246.

DIÉGUES JR., Manuel. **Etnias e Cultura no Brasil**. Brasília: MEC/ SEDOC, 1956.

DUMAZEDIER, Joffre. **Documento autografo e sem título redigido em 24/07/1958**. APGC.

DUMAZEDIER, Joffre. **Le militant d’éducation populaire**. Paris: Peuple et Culture, 1947.

DUMAZEDIER, Joffre. **Les autodidactes par eux mêmes. “Université d’été” de Peuple et Culture**. Hougate: Juillet, 1958.

FÁVERO, Osmar. **Memória das campanhas e movimentos de educação de jovens e adultos (1947-1966)**. Niterói: UFF/Núcleo de Estudos e Documentos de Educação de Jovens e Adultos, 2005. Disponível em: <<http://forumjea.org.br/df/files/leiamais.apresenta.pdf>>. Acesso: 10.jun.2024.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário histórico brasileiro pós-1930**. 2e. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

FREIRE, Paulo. “Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo”. In: FÁVERO, Osmar et alii. **Cultura popular e educação popular: a memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

GARCIA, Miliandre. A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, nº 47, p.127-162, 2004.

GENÚ, Luiz Felipe Batista. **O Teatro de Cultura Popular em três atos: articulações entre o teatro e a política em Pernambuco (1960-1964)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco,

Recife, 2016.

GULLAR, Ferreira. **Cultura posta em questão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressão de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970**. 2e. São Paulo: Brasiliense, 1981.

JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco, 1955-1968**. Recife: Massangana, 1990.

KREUTZ, Lúcio. **Os Movimentos de Educação Popular no Brasil (1961-1964)**. 1979. 121 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.

LASSERRE, George. **La Réforme de l'entreprise**. Paris: Conseil Économique - PUF, 1950.

LASSERRE, George. **Socialiser dans la liberté: la vocations de l'Europe**. Paris: Éditions Albin Michel, 1949.

LAVERGNE, Bernard. **Essor & Décadence du Capitalisme**. Paris: Payot, 1938.

LAVERGNE, Bernard. **La révolution coopérative**. Paris: Presses Universitaires de France, 1949.

LEBRET, Louis Joseph. **Notre histoire**. 1965. Disponível em: <http://www.lebret-irfed.org>. Acesso em: 8.jun.2012.

LEITE, Sebastião Uchoa. “Cultura Popular: esboço de uma resenha crítica”. In: FÁVERO, Osmar (org.). **Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MAGALDI, Sábado. **Panorama do Teatro Brasileiro**. 6e. São Paulo: Global, 2004.

MALINOWSKI, B. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARIN, Richard. **Dom Helder Câmara, les puissants et les pauvres: pour une histoire de l'Église des pauvres dans le Nordeste brésilien**. Paris: Édition de l'Atelier, 1995.

MARITAIN, Jacques. **Humanismo integral**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1945.

- MARITAIN, Jacques. **Os direitos do homem**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
- MARTINS, Carlos Estevam. **A questão da cultura popular**. Rio de Janeiro: Tempo Brasiliense, 1963.
- MELO NETO, João Cabral de. **O Rio ou Relação da viagem que fez o Capibaribe de sua nascente a cidade do Recife**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo/ Serviços de Comemorações Culturais, 1954.
- MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MOTA, Carlos G. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ática, 1994.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/ FAPESP, 2002.
- MOUNIER, Emmanuel. **Feu la chrétienté**. Paris: Éditions du Seuil, 1950.
- MOUNIER, Emmanuel. **Traité du caractère**. Paris: Éditions du Seuil, 1946.
- MOUNIER, Emmanuel. **De la propriété capitaliste à la propriété humaine**. Paris, Desclée de Brouwer, 1936, 138p..
- MOUNIER, Emmanuel. **L’affrontement chrétien**. Paris: Éditions du Seuil, 1944.
- MOUNIER, Emmanuel. **Manifeste au service du personalisme**. Paris: Éditions Montaigne, 1936.
- MOUNIER, Emmanuel. **Révolution personaliste et communautaire**. Paris: Éditions du Seuil, 1935.
- NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar**. Tese: **Livre Docência em História do Brasil Independente**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016.
- NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica. Contemporânea. **História y problemas del siglo XX**, v. 2, p. 208-217, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. O longo modernismo: reflexões sobre a agenda político-cultural do século XX brasileiro. Revista Vórtex, v. 10, p. 1-23, 2022

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve**. Rio de Janeiro, Record, 1972.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984.

PAULA, C. J. Conflitos de gerações: Gustavo Corção e a juventude católica. **Horizonte** - Revista de estudo de Teologia e Ciências da Religião da PUC Minas, Belo Horizonte, v. 10, n 26, p. 619-637, abr./jun. 2012.

PCB. **20 anos de política: 1958-1970 – documentos**. São Paulo: LECH, 1980.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PERNAMBUCO. FUNDARPE. **Território Santo Amaro: patrimônios e potencialidades**. Recife: FUNDARPE, 2010.

PRADO, Maria Lígia Coelho. **A Universidade em Perspectiva Histórica: projetos do passado e desafios do presente**. São Paulo: FFLCH/USP, 7/03/2012. Disponível em: <<http://comunicacao.fflch.usp.br/galerias/aula-magna>>. Acesso: 10.jun.2024.

PRADO, Luís Cintra do. **Economia e Humanismo: princípios básicos e perspectiva do Movimento**. São Paulo: Digestos Econômico, 1947.

RIBEIRO, David. **Da crise política ao golpe de estado: conflitos entre o poder executivo e o poder legislativo durante o governo João Goulart**. 2013. 231 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROSAS, Paulo (Org.). **Paulo Freire: educação e transformação social**. Re-

cife: EDUFPE, 2002.

ROSAS, Paulo. **Para compreender a educação superior brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ROSAS, Paulo. **Memorial do MCP**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986.

SEGATTO, José Antônio. **Reforma e Revolução: vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SERAINE, Florival. **Antologia do folclore cearense**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1968, 185p.

SOARES, Gabriela Pellegrino. **História das ideias e mediações culturais: breves apontamentos**. São Paulo: Humanitas/ USP-FFLCH, 2011.

SOARES, José Arlindo. **A frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise – 1955/1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Bianca Nogueira da Silva. **O ser e o fazer: os intelectuais e o povo no Recife dos anos 1960**. 2010. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. **Sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis**. 2009. 207 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2009.

TAVARES, Cristina; MENDONÇA, Fernando (Org.). **Conversações com Arraes**. Belo Horizonte: Vega, 1979.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O movimento e a linha: presença do teatro do Estudante e d'Oográfico Amador no Recife (1946-1964)**. Recife: EDUFPE, 2007.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. “Apresentação”. In: VERAS, Dimas Brasileiro. **Sociabilidades Letradas no Recife: a revista Estudos Universitários (1962-1964)**. Recife: EDUFPE, 2012.

TEIXEIRA, Wagner da Silva. **Educação em tempos de luta: história dos Movimentos de educação e cultura popular (1958-1964)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

UNICAMP. CLE. **História da Ciência: Depoimentos orais realizados**.

Campinas: Arquivos Históricos do CLE, 1988. Entrevista com Ernesto Luiz de Oliveira Jr. (Rio de Janeiro, 8.mar.1988). Entrevistadores: Hiro B. Kumasake; Luitgard O. C. Barros. Disponível em: <<https://arqhist.cle.unicamp.br/uploads/r/arquivos-historicos-do-centro-de-logica-epistemologia-e-historia-da-ciencia/0/8/9/08930eeb2a91a79c1a7c6826c0e7cf7631fb8f68b37149ddf92b767d34fcef78/ernesto.pdf>>. Acesso: 10.jun.2024.

VERAS, Dimas Brasileiro. Palácios cariados: a elite universitária e a ditadura militar - o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964-1975). 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco.

VERAS, Dimas Brasileiro. Sociabilidades Letradas no Recife: a revista Estudos Universitários (1962-1964). Recife: EDUFPE, 2012.

VILHENA, Rodolfo. **Projeto e Missão**: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



**O MOVIMENTO DE
CULTURA POPULAR
DO RECIFE (1959-1964)**